



# BiG

---

INFORMAÇÃO ANUAL

# 2016

---



<b>Consolidado (Auditado)</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Margem Financeira	25.213.609	23.733.313	25.138.497	25.747.469
Comissões Líquidas	7.661.022	12.702.261	11.442.574	6.533.123
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	44.308.971	112.762.645	132.807.026	93.041.699
Outros Resultados de Exploração	-1.491.357	-491.846	-13.260	-300.079
<b>Produto Bancário</b>	<b>75.692.245</b>	<b>148.706.373</b>	<b>169.374.837</b>	<b>125.022.212</b>
Custos com Pessoal	-18.580.524	-23.363.479	-24.124.063	-22.356.754
Outros Gastos Administrativos	-7.658.552	-12.261.590	-9.276.997	-7.689.711
<b>Custos de Funcionamento</b>	<b>-26.239.076</b>	<b>-35.625.069</b>	<b>-33.401.060</b>	<b>-30.046.465</b>
<b>Cash Flow Operacional</b>	<b>49.453.169</b>	<b>113.081.304</b>	<b>135.973.777</b>	<b>94.975.747</b>
Amortizações	-1.575.628	-1.291.237	-1.028.013	-1.134.697
Provisões	10.883.496	-2.764.774	-10.255.955	-1.871.061
Imparidades	-318.071	-1.423.987	-209.465	-194.946
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>58.442.966</b>	<b>107.601.306</b>	<b>124.480.344</b>	<b>91.775.043</b>
Resultados de Associadas	0	0	175.774	163.306
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>58.442.966</b>	<b>107.601.306</b>	<b>124.656.118</b>	<b>91.938.349</b>
Impostos Correntes	-14.804.968	-32.507.084	-41.849.894	-33.218.522
Impostos Diferidos	74.339	-585.043	-277.027	-92.067
<b>Resultado Líquido</b>	<b>43.712.337</b>	<b>74.509.179</b>	<b>82.529.197</b>	<b>58.627.760</b>

<b>Contas Individuais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>43.429.149</b>	<b>74.854.898</b>	<b>82.340.760</b>	<b>58.459.256</b>

<b>Indicadores Selecionados</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Total do Ativo Líquido	1.759.030.349	1.542.063.419	1.444.516.643	1.214.430.252
Capitais Próprios	265.611.138	276.364.401	261.369.251	207.192.600
Fundos Próprios	290.951.338	312.743.080	261.299.611	202.589.699
Depósitos de Clientes	1.049.049.853	885.485.867	804.736.461	683.717.291
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	41,7%	42,6%	16,9%	28,8%
Crédito Concedido / Ativo Líquido	24,9%	24,4%	9,4%	16,2%
Ativos sob Supervisão *	2.841.439.509	2.810.927.292	2.546.898.558	2.159.665.428

\* Ativos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

<b>Rendibilidade</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	2,6%	5,0%	6,2%	5,2%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	16,1%	27,7%	35,2%	31,0%
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	4,6%	10,0%	12,7%	11,2%

<b>Solvência</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
TIER 1 Capital	31,6%	33,2%	35,1%	32,7%
Rácio de Fundos Próprios Totais	31,6%	33,2%	35,1%	32,9%

<b>Eficiência</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Margem Financeira / Ativo Remunerado	1,5%	1,6%	1,8%	2,2%
Custos Transformação / Produto Bancário	36,7%	24,8%	20,3%	24,9%
Custos Pessoal / Produto Bancário	24,5%	15,7%	14,2%	17,9%

# INDICADORES FINANCEIROS

## **Relatório do Conselho de Administração**

Introdução  
Resultados das Operações em 2016  
Gestão de Risco e Controlo Interno

## **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Demonstrações Consolidadas dos Resultados  
Demonstração Consolidada do Rendimento Geral  
Balanço Consolidado  
Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio  
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

## **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**



▲ RELATÓRIO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO



# INTRODUÇÃO

## O Banco

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Banco) é um banco especializado em investimento e poupança, com sede em Lisboa. O Banco está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao setor bancário e atualmente opera predominantemente em Portugal.

O Banco foi fundado por um grupo de acionistas privados e uma equipa de gestão com extensa experiência no setor, e iniciou a sua atividade a 1 de março de 1999. O capital do Banco encontra-se disperso e é detido por um conjunto estável de investidores individuais e institucionais de nacionalidade maioritariamente portuguesa (ver nesta secção *Base Acionista* e Nota 36). A atividade principal do BiG é transparente e focada, com ênfase em soluções de poupança e investimento, bem como em serviços de assessoria, dirigidos a clientes particulares e empresas/institucionais. Comercialmente, o BiG concentra a sua atividade na angariação de clientes, no crescimento de depósitos e na gestão de ativos. Operacionalmente, o Banco foca-se na qualidade dos seus ativos, gestão de liquidez e de risco de taxa de juro, controlo operacional interno, fiabilidade de execução, preservação do capital e controlo dos riscos inerentes ao negócio, de modo a gerar retornos atrativos para os seus acionistas. O BiG procura, antes de mais, assegurar um crescimento sólido e sustentável no futuro, e permanecer uma referência de segurança para os ativos e poupanças dos seus clientes.

Neste contexto, a solvabilidade do Banco, assim como outros rácios operacionais, têm-se apresentado consistentemente fortes e robustos. Desde a fundação do Banco, e desde o último aumento de capital junto dos acionistas em 2001, o BiG tem contado com a retenção da maioria dos rendimentos gerados internamente para financiar o seu crescimento, após pagamento de dividendos regulares, bem como para alargar e melhorar o seu modelo de negócio, durante períodos turbulentos de particular tensão nos mercados financeiros. Por oposição à maioria dos seus concorrentes no setor bancário português, o Banco não solicitou nem necessitou de qualquer tipo de assistência, capital ou garantias de fontes externas

ou públicas, em momento algum desde a sua fundação.

O modelo de negócios do BiG é alicerçado em processos de base tecnológica, escaláveis e numa cultura operacional própria que procura limitar ao mínimo os erros operacionais e perdas de crédito. O BiG privilegia a qualidade face à quantidade ou à quota de mercado em todas as suas áreas de negócio, e, em momento algum, procurou replicar ou reproduzir os modelos de negócios da banca universal tradicional.

O BiG é independente face a qualquer grupo financeiro, acionista ou outros grupos com interesses específicos. Esta independência traz consigo a liberdade de refletir e inovar, mas também a responsabilidade de assumir níveis elevados de disciplina financeira. Adicionalmente, esta independência exige uma rigorosa gestão de risco e uma extensa confiança na experiência acumulada em mercados financeiros ao longo dos anos, associada ao profundo conhecimento da natureza risco/retorno do negócio bancário.

## A nossa atividade

De um modo geral, o BiG associa a experiência dos seus recursos humanos, o seu capital e as suas ideias com o objetivo de ajudar clientes, acionistas e restantes *stakeholders* a preservar e valorizar os respetivos ativos financeiros. Em particular, o BiG:

**Aconselha** empresas, clientes institucionais e clientes particulares em matéria de risco de mercado, alocação de ativos e questões estratégicas associadas aos seus negócios;

**Executa** transações em mercados regulados ou OTC (*Over The Counter*), em função de necessidades de financiamento ou da apetência por risco dos seus clientes;

**Investe** sobretudo em ativos líquidos e de alta qualidade, contribuindo para o financiamento de empresas e economias, e aconselha os seus clientes relativamente a estratégias de investimento, de acordo com o respetivo perfil e conhecimento dos mercados;

**Gere** o seu Balanço, a sua exposição ao risco e, em casos específicos, os ativos dos seus clientes;

**Preserva** a sua reputação e a integridade do seu negócio;

**Valoriza** o seu capital, assim como as poupanças e os ativos dos seus clientes, num ambiente operacional seguro e de confiança;

**Inova**, estimulando e desenvolvendo ideias que derivam da sua visão sobre o mercado, e que tem origem na génese empreendedora do Banco.

Ao segmento de clientes particulares, o Banco presta serviços de poupança, corretagem, custódia, gestão de património e serviços bancários gerais e de pagamento. Para empresas e clientes institucionais, os serviços prestados incluem gestão de risco de mercado, tesouraria, corretagem, custódia e serviços de assessoria financeira. A área de Tesouraria e Mercado de Capitais do Banco foca-se na gestão de liquidez de Balanço. Esta área desempenha um papel central na cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado e de crédito.

Complementarmente à oferta de serviços bancários gerais, o Banco disponibiliza um conjunto de plataformas destinadas a vários segmentos de clientes, cujo objetivo passa por promover a poupança e facilitar a negociação e investimento em instrumentos financeiros. Desta forma, o Banco procura facilitar o acesso de aforradores e investidores a serviços bancários e a um amplo conjunto de soluções financeiras, com aconselhamento, assistência e níveis adequados de informação, ou apenas ao nível da execução, incluindo o acesso a vários produtos de investimento negociados em mercados regulados e em mercados de balcão (OTC).

O Banco gera as suas receitas predominantemente em Portugal. O ativo do Banco, regra geral, apresenta diversidade geográfica e setorial, que pode variar ao longo do tempo, dependendo das condições de mercado e de oportunidades de negócio. Adicionalmente, o balanço do Banco reflete a política do BiG de manutenção de consideráveis níveis de liqui-

dez. Relativamente às responsabilidades presentes no balanço, o Banco foca-se na estabilidade dos depósitos de retalho e no crescimento do capital. O Banco interage com os seus clientes através de vários canais integrados: os clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, [www.big.pt](http://www.big.pt), e por *financial advisors* presentes em 18 agências situadas em localizações centrais e regionais chave; os clientes institucionais e empresas são servidos por equipas de vendas e de produto presentes principalmente em Lisboa e no Porto.

A plataforma de corretagem do Banco tem por base a sua participação enquanto membro direto da NYSE Euronext, a qual abrange o mercado doméstico e mercados internacionais chave. Adicionalmente, o Banco estabelece parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros, de modo a proporcionar aos seus clientes, o acesso a um conjunto de outros mercados mundiais de ações e futuros. As plataformas para negociação de outros produtos em mercado OTC, obrigações ou fundos de investimento, têm tipicamente por base soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e acordos com contrapartes e fornecedores.

### Onde estamos

O BiG está sediado em Lisboa e conta com 18 agências de retalho em Portugal. O BiG detém ainda uma operação bancária dirigida a clientes institucionais e empresas em Moçambique, a qual iniciou atividade em 2016.

### Principais áreas de negócio

#### Retalho Especializado

O BiG serve clientes de retalho com diferentes necessidades e expectativas através de uma abordagem multicanal integrada, apoiada por uma plataforma proprietária de serviços bancários e de negociação, e por uma rede de agências localizadas nos mercados geográficos chave do país. A combinação de plataformas *online*, equipas especializadas de *wealth management* e *financial advisors* focados no segmento de retalho permite aos clientes

do BiG executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir através de alguns dos principais mercados regulados mundiais. O Banco dispõe de soluções e serviços bancários direcionados para clientes com perfil diversificado, desde clientes autónomos, a clientes que procuram apoio relativamente a decisões de investimento, a clientes de *wealth management* que procuram soluções personalizadas e preservação do capital.

#### Clientes Institucionais e Empresas

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais de áreas chave do BiG desenvolvem soluções financeiras especializadas, executam estratégias de negociação e de investimento e apoiam os clientes na gestão de risco dos respetivos ativos e negócios. Com equipas de vendas institucionais localizadas em Lisboa e no Porto, e uma equipa de *Corporate Finance* independente, baseada em Lisboa, o BiG oferece uma ampla gama de serviços que inclui negociação em mercados regulados, estruturação de produtos OTC, gestão de ativos, cobertura de riscos de mercado, e serviços de assessoria financeira.

#### Tesouraria e Mercados de Capitais

A área de Tesouraria e Mercados de Capitais foca-se nas atividades de investimento e crédito do Banco, centraliza a gestão de liquidez de Balanço do BiG e desempenha um papel central na cultura de análise e gestão de riscos relacionados com o mercado. Para além da gestão da carteira de crédito do Banco, esta área partilha análises e informação especializada sobre mercados para consumo interno, desenvolve ativamente produtos para clientes de retalho e para empresas, e gere as posições de tesouraria e de risco do Banco.

#### Regulação aplicável

As atividades do Banco em Portugal são reguladas por três entidades:

Banco de Portugal: data de registo especial a 5 de fevereiro de 1999, sob o Código 61. [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: data de autorização a 8 de março de 1999, sob o Código 263. [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões: registado como mediador de seguros ligado 2. [www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt).

A atividade do Banco em Moçambique é regulada por duas entidades:

Banco de Moçambique: data de registo a 16 de janeiro de 2016

Bolsa de Valores de Moçambique: data de autorização a 14 de dezembro de 2015

A nível Europeu, o BiG é considerado uma instituição de “menor importância sistémica” dada a sua dimensão, sendo por isso supervisionado diretamente pelo Banco de Portugal. O Banco Central Europeu, do qual o Banco de Portugal faz parte, supervisiona diretamente instituições consideradas de “importância sistémica”. Em Portugal, quatro entidades estão qualificadas como instituições com “importância sistémica”. Adicionalmente, o BiG encontra-se sujeito às mesmas regras de supervisão (*single rulebook*) que os restantes bancos da União Europeia, sob as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (EBA). O Sistema de Supervisão e Avaliação de Processos (*Supervisory Review and Evaluation Process - SREP*), no contexto dos processos do Pilar 2, visa reforçar a ligação entre o perfil de risco do banco, os seus sistemas de gestão e risco e o seu plano de capital. Este sistema envolve a avaliação do modelo de negócio do Banco e uma revisão periódica dos processos apresentados no presente Relatório de Gestão e Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Este é um processo exaustivo e dinâmico de avaliação, que inclui orientações em determinados tipos de testes de esforço, processos de autoavaliação relativamente à adequação do capital interno (ICAAP) e liquidez (ILAAP), bem como regras de concentração e diversificação de ativos e políticas de reconhecimento e categorização de riscos de crédito, de modo a assegurar uma convergência progressiva dos processos através dos quais as instituições de crédito são avaliadas por toda a Europa. No final do ano, após a conclusão



da análise SREP, o Banco de Portugal classificou o BiG como uma instituição de risco médio-baixo. Na secção “Regulação” do presente relatório apresentam-se detalhes adicionais relativos à análise do Banco de Portugal.

## Resumo dos Resultados de 2016

**O Banco obteve um Resultado Líquido Consolidado de € 43,7 milhões em 2016, que compara com os € 74,5 milhões de 2015 e os € 82,5 milhões de 2014.**

**Os Resultados por Ação foram de € 0,28 em 2016, que compara com os € 0,56 por ação de 2015, e € 0,79 por ação de 2014 antes de uma operação de aumento de capital por incorporação e reservas realizado em 2015 que alterou a base de ações ordinárias em circulação de 104 milhões para 156 milhões.**

**A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2016 foi 16,1%, que compara com 27,7% em 2015 e 35,2% em 2014 (média dos três anos: 26,3%).**

**O Valor Contabilístico das ações ordinárias do BiG situou-se nos € 1,70 a 31/12/2016, que compara com € 1,77 por ação no final de 2015, e € 2,51 no final de 2014 antes de uma operação de aumento de capital por incorporação e reservas realizado em 2015 que alterou a base de ações ordinárias em circulação de 104 milhões para 156 milhões.**

**O Tier 1 Capital do BiG a 31/12/16 foi de 31,6% (“phasing-in”), comparativamente**

**com os 33,2% no final de 2015, e 35,1% no final de 2014 (média dos três anos: 33,3%).**

**O Produto Bancário do Banco em 2016 foi de € 75,7 milhões, que compara com € 148,7 milhões em 2015 e o máximo histórico de € 169,4 milhões em 2014.**

Os resultados do BiG em 2016 refletem vários fatores, designadamente a decisão da Administração de limitar o crescimento do balanço do Banco, em particular durante o segundo semestre de 2016. Esta opção, tomada num contexto atípico de fraco crescimento económico, elevada liquidez, incerteza política e económica, e escassez de oportunidades de aquisição de ativos que proporcionassem níveis de retorno adequados, teve como objetivo preservar capital e manter a disciplina relativamente ao risco de crédito e de mercado.

É apresentado na tabela T.2 um resumo dos indicadores chave da Demonstração de Resultados e do Balanço. Uma análise mais detalhada dos indicadores financeiros e dos resultados dos vários segmentos de negócio pode ser encontrada nos RESULTADOS OPERACIONAIS e nas NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.

Em 2016, como em anos anteriores, as receitas do Banco foram maioritariamente geradas em Portugal. A maioria dos ativos em Balanço consiste em valores mobiliários líquidos de alta qualidade, detidos na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, em detrimento de ativos de menor liquidez relacionados com a con-

cessão de crédito. O risco de crédito e as respetivas concentrações são geridos tendo em consideração as condições de mercado e o sentimento dos investidores relativamente às taxas de juro.

A análise desempenhada pelo BiG relativamente à concentração de crédito e oportunidades de investimento considera principalmente as expectativas da Equipa de Gestão quanto às tendências da qualidade do crédito, das taxas de juro e da liquidez do mercado, assim como a correlação destes fatores com acontecimentos políticos, económicos ou regulatórios. Como a maioria das concentrações de crédito disponíveis em Portugal correspondem a ativos com notação de *rating non-investment grade*, em 2016, em média, e à semelhança dos anos anteriores, aproximadamente 50% da exposição do Banco envolvia risco-país de outros países que não Portugal. Com efeito, a maioria da exposição do BiG representou risco-país de outros países Europeus e dos EUA. Durante grande parte do ano, eventos políticos em Portugal, em conjunto com eventos macroeconómicos a nível europeu e global, exerceram influência sobre os principais indicadores financeiros do BiG. Acontecimentos como o Brexit, as eleições nos EUA e, em menor grau, os referendos e eleições realizadas ou antecipadas noutros países europeus, influenciaram os desempenhos dos mercados.

A combinação entre os níveis persistentemente elevados de dívida a nível mundial, as políticas monetárias do BCE, o aumento das taxas de juro de referência nos

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2016	2015	2014	2013
Produto Bancário	75.692	148.706	169.375	125.022
Custos Operacionais	-17.249	-41.105	-44.894	-33.247
Impostos	-14.731	-33.092	-42.127	-33.311
Resultado Líquido	43.712	74.509	82.529	58.628
Capitais Próprios	265.611	276.364	261.369	207.193
Fundos Próprios	290.951	312.743	261.300	202.590
Total de Ativos Líquidos	1.759.030	1.542.063	1.444.517	1.214.430
Crédito	437.485	376.820	136.162	196.919
Depósitos de Clientes	1.049.050	885.486	804.736	683.717
TIER 1 Capital	31,6%	33,2%	35,1%	32,7%
Rácio de Fundos Próprios Totais	31,6%	33,2%	35,1%	32,9%

EUA e apreciação do dólar americano, o crescimento lento da economia Europeia, a valorização dos preços do crude e alguns riscos geopolíticos, contribuiu significativamente para a estagnação ou incerteza registadas em diversas classes de ativos, originando níveis de volatilidade persistentes ao longo de 2016. Neste contexto, o Conselho de Administração entende que o modelo de negócio do Banco teve um desempenho relativamente bom, embora com níveis de rentabilidade mais baixos que em 2015 e 2014, e que o *mix* de negócios desenvolvido pelo BiG continuou a demonstrar resiliência e solidez. O desempenho do Banco em 2016 refletiu a capacidade do BiG de gerir os efeitos de uma combinação de fatores, que de alguma forma influenciam o negócio do Banco:

#### Métricas Financeiras

- ▲ Abrandamento do crescimento do volume médio de ativos remunerados de qualidade, com liquidez, associado a riscos mais elevados, *yields* mais baixas e menos oportunidades de investimento de qualidade;
- ▲ Descida dos preços dos ativos e taxas de juro historicamente baixas a nível global;
- ▲ Redução razoável dos custos de financiamento e liquidez de mercado;
- ▲ Crescimento em termos de volume de poupanças e instrumentos de investimento, embora se tenha registado um aumento da aversão ao risco de mercado por parte dos clientes;
- ▲ De forma geral, qualidade de crédito e sólidos controlos internos e uma contínua ausência material de perdas relacionadas com crédito.

#### Fatores Estratégicos:

- ▲ Contexto operacional adverso, correspondendo à debilidade estrutural do setor bancário português e ao aumento significativo da regulação;
- ▲ Crescente responsabilidade do setor bancário no Fundo de Resolução Português, o instrumento utilizado para financiar a medida de resolução aplicada ao

Banco Espírito Santo (atualmente, Novo Banco);

- ▲ Conselho de Administração focado na disciplina financeira, transparência contabilística e baixa alavancagem do Balanço;
- ▲ Inalterado foco estrutural do Conselho de Administração na manutenção da qualidade dos ativos de longo prazo, elevados níveis de liquidez e rácios de capital, gestão do risco e eficiência operacional geral, independentemente das condições de mercado ou das tendências económicas.

#### Indicadores Chave da Demonstração de Resultados

Os proveitos operacionais em 2016 registaram uma diminuição de 49% para € 75,7 milhões, em resultado da combinação de baixas taxas de poupança, aumento das *yields* de obrigações de países do Sul da Europa e o efeito de resultados políticos inesperados, tanto na Europa como nos EUA, que levaram tanto à redução da atividade de investimento e negociação por parte dos clientes do Banco, como a uma redução estratégica dos níveis de risco assumidos pelo BiG, particularmente durante o segundo semestre. Alguns fatores político-económicos globais e nacionais – designadamente, o Brexit, as eleições nos EUA, e o impacto nos níveis de confiança dos empresários da solução de governo minoritário suportado por partidos de esquerda, registada em Portugal – motivaram o Conselho de Administração do BiG a moderar de forma geral o investimento e a exposição às taxas de juro e ao risco de crédito ao longo do ano. A margem financeira corresponde à única rubrica de receitas operacionais que registou um aumento, decorrente da estabilidade dos custos de financiamento e do aumento do período de manutenção de ativos disponíveis para venda em balanço. As receitas financeiras não provenientes de juros, que representam a principal fonte de receitas do banco, registaram um decréscimo significativo no que respeita aos ganhos provenientes da área de Tesouraria e Mercados de Capitais. Os custos totais diminuíram cerca de 12,4%, excluindo provisões, e cerca de 50% considerando o efeito da reversão de uma parte das provisões regis-

tadas em 2015 associadas às responsabilidades antecipadas com o Fundo de Resolução. As principais rubricas de custos operacionais, designadamente gastos com pessoal, custos administrativos e depreciações, registaram uma diminuição de cerca de 24,7%, correspondente a um decréscimo dos gastos com pessoal e dos custos administrativos, e a um ligeiro aumento das depreciações. Os impostos pagos pelo Banco diminuíram em cerca 55%, consequência da redução do resultado antes de imposto. A rubrica de Impostos incluiu a continuação da aplicação dos impostos especiais aplicados ao setor bancário Portugal.

**Margem financeira:** Esta categoria registou um crescimento de 6,2% para € 25,2 milhões em 2016, face aos € 23,7 milhões reportados em 2015, correspondendo ao aumento do rendimento gerado pelos ativos remunerados e a custos de financiamento relativamente estáveis face a 2015. Não obstante o crescimento de cerca de 18,5% da base de depósitos do Banco para € 1.049 milhões, os custos de financiamento do Banco mantiveram-se estáveis em resultado das taxas de juro frequentemente negativas associadas ao financiamento de curto prazo do Banco junto de contrapartes da banca internacional, correspondente a *Repos* garantidos por títulos líquidos de renda fixa. Não obstante o Banco possui elevadas quantidades de títulos elegíveis para operações *Repo* com o BCE e não sentiu necessidade de recorrer a este tipo de financiamento durante a maior parte do segundo semestre de 2016. Com efeito, o perfil de financiamento e liquidez do Banco permite evitar há vários meses manter qualquer exposição ao BCE.

**Comissões:** As comissões líquidas de serviços de corretagem, retalho, gestão de ativos e *advisory* diminuíram 39,7% para € 7,7 milhões, face aos € 12,7 milhões registados no ano anterior. Excluindo o efeito de transações não recorrentes registadas unicamente em 2015, as comissões de retalho, corretagem institucional e assessoria financeira decresceram, e as receitas com a gestão de ativos e serviços bancários cresceram, associadas ao crescimento progressivo do segmento de retalho. Genericamente, durante o ano de 2016, registou-se uma tendência acen-

tuada de aumento da aversão ao risco por parte dos aforradores e uma redução generalizada do investimento, num contexto de estagnação do crescimento económico dos últimos 18 meses. O Conselho de Administração não antecipa uma reversão desta tendência durante 2017.

*Tesouraria e Mercado de Capitais:* As atividades de tesouraria e investimento, o *market making* e os proveitos líquidos dos custos de cobertura de risco gerados pela gestão da carteira de ativos de rendimento fixo disponíveis para venda do Banco, bem como por investimentos em produtos de crédito, registaram uma quebra de 60,5% e contribuíram com € 44,0 milhões, para o total de proveitos operacionais líquidos em 2016. Este valor compara com € 111,4 milhões em 2015 e € 132,8 milhões em 2014. A maioria dos proveitos desta categoria foram lucros realizados numa carteira diversificada de ativos de rendimento fixo, envolvendo classes de ativos líquidos e com diferentes riscos-país. Num enquadramento que continuou a revelar-se desafiante, o Banco teve como prioridade, na gestão das suas carteiras de ativos, manter elevados níveis de liquidez dos seus ativos remunerados e um foco na qualidade dos mesmos. O Conselho de Administração prevê manter estes pressupostos de investimento, uma vez que representam vetores estruturais da cultura de gestão do Banco. Os resultados em 2016 refletem um aumento generalizado das *yields* nas economias onde o Banco investe, e os correspondentes impactos nos títulos de renda fixa, num contexto de fraco crescimento económico.

*Custos Operacionais:* Em 2016, os custos totais, incluindo provisões e excluindo impostos, registaram um decréscimo de 57%, em linha com a diminuição das Receitas Operacionais. O Conselho de Administração procura garantir a máxima flexibilidade possível na gestão da sua base de custos, de modo a garantir alguma correlação dos mesmos com o aumento, ou diminuição, da atividade em cada ano. Esta flexibilidade é gerida dentro de limites considerados razoáveis para uma instituição em crescimento, que necessita de continuar a investir, tendo igualmente em consideração a relativa inflexibilidade ou imprevisibilidade do contexto laboral e fiscal.

Os Custos com Pessoal registaram uma redução de 20,5% em 2016, embora o quadro de colaboradores tenha aumentado em 9%. As Despesas Administrativas diminuíram 37,5% para € 7,7 milhões, refletindo a estratégia de contenção de custos e o efeito dos custos não recorrentes registados em 2015, correspondentes ao investimento realizado no *re-branding* da imagem do Banco para evitar a confusão com um concorrente. As amortizações cresceram 22% face a 2015, ascendendo a € 1,6 milhões, em linha com: (i) o crescimento do número de colaboradores e, (ii) investimentos contínuos em *hardware* e *software*. Os custos com pessoal representam tipicamente a maior percentagem dos Custos Operacionais, e incluem uma componente de compensação variável, associada à *performance*, a qual foi significativamente reduzida em 2016. Em termos relativos – isto é, enquanto percentagem dos Proveitos Operacionais – os custos com pessoal representaram 24,5% em 2016, o que compara com 15,7% em 2015 e 14,2% em 2014, registando um crescimento face aos dois anos anteriores em que os Proveitos Operacionais foram mais elevados. Globalmente, os Custos de Transformação/Proveitos Operacionais aumentaram para 36,7% em 2016, face a 24,8% em 2015, e um nível mínimo histórico de 20,3% em 2014. Também conhecido como “rácio de eficiência”, este rácio mede a forma como o Banco utiliza a sua base de custos para gerar receitas. Entretanto, as provisões registaram uma contribuição positiva para o resultado antes de impostos, face a um custo de € 2,8 milhões em 2015, correspondente à reversão de provisões para riscos.

*Resultado antes de Impostos e Tributação.* O Resultado antes de Impostos em 2016 foi de € 58,4 milhões, que compara com € 107,6 milhões em 2015, € 124,5 milhões em 2014. Os impostos correntes e diferidos de 2016 ascenderam a € 14,7 milhões, comparativamente a € 33,1 milhões em 2015, € 42,1 milhões em 2014 e € 33,3 milhões em 2013. Não obstante a redução do valor de Impostos em 2016 correspondente ao decréscimo do Resultado antes de Impostos, o valor total de mais de € 140 milhões em tributação direta para o período 2011-2016, faz do BiG um dos maiores contribuintes fiscais entre as instituições financeiras da sua dimen-

são em Portugal. Em 2016, a tributação representou 25,2% do Resultado antes de Impostos, o qual compara com 30,8% em 2015 e a taxa efetiva de 33,8% em 2014.

## Indicadores Chave do Balanço

O total de Ativos Líquidos a 31 de Dezembro de 2016 ascendeu a € 1,76 mil milhões, um aumento de 14,1% face aos € 1,54 mil milhões registados no ano anterior. Os principais ativos remunerados do Banco foram geridos de modo a maximizar a liquidez e controlar os riscos de concentração. Estes representam uma carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis para venda (AFS), constituída maioritariamente por instrumentos financeiros líquidos de rendimento fixo, que ascendiam no final do ano a, aproximadamente, € 1.083 milhões, ligeiramente superior aos € 1.000 milhões registados no ano anterior. A rubrica de crédito a clientes aumentou para € 437,5 milhões, face a € 376,8 milhões no final de 2015, devido ao crescimento da carteira de títulos garantidos por *Residential-Mortgage Backed Security* (RMBS). O crédito representou 24,9% do total dos Ativos Líquidos, o que compara com um rácio de 24,4% no final de 2015 e 9,4% no final de 2014. A percentagem do Crédito/Depósitos de Clientes, que a 31/12/2016 era de 41,7% em linha com os 42,6% registados no ano anterior, continua a ser um indicador dos elevados níveis de liquidez do Banco. Excluindo RMBS, o crédito a Clientes como percentagem dos Depósitos de Clientes era cerca de 3%, não se registando variação face a 2015, e que compara com 2,5% a 31/12/2014. Este facto reflete a reduzida ênfase do modelo de negócio do Banco no crédito comercial e ao consumo resultante de uma economia excessivamente endividada. O rácio de Crédito Vencido / Total de Crédito era de 0,03% em 31/12/2016, valor inferior aos negligenciáveis níveis dos anos anteriores.

As principais fontes de financiamento do Banco são, (i) depósitos de Clientes de retalho, (ii) os capitais próprios (iii) acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, entre as quais se encontram instituições financeiras com presença global, (iv) ocasionalmente, tran-

sações de venda/recompra com o BCE (através de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado ou ORPA) e, em maior grau, o recurso à plataforma Eurex Repo para prazos geralmente mais curtos. O Banco ainda não emitiu quaisquer instrumentos representativos de dívida, em linha com o seu modelo de negócio e a sua capacidade/necessidade de financiamento. O financiamento obtido junto do BCE era inexistente no final do ano, tendo sido de forma geral substituído pelo aumento do nível de depósitos e um maior recurso a Repos com contrapartes de mercado globais. O valor do capital social manteve-se em € 156 milhões (156 milhões de ações emitidas cada uma com um valor nominal de € 1). O Banco emitiu € 12 milhões de ações preferenciais remíveis, correspondentes à proporção variável da compensação relacionada com o plano de opções atribuído a colaboradores-chave, como parte da política de recursos humanos do Banco, e em concordância com as regulações aplicáveis a pacotes de compensação do Conselho de Administração e de outros colaboradores. As ações preferenciais serão remidas 3 anos após a emissão ao valor nominal. Os capitais próprios diminuíram ligeiramente para € 265,6 milhões a 31/12/16, em comparação com € 276,3 milhões a 31/12/15, correspondendo sobretudo ao efeito de variações nas reservas de reavaliação. O capital da rubrica “Fundos Próprios” era de € 291 milhões no final de 2016.

## Enquadramento Operacional 2016

### Introdução

Ao longo de 2016, registaram-se vários acontecimentos com impacto no ambiente operacional do Banco. A incerteza a nível global associada aos acontecimentos inesperados registados ao longo do ano influenciou negativamente os mercados, em particular durante o segundo semestre. Este contexto correspondeu a diferentes níveis de crescimento económico lento ou anímico, consoante os países, bem como a níveis de confiança geralmente mais baixos.

Os principais acontecimentos internacionais com impacto nas perspetivas de negó-

cios incluíram: (i) o Brexit, (ii) a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA no contexto de um processo eleitoral longo e tumultuoso, (iii) o referendo em Itália, (iv) a crise de refugiados provenientes do Médio Oriente e Norte de África, (v) os efeitos do aumento das taxas de juro nos EUA e da permanência da política monetária acomodatória do BCE, (vi) a incerteza cíclica relativamente ao Euro e (vii) o crescimento dos movimentos políticos populistas em vários países, entre outros fatores.

Em Portugal, regista-se uma confiança atípica num Governo minoritário com apoio parlamentar dos partidos de esquerda. Ao longo de 2016, o Governo demonstrou uma preocupação contínua com o cumprimento dos objetivos definidos pela UE para o nível do défice da balança corrente. Não obstante o aumento da despesa pública com medidas excecionais, o défice da balança corrente registou um decréscimo, correspondente a um aumento da tributação indireta, uma diminuição do investimento público e a medidas excecionais, não-recorrentes. Os objetivos de curto prazo do Governo, a ausência de reformas estruturais ou de planeamento a longo prazo, a manutenção do rácio de Dívida Pública / PIB elevado correspondente a cerca de 130%, os níveis alarmantes das *yields* da dívida soberana Portuguesa, a notação de *rating non-investment grade* da dívida soberana, a fragilidade do setor bancário e os acontecimentos relacionados com a resolução do Banco Espírito Santo, a venda do Novo Banco e correspondente potencial impacto adverso no Fundo de Resolução e no setor bancário, demonstram que as vulnerabilidades estruturais de Portugal persistem, não obstante a aparência de estabilidade registada no país. Alguns acontecimentos positivos incluem o aumento significativo do turismo e o interesse em promover Portugal como um centro para *start-ups*, os quais não oferecem garantias de se tornarem características permanentes de um “novo Portugal”.

Tal como em anos anteriores, os eventos de mercado que mais afetaram o desempenho do Banco e as suas perspetivas durante 2016 estiveram relacionados, por um lado, com o ambiente global de taxas de juro e as perspetivas de crescimento das principais economias mundiais e, por outro, com os desenvolvimentos políticos e riscos

nacionais, e com as oportunidades e riscos associados à gestão da Administração Pública, assim como à resolução de alguns dos principais concorrentes do Banco. O primeiro evento é fundamental para o modelo de negócio do Banco, para a gestão do seu balanço e para o negócio com os clientes, e é também um ponto-chave para a criação de valor para os seus acionistas. O segundo tornou-se igualmente crítico no contexto do acompanhamento permanente da reputação do governo e do setor bancário por parte dos credores externos e investidores internacionais.

A um nível mais detalhado, a resposta do Banco a oportunidades de negócio, regulatórias, fiscais, laborais, sociais e competitivas, são discutidas nesta secção e durante o Relatório de Gestão.

### Elementos chave específicos do BiG e relevantes no atual Enquadramento Operacional:

***O nível de Ativos Líquidos do Banco foi 6,6 vezes os Capitais Próprios em 31/12/2016, comparativamente com 5,6 vezes em 31/12/2015, e substancialmente inferior à maioria dos concorrentes;***

***O Rácio de Liquidez consolidado do Banco foi 228% a 31/12/16, comparativamente com 206% a 31/12/2015, e o rácio de alavancagem foi de 14,7% na mesma data;***

***O Tier 1 Capital do BiG a 31/12/2016 foi de 31,6% (phasing in), comparativamente com 33,2% (sem phasing in) a 31/12/2015, e tem excedido os 30% nos últimos 18 anos consecutivamente;***

***O Banco não emite instrumentos de dívida de longo prazo para suportar as suas atividades de Balanço: as fontes chave de financiamento são os depósitos de clientes e capitais próprios;***

***O modelo de negócio do Banco não se baseia em crédito; está orientado para a acumulação de ativos, gestão de património e atividades de assessoria, com foco no crescimento dos resultados acumulados e cuidadosa gestão de capital;***

***Como resultado, o crédito malparado do Banco é virtualmente zero;***

**Os acionistas, excluindo membros dos órgãos sociais e colaboradores no contexto dos planos de subscrição de ações para colaboradores, não foram solicitados a participar num aumento de capital desde 2001;**

e

**O Banco não solicitou, nem necessitou, de assistência do Estado, em qualquer momento, para cobrir as suas necessidades de financiamento ou capital, sob a forma de garantias e similares, obrigações convertíveis ou capital.**

## Indicadores Macroeconómicos e Tendências Económicas

### Global

De acordo com o FMI, o ritmo de crescimento económico mundial registou uma ligeira desaceleração em 2016, observando-se um crescimento de 3,1% (vs 3,2% em 2015), em função, sobretudo, do moderado arrefecimento dos países desenvolvidos (EUA, Zona Euro e Japão) que acentuaram os valores negativos do *output gap*, traduzindo repercussões negativas nos diferentes agregados económicos em função do agravamento da incerteza perante uma conjuntura política absolutamente única.

Com efeito, exacerbaram-se os fenómenos populistas que culminaram com a votação favorável ao “Brexit” em junho e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais norte-americanas em novembro. O

bloco emergente manteve uma trajetória de crescimento estável (+4,1%), verificando-se um desempenho assimétrico nas principais economias da região – abrandamento secular na China e Índia, em contraste com a suavização do quadro recessivo que afetou a Rússia e Brasil, países que encetaram um ajustamento estrutural assinalável e beneficiaram da recuperação gradual das *commodities* ao longo do ano.

A política monetária global manteve-se expansionista, tanto no bloco desenvolvido como emergente, o que contribuiu para a suavização dos riscos deflacionistas e de um eventual *hard landing* na China que penalizaram o mercado no 1º trimestre do ano. Em 2016 reforçaram-se as dúvidas quanto ao alcance das políticas de *quantitative easing*, pelo que as políticas de expansão fiscal e reformas estruturais deverão adquirir novo fôlego – o eventual reforço de estímulos Governamentais é particularmente evidente nos EUA, após a vitória de Trump nas eleições Presidenciais.

### Europa

Na Europa, o resultado do referendo que deu a vitória à saída do Reino Unido da União Europeia “Brexit” foi inesperado e representou uma decisão histórica com impactos ainda difíceis de prever. O “Brexit” motivou a demissão de David Cameron, substituído no cargo por Theresa May, tendo esta reiterado que ‘Brexit significa Brexit’, sendo necessário a invocação do Artigo 50, do Tratado de Lisboa,

para se iniciar a negociação da saída (prazo de dois anos) do Reino Unido. A libra não saiu incólume desta decisão, tendo desvalorizado mais de 16% em 2016 face ao dólar norte-americano, o que trasladou num impacto material no *pick-up* da inflação. Já o *cross* Eur/Usd recuou quase 3% num ano em que o BCE alterou as suas taxas de referência e anunciou, por duas vezes, modificações no programa de *quantitative easing*. No início do ano, o BCE cortou a taxa de referência em 5 p.b. para 0%, bem como reduziu o valor da taxa de depósitos para -0,40% (-10 b.p) e aumentou as compras mensais em € 20 mil milhões (para € 80 mil milhões) até março de 2017. Já na última reunião do ano foi ampliada a maturidade do programa de compra de ativos em mais 9 meses (até dezembro 2017) e foi retirada a proibição de compra de obrigações com *yields* abaixo da taxa de depósitos, ainda que o valor de compras mensais tenha sido revisto em baixa para € 60 mil milhões/mês (vs € 80 mil milhões anterior). O resultado prático destas medidas foi a compressão de *yields* na generalidade dos países europeus, exceção feita para os casos particulares de Portugal e Itália por motivos idiossincráticos, tanto do ponto de vista político como do sistema financeiro. Refira-se que Itália levou a votação a terceira grande tentativa de reforma do sistema constitucional, com a vitória do “não” no referendo a culminar com a demissão do primeiro-ministro Matteo Renzi.

Do ponto de vista macroeconómico, a Zona Euro registou um crescimento do PIB de 1,7%, ainda que escamoteando divergências

T.3

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			IPC		
	2015	2016	2017E	2015	2016	2017E
Estados Unidos	2,6	1,6	2,3	0,1	1,3	2,4
Zona Euro	2,0	1,7	1,6	0,0	0,2	1,4
Portugal	0,9	1,2	1,5	0,5	0,6	1,2
Japão	1,2	0,9	0,8	0,8	-0,1	0,6
China	6,9	6,7	6,5	1,4	2,0	2,2
Rússia	-3,7	-0,6	1,1	15,6	7,1	4,9
Médio Oriente	2,5	3,8	3,1	3,3	3,8	5,0
Ásia-Pacífico	5,0	4,5	4,7	1,8	1,9	2,2
América Latina	0,1	-0,7	1,2	15,5	7,0	14,5
Economias Avançadas	2,1	1,6	1,9	0,4	0,9	2,0
Economias em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,5	5,2	3,9	8,7
<b>Mundo</b>	<b>3,2</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>2,8</b>	<b>2,9</b>	<b>3,4</b>

Fonte: Bloomberg e FMI à data de 8 de Fevereiro de 2017



relevantes nos países que integram o bloco, destacando-se o superior nível de atividade da economia Espanhola (+3,2%). O indicador de inflação ostentou um *pick-up* nos últimos meses ao beneficiar do incremento nos preços de energia – IPC cresceu 1,1%, em termos homólogos, em dezembro. Atendendo ao nível de fragmentação financeira vigente e com os targets de inflação relativamente distantes do objetivo, não antecipamos uma normalização da política monetária (*tapering*) no curto prazo.

## EUA

A economia norte-americana registou um crescimento de 1,6% em 2016, traduzindo um nível de crescimento inferior à média no atual ciclo de expansão (+2,1%) que vigora desde 2010 – o qual é já o terceiro mais longo desde o final da II Guerra Mundial. Ainda que o Consumo Privado (~68% do PIB) tenha permanecido relativamente estável, o fortalecimento do USD teve um impacto negativo no agravamento do défice de Conta Corrente (-2,6% do PIB), ao passo que o menor nível de investimento público (+0,9%) e, sobretudo, a contração do investimento privado (-1,5%) justificaram o moderado abrandamento da economia norte-americana.

O sentimento de mercado manteve-se globalmente positivo em 2016, ainda que com impacto assimétrico na evolução das diferentes classes de ativos: i) as taxas de juro sem risco, nomeadamente as *Treasuries*, registaram um incremento significativo na sequência da eleição de Trump, com o mercado a descontar um posicionamento menos *dovish* do FED perante “novos” riscos inflacionistas; ii) mercado acionista voltou a registar um comportamento favorável, em particular nos EUA, com os investidores a anteciparem os efeitos positivos da política de expansão fiscal prometida pelo Presidente eleito; iii) o mercado de *commodities* ostentou uma reversão significativa, impulsionado, também, pela expectativa deflacionária das políticas de Trump; iv) no mercado cambial, o USD apreciou face à generalidade das divisas internacionais, refletindo o *pick-up* de taxas ao longo da curva de dívida Americana, sendo que o movimento de valorização do USD foi particularmente significativo em relação a um *basket* de divisas emergentes.

## Portugal

Em 2016 assistiu-se a uma dinâmica de recuperação económica em Portugal que se tem vindo a consolidar nos últimos anos. O crescimento de 1,2% do PIB foi particularmente ajudado pelo aumento do consumo privado (+3%) e pela melhoria significativa da balança comercial. O investimento foi a rúbrica que mais desiluiu, tendo caído cerca de 8%. De notar também o forte crescimento do turismo no país, com o número de dormidas hoteleiras a crescer quase 10% no ano para mais de 50 milhões, uma das surpresas positivas do ano a nível económico.

A solução governativa encontrada por António Costa revelou-se mais estável e funcional do que muitos antecipavam, tendo o Governo encetado a reversão de algumas políticas conduzidas pelo executivo anterior, verificando-se ainda assim a manutenção da tendência de maior endividamento público. No entanto, a execução orçamental foi razoavelmente bem sucedida - défice orçamental atingiu 2,1% do PIB, mas a forma como foi executada gerou desconfiança. O Governo conteve o défice com a ajuda de vários itens não recorrentes e com o adiamento de despesas correntes, dois fatores que deverão ter um impacto inverso no défice fiscal em 2017.

O cenário base do OE-17 prevê um crescimento do PIB de 1,5% em 2017, assente numa relativa estabilização do Consumo Privado e no aumento do investimento público de 1,9% para 2,2% do PIB, bem como pela evolução favorável do saldo de Conta Corrente – exportações deverão aumentar 4,2% vs crescimento de 3,6% para as importações, o que cristaliza a expectativa de uma melhoria da posição externa do país. A vulnerabilidade da economia face a choques externos poderá tornar os pressupostos contemplados no OE-17 desafiantes, não obstante o relativo sucesso de um conjunto de reformas estruturais que foram implementadas nos anos pós-crise (2011-14) e que favoreceram o crescimento económico potencial.

## Políticas Contabilísticas Relevantes

As demonstrações financeiras do BiG são preparadas de acordo com as Normas In-

ternacionais de Informação Financeira (“IFRS”) tal como emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). A aplicação destas normas contabilísticas depende de análises discricionárias baseadas em estimativas e pressupostos que podem ser condicionadas pelo contexto de volatilidade e incerteza vigentes no momento em que são realizadas. Estas análises traduzem a experiência acumulada e as perspetivas da Equipa de Gestão, entre outros fatores, e são periodicamente reavaliadas à luz do contexto operacional. Eventuais alterações a estas estimativas e pressupostos poderão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco nos períodos em que ocorrem. O Conselho de Administração considera que as estimativas e pressupostos adotados refletem de modo apropriado o contexto vigente, e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa do BiG a 31 de dezembro de 2016, de acordo com as normas IFRS.

As políticas contabilísticas relevantes utilizadas pelo Banco são discutidas em detalhe nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, sendo que a mais relevante para o Banco corresponde à mensuração pelo justo valor dos instrumentos financeiros. Isto resulta do facto de a carteira de ativos remunerados ser maioritariamente constituída por ativos líquidos, de rendimento fixo ou variável, por oposição a ativos com menor liquidez. Como resultado, a maioria do Balanço está avaliado a preços de mercado (*marked to market*), o que leva a uma maior transparência na informação contabilística. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como tem vindo a ocorrer ocasionalmente nos últimos anos, incluindo em 2016, gerando assim volatilidade no mercado, a utilização desta política de mensuração pelo justo valor, pode ter um impacto significativo na forma como os ativos financeiros são avaliados e, consequentemente, nas demonstrações financeiras do Banco.

De acordo com as normas IFRS, o cálculo do justo valor dos ativos pode ter por base três metodologias, a que correspondem diferentes níveis de incerteza: (i) O

método com menor nível de incerteza corresponde à cotação do preço do ativo num mercado altamente líquido (Nível 1); (ii) Quando um ativo não é transacionado num mercado líquido ou quando não existem preços cotados, o justo valor pode ser calculado através de metodologias de avaliação baseadas em informação de mercado de ativos financeiros comparáveis, e com recurso a modelos financeiros (Nível 2); (iii) O método com maior nível de incerteza corresponde ao cálculo do justo valor através de técnicas de avaliação que incorporem informação relevante que não é observável (Nível 3). Estas técnicas dependem em maior grau de análises discricionárias. Praticamente todos os ativos financeiros do Banco são avaliados com base em preços e informação de mercado que traduzem a utilização das metodologias de Nível 1 e 2 acima descritas. Quando outras técnicas de avaliação, designadamente a utilização de modelos financeiros, são utilizadas para calcular o justo valor de alguns ativos e estas técnicas são periodicamente revistas e validadas. Os modelos são ajustados de modo a garantir que as respetivas conclusões refletem os preços e a informação e mercado de ativos comparáveis. Adicionalmente, os modelos dão prioridade à incorporação de informação de mercado, quando disponível, face à incorporação de informação não observável. A seleção dos modelos financeiros adequados e a incorporação de informação exige um maior grau de análise discricionária quando não existe informação de mercado imediatamente disponível.

O Banco classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*), ativos financeiros disponíveis para venda (*available for sale*) e empréstimos. O BiG não tem ativos detidos até à maturidade (*held to maturity*), tal como definido pelas IAS. A classificação dos ativos financeiros é feita no momento do reconhecimento inicial em Balanço ou no momento em que são reclassificados.

Os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*) são mensurados pelo justo valor através de resultados. Os instrumentos financeiros classificados

como ativos financeiros disponíveis para venda (*available for sale*) são mensurados pelo justo valor através de reservas de reavaliação ao justo valor, em capital próprio. Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como ativos detidos para venda são reconhecidos ou desreconhecidos na data de negociação, a qual corresponde à data em que o Banco compra ou vende o ativo.

Uma terceira categoria diz respeito a empréstimos, incluindo crédito titularizado mensurado através de custos amortizados baseados em taxas de juro efetivas. **A totalidade dos ativos financeiros do Banco que não sejam classificados como crédito estão incluídas nas duas primeiras categorias, e como tal, são avaliadas a justo valor e refletidas da mesma forma nas demonstrações financeiras.**

Os passivos financeiros, incluindo depósitos e Repos são mensurados ao custo amortizado.

Outros elementos contabilísticos relevantes incluem:

*Impostos diferidos:* Os ativos por impostos diferidos, que são imateriais no BiG, podem corresponder a: (i) potenciais perdas com ativos financeiros *available for sale* registados a preços de mercado, que poderão originar futuras perdas reconhecíveis para efeitos fiscais, (ii) perdas registadas na Demonstração de Resultados que apenas podem ser reconhecidas para efeitos fiscais quando se regista o correspondente fluxo de caixa, (iii) prejuízos fiscais passíveis de serem reconhecidos no futuro. O registo de ativos por impostos diferidos traduz as estimativas do Conselho de Administração relativamente à rentabilidade futura do Banco. Eventuais alterações a estas estimativas e a outros pressupostos poderão corresponder ao registo de imparidades associadas ao valor dos ativos por impostos diferidos, com impacto negativo ao nível da Demonstração de Resultados. O reconhecimento de imparidades associadas a ativos por impostos diferidos não tem impacto ao nível dos fluxos de caixa.

*Controlo sobre avaliação de instrumentos financeiros:* As infraestruturas de controlo

são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias acima referidas, são definidos pelo Conselho de Administração e controlados ou revistos pelas funções de auditoria interna e externa do Banco.

*Revisão das receitas e despesas líquidas:* A contabilidade das receitas e despesas é da responsabilidade de funções independentes e de controlo e são verificadas diariamente pelo Conselho de Administração. O objetivo é identificar e resolver potenciais problemas associados ao valor justo ou contabilístico das receitas numa base objetiva e periódica.

*Reclassificações:* Reclassificações podem ocorrer em circunstâncias excecionais, tal como reportado em 2010 quando o Banco vendeu um número de títulos detidos até à maturidade, os quais, de acordo com o IAS 39, eram obrigados a ser reclassificados como ativos financeiros disponíveis para venda e reavaliados a justo valor. Desde essa data, o Conselho de Administração optou por não deter quaisquer títulos sob a designação de ativos financeiros detidos até à maturidade, e não planeia divergir da sua prática habitual de avaliar a preços de mercado os seus títulos em carteira, quer em termos de ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda.

## Processos Regulatórios Relevantes

*O sistema financeiro ao nível global tem estado sujeito a uma reforma profunda do seu quadro regulamentar e de supervisão desde 2008, visando, entre outros aspetos, a estabilização dos mercados financeiros, o reforço da solidez das instituições e o aumento da transparência.*

Neste enquadramento, tem-se verificado um aumento significativo da regulamentação, uma presença mais próxima das entidades reguladoras, um maior fluxo de informação e um crescente enfoque em controlos prudenciais, comportamentais e internos.

O reforço dos processos regulatórios traduz-se, por sua vez, em impactos relevantes em termos operacionais nos Bancos.

O BiG dá resposta aos diferentes processos regulatórios através da alocação, em função dos processos, de elementos das suas equipas de reporte, contabilidade, auditoria interna, gestão de risco e planeamento, sob coordenação do Conselho de Administração.

Seguidamente identificam-se alguns dos processos de reporte de informação mais relevantes realizados periodicamente pelo Banco.

### **Processo de Autoavaliação de Adequação de Capital Interno (ICAAP)**

No âmbito do processo de Autoavaliação de Adequação de Capital Interno ("ICAAP") o BiG realiza uma análise interna acerca das técnicas e modelos utilizados na avaliação qualitativa e quantitativa do capital interno e dos riscos a que está ou poderá vir a estar exposto. O BiG efetua ainda uma análise crítica acerca: (i) da adequação dos processos de gestão e acompanhamento do capital e dos riscos, (ii) das perspetivas sobre a evolução do capital interno e dos riscos materialmente mais relevantes, (iii) do seu perfil de risco e (iv) da adequação dos níveis de capital interno e avaliação das necessidades de capital.

Do ponto de vista qualitativo, este relatório reflete ainda uma análise descritiva acerca: (i) dos processos de gestão e acompanhamento do capital interno e dos riscos e (ii) da adequação da organização, estrutura e processos face às necessidades de capital interno e aos riscos incorridos.

No que concerne aos aspetos quantitativos, deve ser feita uma (i) identificação e quantificação dos riscos materialmente mais relevantes, (ii) descrição do processo de agregação das avaliações de risco, (iii) avaliação global das necessidades de capital, a qual deve contemplar, nomeadamente, a incerteza sobre o modelo utilizado, as fragilidades de procedimentos, sistemas e controlos do risco e as diferenças entre fundos próprios e capital interno.

No relatório ICAAP é ainda feita: (i) uma descrição do plano de contingência para

assegurar a gestão da atividade e a adequação do capital interno perante uma recessão ou crise, (ii) indicação dos fatores macroeconómicos considerados relevantes para efeitos do cenário de recessão ou crise e (iii) indicação das principais insuficiências detetadas no ICAAP e as medidas definidas para superar as tais insuficiências incluindo a respetiva calendarização.

O enquadramento normativo deste relatório é a instrução nº 15/2007 do Banco de Portugal, com periodicidade de reporte anual.

No seu relatório anual de ICAAP o Banco apresenta uma análise detalhada acerca dos controlos e técnicas de mitigação dos principais riscos: mercado, crédito, operacional, taxa de juro, concentração, sistemas de informação, liquidez, taxa de câmbio, *compliance* e reputação. Dos vários riscos a que o Banco está sujeito, o BiG considera como materialmente relevantes aqueles que estão definidos em sede de Pilar I (mercado, crédito, operacional e *Credit Valuation Adjustment* (CVA)), o risco de taxa de juro da carteira bancária, o risco de concentração, risco soberano e risco de *credit spread*. Para cada uma destas tipologias de risco são calculados requisitos de fundos próprios. As metodologias adotadas para o apuramento de cada uma destas tipologias de risco baseiam-se no método padrão para o risco de crédito e CVA, no método do indicador básico para o risco operacional. Para os riscos de Pilar II (risco de taxa de juro da carteira bancária, concentração, soberano e de *credit spread*) são utilizados modelos internos ou modelos baseados em metodologias desenvolvidas por outros Bancos Centrais. Para o risco de mercado são também utilizados modelos alternativos ao método padrão para avaliação dos requisitos de fundos próprios. Para apuramento dos requisitos totais o BiG considera a propriedade da independência entre os riscos.

Na sequência do exercício anual efetuado pelo BiG, o Conselho de Administração considera que os atuais níveis de capital e liquidez são adequados tendo em conta: (i) o perfil de risco, (ii) as condições atuais, (iii) as perspetivas para o futuro próximo e (iv) a dimensão e complexidade do Banco.

### **Supervisory Review of Evaluation Process (SREP)**

O *Supervisory Review and Evaluation Process* ("SREP") é o processo de análise e avaliação, conduzido pelas autoridades de supervisão, que visa assegurar se cada instituição de crédito dispõe de estratégias, processos, capital e liquidez adequados aos riscos a que está ou poderá vir a estar exposta. Este processo enquadra-se no segundo Pilar de Basileia.

O supervisor tem por objetivo determinar os requisitos de capital e liquidez e as demais medidas de supervisão para colmatar as fragilidades específicas de cada instituição tendo em conta não apenas características de cada instituição como também o risco que a mesma constitui para o sistema financeiro.

O SREP é um processo que é aplicado tanto a entidades significativas como a entidades menos significativas tendo em linha de conta o princípio da proporcionalidade. A frequência e a intensidade da avaliação realizada no SREP por parte do supervisor variam consoante: (i) o impacto potencial de cada instituição no sistema financeiro e (ii) o respetivo perfil de risco.

A análise feita pelo supervisor no âmbito do SREP estabelece que devem ser avaliados os riscos aos quais as instituições se encontram expostas. Esta análise deve incluir: (i) modelo de negócio, (ii) governo interno e gestão do risco, (iii) riscos para capital e (iv) riscos para liquidez e financiamento.

Na sequência desta análise é feita uma avaliação global tendo por base uma abordagem holística, onde são tomadas decisões relativas às medidas quantitativas de capital e liquidez, bem como outras medidas de supervisão.

Nesta abordagem de SREP feita pelo supervisor estão compreendidos os seguintes exercícios:

#### **Avaliação de Risco**

A avaliação do risco permite aferir continuamente os níveis de risco a que a instituição se encontra exposta e os respetivos controlos internos. Esta avalia-



ção baseia-se numa análise quantitativa e qualitativa e recorre a indicadores retrospectivos e prospetivos.

Os riscos com impactos no capital e na liquidez são avaliados por níveis de risco e pelos correspondentes procedimentos de controlo/mitigação do risco implementados. O Banco de Portugal afere o risco e a rendibilidade de negócio das instituições, bem como o respetivo governo interno e gestão do risco. Todas as avaliações são, depois, integradas numa avaliação global.

### **Avaliação da Adequação de Capital e de Liquidez**

O SREP compreende uma análise abrangente dos processos internos de avaliação da adequação de capital – ICAAP e da liquidez – ILAAP. Estes são processos-chave de gestão do risco das instituições, que contribuem para a determinação dos requisitos de capital e liquidez.

O supervisor afere o cumprimento dos requisitos de fundos próprios definidos no Pilar I dos Acordos de Basileia, que considera como limites mínimos. Adicionalmente, as instituições devem constituir requisitos específicos de fundos próprios e de liquidez adicionais para cobrir riscos não cobertos, ou não integralmente cobertos pelo Pilar I. Para o efeito, as instituições têm de utilizar os seus métodos internos de cálculo e avaliação, refletidos nos seus processos de ICAAP e ILAAP.

### **Quantificação de Capital e Liquidez entre outras**

O Banco de Portugal utiliza no SREP informação relativa a cada instituição: (i) reportes periódicos, (ii) ICAAP e ILAAP, (iii) apetência ao risco, (iii) *benchmarks* ou *proxies* de supervisão utilizados para verificar e testar as estimativas das instituições, (iv) resultados da avaliação de risco, (v) resultado dos testes de esforço, e (vi) prioridades gerais do Banco de Portugal em matéria de riscos.

Com base na informação analisada e avaliada ao longo do SREP, o Banco de Portugal efetua a avaliação global da adequação dos fundos próprios e da liquidez da insti-

tuição de crédito e prepara decisões. As decisões de SREP incluem uma conclusão global sobre o nível adequado de fundos próprios e de liquidez da instituição avaliada. Podem incluir igualmente medidas qualitativas, por exemplo de resolução de deficiências da gestão do risco das instituições. As conclusões desta análise e quaisquer ações corretivas necessárias são comunicadas à instituição de crédito, à qual é dada oportunidade de apresentar por escrito ao Banco de Portugal observações sobre os factos, objeções e fundamentos jurídicos relevantes para a decisão.

### **Plano de Recuperação**

O Plano de Recuperação é um instrumento para a gestão de crises financeiras, que descreve as medidas e procedimentos a adotar para retomar o equilíbrio financeiro e o normal funcionamento do negócio após a ocorrência de um evento dessa natureza.

Os principais objetivos do Plano de Recuperação passam por estabelecer um processo de planeamento organizado e preventivo das medidas de gestão a seguir caso se verifique uma crise financeira, idiossincrática ou sistémica, assegurando que o Banco tem capacidade para reagir de forma atempada e adequada à mesma.

O enquadramento normativo deste reporte é o Aviso n.º 03/2015 do BdP, Art.º 116.º D do RGICSF e o Regulamento Delegado (UE) 2016/1075 da Comissão. O BiG prepara e reporta o seu Plano de Recuperação ao Banco de Portugal desde 2013.

O Plano de Recuperação do BiG prevê um conjunto de medidas de recuperação que visam o reforço da liquidez, capital ou fundos próprios do Banco, descrevendo os mecanismos e pressupostos subjacentes ao seu eventual acionamento num cenário de tensão macroeconómica e financeira grave. Estes mecanismos preveem, designadamente, a possibilidade de alienação de ativos do Banco com o intuito de corrigir insuficiências ou necessidades financeiras, o acesso a meios de financiamento como forma de manutenção do normal desenvolvimento da atividade e o aumento do capital com o objetivo de reforçar os níveis de solvabilidade do Banco.

Como parte integrante da gestão, e para efeitos de elaboração do Plano de Recuperação, o BiG identificou os indicadores de recuperação relevantes. A natureza destes indicadores é: (i) capital, (ii) liquidez, (iii) qualidade dos ativos e (iv) rendibilidade dos ativos. Estes indicadores são essencialmente alertas preventivos para o acionamento de medidas de recuperação. Estes traduzem-se, na prática, em valores resultantes da monitorização de eventos e/ou em resultados dos testes de esforço e análise de cenários efetuados diariamente no âmbito da estrutura de controlo e gestão de risco do Banco. Este acompanhamento permite uma pronta resposta e a tomada de ação imediata, de forma a assegurar a viabilidade e solidez financeira do Banco.

O enquadramento normativo prevê que no Plano de Recuperação estejam definidos um nível de alerta e um nível de ativação para cada um dos indicadores de recuperação. Na eventualidade de algum dos *triggers* ser atingido, as instituições terão que notificar o Banco de Portugal de tal facto bem como avaliar a necessidade da tomada de alguma das medidas de recuperação. Estes níveis são sinalizadores preventivos que têm como objetivo antecipar, mitigar e evitar eventuais problemas financeiros na Instituição. O BiG para além dos níveis de alerta e ativação, definiu também para cada um dos indicadores de recuperação níveis de pré-alerta. Este nível de pré-alerta constitui um aviso apenas interno e tem por objetivo que sejam tomadas as medidas necessárias de forma pró-ativa para que os níveis de alerta e ativação nunca sejam atingidos.

### **Plano de Financiamento e Capital**

O Plano de Financiamento e Capital (Funding and Capital Plan) é um exercício de previsão a médio-longo prazo, realizado anualmente pelo Banco, que incide sobre a evolução futura expectável das principais rubricas de resultados, ativos, passivos e fundos próprios do Banco. Constitui um elemento de informação submetido periodicamente pelas instituições financeiras nacionais ao Banco de Portugal ao abrigo das suas funções de supervisão prudencial, e conforme previsto na sua Instrução n.º 18/2015.

Desde 2011, ano em que foi estabelecida a obrigatoriedade deste reporte pelas instituições financeiras, então no contexto do programa de assistência económica e financeira a Portugal, o Plano de Financiamento e Capital tem sofrido várias alterações, incluindo na sua periodicidade de realização e no seu formato, conteúdo e nível de detalhe. Atualmente, o Plano é preparado e reportado pelo Banco anualmente e contém previsões detalhadas de rubricas de resultados, balanço e fundos próprios para um horizonte temporal de 3 anos, incluindo previsões trimestrais para o exercício económico em curso à data do reporte.

### Processo de planeamento do Banco

A preparação do Plano pelo Banco baseia-se em larga medida num processo interno de planeamento financeiro a médio-longo prazo coordenado pelo Conselho de Administração. Este processo de planeamento incorpora um conjunto de expectativas quanto à gestão dos ativos remunerados e fontes de financiamento do Banco. Na medida em que constitui um exercício previsional, o Banco tipicamente assume condições de mercado normalizadas, identificando-se ainda assim alguns fatores de risco com potencial impacto no negócio do Banco e por conseguinte nas previsões efetuadas.

Por norma, o Banco não estima uma taxa específica para o crescimento dos seus

ativos. Pelo contrário, o crescimento do Balanço deriva dos fundos disponíveis, das condições de mercado, e da existência de uma base de capital que garante resiliência nos cenários de maior *stress*.

Similarmente, em função das condições de mercado, o Banco poderá efetuar ajustamentos às diferentes áreas de negócios, oferta de produtos e canais de distribuição, tendo em vista aumentar o financiamento estável, assegurar a preservação do capital e melhorar as receitas

### Resumo de orientações e evolução previsional de alguns indicadores

Os pressupostos fundamentais considerados pelo Banco incluem crescimento orgânico sustentável e foco contínuo num modelo de negócio baseado em reduzida alavancagem, elevados níveis de capital e níveis confortáveis de liquidez. A estrutura de ativos do BiG é constituída maioritariamente por ativos financeiros com qualidade e liquidez, disponibilidades e aplicações de curto-prazo.

A base de ativos remunerados do Banco tem-se focado em obrigações *investment grade* e títulos de dívida “*corporate*” e soberana emitidos por países membros da Zona Euro e, também dos EUA. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas e com base na experiência do Conselho de Administração relativamente a estes mercados.

A reduzida orientação do BiG para a concessão de crédito tem por base a perceção de níveis de risco e retorno considerados inadequados ao longo das duas últimas décadas. O Conselho de Administração espera que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior à média de mercado durante o futuro próximo. Com efeito, atendendo ao elevado nível de endividamento empresarial português, e à crescente pressão sobre o setor financeiro para gerar resultados, o Conselho de Administração acredita que continua a ser pouco atrativa a alteração do atual perfil de ativos remunerados em favor de um aumento crédito tradicional.

A estrutura de financiamento do BiG é maioritariamente constituída por uma base de depósitos sólida, recursos de outras instituições de crédito e capitais próprios do Banco.

Prevê-se para os próximos anos a manutenção do perfil de recursos do Banco, prossequindo uma estratégia de financiamento prudente, sobretudo com base em recursos estáveis e uma reduzida dependência face ao mercado monetário.

Em particular, assumindo um crescimento moderado do balanço, os planos de financiamento preveem uma continuidade da tendência de crescimento da base de depósitos e o recurso a fontes alternativas de financiamento como acordos de recompra, designadamente através de contrapartes centrais (*clearing houses*), como a Eurex Repo.

T.4

(Euro)

	2013	2014	2015	2016	2017E	2018E	2019E
<b>Carteira de ativos financeiros (1)</b>	<b>896.781.078</b>	<b>1.118.818.119</b>	<b>1.019.177.466</b>	<b>1.096.511.868</b>	<b>1.179.087.305</b>	<b>1.267.518.853</b>	<b>1.343.569.984</b>
% crescimento	25,0%	24,8%	-8,9%	7,6%	7,5%	7,5%	6,0%
<b>Crédito líquido (2)</b>	<b>196.918.521</b>	<b>136.162.160</b>	<b>376.820.146</b>	<b>437.484.868</b>	<b>500.920.468</b>	<b>521.450.852</b>	<b>533.065.184</b>
% crescimento	2,2%	-30,9%	176,7%	16,1%	14,5%	4,1%	2,2%

Fonte: BiG

(1) Inclui ativos financeiros detidos para venda, ativos financeiros detidos para negociação e investimentos até à maturidade (não existentes a partir de 2010).

(2) Inclui, a partir de 2011, ativos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*), anteriormente considerados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

T.5

(Euro)

	2013	2014	2015	2016	2017E	2018E	2019E
Depósitos à ordem	190.980.331	245.717.024	315.113.085	428.793.894	389.512.636	405.916.533	423.513.383
Depósitos a prazo	442.259.603	503.532.070	519.022.094	589.609.007	644.858.247	672.015.746	701.148.238
Outros	50.477.356	55.487.367	51.350.688	30.646.952	56.797.699	59.189.671	61.755.597
<b>Total de recursos de clientes</b>	<b>683.717.291</b>	<b>804.736.461</b>	<b>885.485.868</b>	<b>1.049.049.853</b>	<b>1.091.168.581</b>	<b>1.137.121.951</b>	<b>1.186.417.218</b>
% crescimento	25,7%	17,7%	10,0%	18,5%	4,0%	4,2%	4,3%

Fonte: BiG

Em virtude de um conjunto de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu capital de forma conservadora, prevenindo-se a continuidade desta tendência. Ao longo dos anos, e não obstante o pagamento de mais de € 100 milhões em dividendos desde 2004 (incluindo o pagamento antecipado e proposto referente ao exercício de 2016), o capital próprio do Banco aumentou para os atuais € 265,6 milhões, exclusivamente em virtude de resultados retidos e aumentos de capital dirigidos ao Conselho de Administração e colaboradores, no âmbito de programas aprovados de compra de ações ou opções de aquisição de ações.

Os níveis de capital projetados revelam-se adequados aos riscos identificados no âmbito dos trabalhos associados ao *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (ICAAP).

### Outros Desenvolvimentos Regulatórios

No período 2015-2016, destacamos as seguintes alterações legislativas ou regulamentares:

#### Regulamento (UE) 2016/679 – Proteção de dados

Este diploma relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Os princípios e as regras em matéria de proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais deverão respeitar, independentemente da nacionalidade ou do local de residência dessas pessoas, os seus direitos e liberdades fundamentais, nomeadamente o direito à proteção dos dados pessoais. Este regulamento tem como objetivo contribuir para a realização de um espaço de liberdade, segurança e justiça e de uma união económica, para o progresso económico e social, a consolidação e a convergência das economias a nível do

mercado interno e para o bem-estar das pessoas singulares. A rápida evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios em matéria de proteção de dados pessoais. As novas tecnologias permitem às empresas privadas e às entidades públicas a utilização de dados pessoais numa escala sem precedentes no exercício das suas atividades. As novas tecnologias transformaram a economia e a vida social e deverão contribuir para facilitar a livre circulação de dados pessoais na União e a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção dos dados pessoais. Esta evolução exigiu um quadro de proteção de dados sólido e mais coerente na União, apoiado por uma aplicação rigorosa das regras, pois é importante gerar a confiança necessária ao desenvolvimento da economia digital no conjunto do mercado interno.

#### CRS – Common Reporting Standard

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE") desenvolveu o *Common Reporting Standard* (CRS). Este é um regime desenvolvido no âmbito do Standard Global de Troca Automática de Informação Fiscal que tem como intuito verificar a incidência sobre património e rendimentos ou outros ganhos de investimentos obtidos em países diferentes da residência fiscal do Cliente. Portugal foi um dos primeiros países a subscrever o Acordo Multilateral formalizado pela OCDE, tendo também a União Europeia ("UE") subscrito este regime através da publicação da Diretiva comunitária (2014/10/EU do Conselho Europeu), que obriga à respetiva transposição para a legislação nacional dos Estados-Membros, formalizando-se assim a obrigatoriedade de troca de informação para efeitos fiscais entre Autoridades Fiscais.

#### Operações com jurisdições Offshore

Aviso n.º 8/2016 - Este Aviso concretiza os deveres de registo e de comunicação ao

Banco de Portugal previstos nos números 3 e 5 do artigo 118.º-A do RGICSF e estabelece, no geral, os requisitos necessários para assegurar um adequado conhecimento das operações destinadas a ordenamentos jurídicos *off-shore* bem como as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao seu efetivo cumprimento.

#### Orientações da EBA/GL/2015/18 sobre Governança e Monitorização de Produtos Bancários de Retalho e Medidas de Mitigação de Riscos de Conduta associados a *mis-selling* de produtos de aforro e de investimento

Tendo em consideração a crescente preocupação em torno dos riscos de conduta, devido aos impactos que estes poderão ter sobre os clientes, sobre a reputação e solidez das instituições financeiras, sobre a confiança dos agentes e, em consequência, na estabilidade do sistema financeiro, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) desenvolveu uma análise sobre esta matéria, em particular no que respeita às práticas de *mis-selling* de produtos de aforro e de investimento, tendo divulgado em Março de 2016 um conjunto de medidas de prevenção e mitigação desses riscos a observar pelas instituições financeiras. Através destas Orientações, a EBA recomenda aos criadores e distribuidores de produtos bancários de retalho que implementem procedimentos para a conceção e comercialização desses produtos, em que se identifique a estratégia, as funções e os processos internos associados e, bem assim, que salvaguardem a respetiva revisão ao longo do ciclo de vida dos referidos produtos. Pretende-se, por esta via, assegurar que, tanto no processo de criação dos produtos em causa, como no contexto da sua distribuição, os interesses, objetivos e características dos consumidores são devidamente considerados, evitando potenciais prejuízos para esses clientes e minimizando a ocorrência de situações de conflito de interesses.

T.6

(Euro)

	2013	2014	2015	2016	2017E	2018E	2019E
Rácio Common Equity Tier 1	n.a.	35,1%	33,2%	31,6%	29,6%	30,7%	32,1%
Rácio Core Tier 1	32,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: Banco BIC

O setor financeiro a nível global tem registado profundas alterações regulatórias e de supervisão desde 2008. Antecipa-se que este tipo de alterações persista e se intensifique. A crescente regulação tem tido um impacto material no contexto operacional dos bancos e traduz a necessidade de: (i) estabilizar os mercados financeiros, (ii) reforçar a solidez das instituições financeiras, e (iii) aumentar a transparência. Estas alterações correspondem a uma supervisão mais rigorosa associada a uma maior presença das entidades supervisoras, a requisitos de reporte mais intensivos e a um maior foco no controlo prudencial, comportamental e interno.

### Análise Sumária – Indicadores Chave

Para uma análise mais detalhada, por favor consulte a secção: *Resultado das Operações de 2016 e Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*

### Capital e Solvabilidade

A utilização e afetação de capital, bem como a robustez, consistência e transparência dos rácios de solvabilidade são, para o Conselho de Administração, de extrema importância na gestão diária do Banco. O nível adequado de capital fornece aos clientes e às contrapartes confiança, e reflete os aspetos chave de como o Banco gere o negócio. Estes são, entre outros, fatores como (i) vigiar atentamente os riscos potenciais assim como os retornos esperados, (ii) aplicar o resultado dos processos de testes de esforço e planeamento de capital à gestão diária do balanço, (iii) avaliar objetivamente o ambiente empresarial e (iv) identificar e avaliar os potenciais riscos materiais, sejam

estes específicos ou estratégicos. Conforme referido anteriormente, o Banco efetua projeções de capital e financiamento regularmente e envia ao regulador, numa base anual, o resultado do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), que incorpora extensas análises realizadas regularmente, algumas das quais diariamente. Estas análises são um pilar fundamental para manter disciplina na tomada de risco e, consequentemente, na utilização de capital.

#### Breve resumo do processo de gestão de capital:

Em 2016, os rácios de capital e solvabilidade do Banco permaneceram consistentes com anos anteriores. Esta consistência é estratégica e corresponde a uma gestão cautelosa do modelo de negócio, ao controlo do risco, ao foco na qualidade dos resultados e a uma política de retenção da maioria dos resultados, independentemente dos contextos económico e regulatório.

A combinação de resultados robustos, de uma política conservadora e consistente de distribuição de dividendos, e da desvalorização dos ativos financeiros disponíveis para venda registada na rubrica de Reserva de Reavaliação ao Justo Valor, resultou numa pequena redução do valor dos capitais próprios do Banco para € 265,6 milhões. Este valor é composto inteiramente por capital próprio, e inclui o impacto de um dividendo antecipado no valor de € 9,4 milhões, distribuído aos acionistas antes do final de 2016, com base nos resultados obtidos e certificados pelo auditor externo do Banco para o período findo a 30/09/16. Em 31/12/16, o BiG registou 2.598 ações próprias (1.732 a 31/12/14). A emissão de € 12 milhões de ações preferenciais não teve qualquer im-

pacto nos capitais próprios do Banco porque foi registada no contexto de um plano de incentivos a colaboradores financiado pelo Banco e as ações serão remidas ao fim de 3 anos. O capital da rubrica “Fundos Próprios”, calculado de acordo com a regulação do Banco Central, ascendia a € 291 milhões a 31/12/16, inferior em 7% aos € 312,7 milhões a 31/12/15.

**O Tier 1 Capital do Banco atingiu os 31,6% no final de 2016, face a 33,2% no final do ano anterior, e foi calculado numa base *phasing-in*. Este rácio tem-se mantido consistentemente acima dos valores mínimos regulamentares, mesmo nas difíceis condições de mercado verificadas nos últimos 18 anos.**

De forma a garantir um uso prudente do capital e um nível confortável de reservas, o Banco efetua diversos testes de esforço numa base diária. Estes incluem vários testes às mais importantes rubricas do Balanço, controlos diários dos limites internos e prudenciais estabelecidos pelo Banco e uma série de testes de esforço ao rácio de solvabilidade desenvolvidos internamente. Estes testes foram definidos para avaliar o impacto no Tier 1 Capital de alterações improváveis, mas teoricamente possíveis, no sentimento de mercado, com potencial impacto direto nos rácios de solvabilidade do Banco. Os resultados dos testes de esforço, ainda que hipotéticos, servem regularmente como aviso ao Conselho de Administração e às diversas áreas de negócio, para reduzir o risco ou diversificar as concentrações. Alguns exemplos de resultados de alguns cenários extremos analisados pelo Conselho de Administração a 31/12/2016 são apresentados e discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO do presente relatório e na Nota 40. Estes resultados assumem a combinação

T.7

(Euro)

Capital	2016	2015	2014	2013
Capital	156.000	156.000	104.000	104.000
Prémios de emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Ações Próprias	-2	-2	-153	-1.084
Reserva de justo valor	-87.095	-48.229	-7.284	-2.180
Outras reservas e resultados transitados	160.994	105.204	96.515	58.947
Resultado líquido do exercício	43.712	74.509	82.529	58.628
Capitais Próprios	265.611	276.364	261.369	207.193
Fundos Próprios	290.951	312.743	261.300	202.590
TIER 1 Capital	31,6%	33,2%	35,1%	32,7%

F.1



de dois eventos extremos: (i) quedas súbitas e acentuadas no preço de certos tipos de títulos de dívida soberana e (ii) o consequente reconhecimento como imparidade e correspondentes movimentos na rubrica de Reserva de Reavaliação ao Justo Valor e nos resultados do Banco.

Os cenários assumem o seguinte reconhecimento em Fundos Próprios de variações negativas no justo valor dos ativos:

**Cenário 1:** Reconhecimento em fundos próprios de 80% das reservas de justo valor negativas.

**Cenário 2:** Reconhecimento em fundos próprios de 100% das reservas de justo valor negativas.

**Cenário 3:** Reconhecimento em fundos próprios de 60% das reservas de justo valor negativas registadas após aplicação

dos *haircuts* da EBA, considerando o efeito da cobertura do risco de taxa de juro.

Na tabela T.8 apresentam-se os resultados do impacto no rácio de solvabilidade do Banco no final de Dezembro de 2016, em cada cenário.

Adicionalmente a estes testes de esforço desenvolvidos internamente pelo Conselho de Administração e pela equipa de Risco de Mercado, outros testes são realizados de acordo com os requisitos regulatórios. O Banco analisa igualmente a forma como, num cenário de crise severa, seria gerido o balanço do Banco, em termos de geração de liquidez e/ou aplicação dos ca-

pitais próprios. Esta aferição incorpora riscos de mercado, de crédito e operacionais e, quando combinada com análises de cenários diárias, conforme descrito anteriormente e na secção de GESTÃO DE RISCO do presente relatório, constitui a base para a avaliação permanente pelo Conselho de Administração relativamente à adequação do capital do Banco.

### Liquidez e Recursos

A liquidez manteve-se elevada em 2016, e os principais componentes de liquidez e financiamento permaneceram em linha com os anos anteriores.

T.8

Dezembro 2016 - Stress test	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Total Capital Ratio	28,9%	26,5%	24,1%
T1 Capital Ratio	28,9%	26,5%	24,1%

T.9

(Euro 000)

Liquidez e Recursos	2016	2015	2014	2013
Crédito concedido / Depósitos de clientes	41,7%	42,6%	16,9%	28,8%
Ativos remunerados / Total do ativo líquido	69,5%	71,4%	84,8%	80,4%
BCE	0	165.007	180.173	130.315
Outros recursos	396.823	171.220	108.264	143.478
Depósitos de clientes/ Total passivo e capital	59,6%	57,4%	55,7%	56,3%

O Rácio Crédito / Depósitos manteve-se relativamente inalterado face ao ano anterior. A categoria de crédito concedido representou um maior volume de títulos garantidos por RMBS, classificado como crédito a clientes. As fontes de financiamento por via de acordos de curto-prazo de venda/recompra estabelecidos com diferentes contrapartes da banca internacional cresceram em termos absolutos e substituíram a pequena componente de financiamento junto do BCE, em condições mais atrativas. A liquidez potencial não utilizada do Banco, baseada na capacidade de usar instrumentos financeiros elegíveis como colateral para aceder a linhas adicionais de financiamento, permanece elevada, com um rácio de ativos elegíveis/depósitos superior a 50%. A liquidez disponível aumenta, em média, para mais de 100% dos depósitos quando os ativos financeiros disponíveis para venda não-elegíveis e os valores em caixa são incluídos no valor disponível não utilizado das *Pools* do BCE/Eurex, como pode ser verificado no resumo trimestral para 2016 apresentado na tabela T.10.

O rácio de Crédito Concedido/Total Ativo Líquido correspondeu a 24,9% a

31/12/2016, mantendo-se praticamente inalterado relativamente ao registado a 31/12/2015. O rácio Crédito Concedido/Depósitos, um indicador chave de liquidez, registou um ligeiro decréscimo para 41,7% no final de 2016, face aos 42,6% verificados no final do ano anterior. O crédito tradicional permanece um segmento não estratégico, particularidade que constitui um fator chave no modelo de negócio do Banco e fundamental para a sua gestão da liquidez, da qualidade dos ativos e da utilização eficiente do capital próprio.

Em 2016, tal como em anos anteriores, a maioria dos ativos do Banco correspondiam a ativos financeiros líquidos, detidos para negociação (HFT) ou disponíveis para venda (AFS). O Conselho de Administração considera que a estratégia de manter uma carteira de ativos líquidos registados a preços de mercado, encoraja a disciplina nas tomadas de risco e o crescimento do Balanço, o que coincide com a política de absoluta transparência na avaliação de ativos financeiros. A combinação de (i) uma baixa concentração de crédito ilíquido, (ii) uma reduzida alavancagem do Balanço relativamente ao capital próprio e fontes estáveis de

financiamento e (iii) uma política de manutenção de uma carteira de ativos permanentemente disponíveis e livres de encargos garantindo níveis de liquidez confortáveis, são fundamentais para o modelo de negócio do Banco e para a rentabilidade registada desde que foi fundado.

As principais fontes de financiamento do Banco durante 2016 incluíram (i) depósitos de Clientes que aumentaram 18,5% face ao ano anterior, (ii) capitais próprios, (iii) o financiamento através de acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, que cresceram face a 2015 e (iv) financiamento através de acordos de recompra de curto prazo com a Eurex Repo, que diminuíram em termos homólogos. O Banco não emite títulos de dívida dado não serem passivos estratégicos no atual modelo de negócio e planos de investimento do Banco. Consequentemente, o BiG continua a ser menos afetado pelo acesso limitado ao financiamento sentido por parte dos bancos portugueses em resultado da notação *non-investment grade* do país, situação que o Conselho de Administração antecipa que permanecerá indefinidamente.

T.10

(Euro)

	Valores médios 1.º trimestre 2016	Valores médios 2.º trimestre 2016	Valores médios 3.º trimestre 2016	Valores médios 4.º trimestre 2016
ECB - Valor da POOL - Ativos elegíveis (inclui <i>haircut</i> )(1)	266.779.734	266.278.915	287.335.325	370.040.795
ECB - Valor da POOL - Tomadas	183.333.333	90.000.000	0	0
ECB - Valor da POOL - Disponíveis	<b>83.446.400</b>	<b>176.278.915</b>	<b>287.335.325</b>	<b>370.040.795</b>
EUREX Repo - Valor da POOL(2)	312.725.186	499.895.173	457.370.029	415.733.908
EUREX Repo Tomadas Net: (Tomadas - cedências)	138.333.333	203.505.768	158.666.667	201.666.667
Eurex Repo - Disponíveis	<b>139.293.702</b>	<b>237.886.580</b>	<b>222.938.960</b>	<b>163.228.860</b>
Ativos elegíveis e disponíveis para colateral não integrados nas POOLS	<b>56.570.886</b>	<b>30.816.335</b>	<b>82.600.716</b>	<b>37.551.215</b>
Total de ativos elegíveis e disponíveis	<b>279.310.988</b>	<b>444.981.831</b>	<b>592.875.000</b>	<b>570.820.870</b>
Ativos elegíveis não disponíveis (dados como garantia - SII, Eurex, Outras Repos)	139.839.622	87.580.585	148.793.717	130.306.843
Activos não elegíveis dados em colateral em repos	29.723.117	39.368.118	26.343.371	4.809.667
Activos não elegíveis livres	633.010.034	522.974.764	445.753.008	501.545.588
Activos não elegíveis - Total	662.733.151	562.342.882	472.096.379	506.355.255

(1) POOL de ativos valorizada com preços do ECB que podem não coincidir com os preços de mercado.

(2) POOL de ativos valorizada aos preços da Eurex.



## Resultados

**O Produto Bancário do Banco diminuiu para € 75,7 milhões em 2016, comparando com € 148,7 milhões no ano anterior. O Resultado Líquido registou uma quebra de 41,3% para € 43,7 milhões, face a € 74,5 milhões em 2015 e a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) do Banco cifrou-se em 16,1%, face a 27,7% registado no final de 2015.**

Num contexto político e económico adverso a nível nacional e global, as prioridades do Conselho de Administração incluíram: (i) preservar capital, (ii) reduzir riscos, (iii) analisar e investir em novas linhas de negócio, (iv) controlar a despesa e os investimentos discricionários, e (v) preparar o negócio para incerteza antecipada. Sendo hábito do Conselho de Administração promover o crescimento do Banco de forma cuidada, enquanto opera num ambiente imprevisível, optou-se pelo controlo e, em alguns casos, redução da exposição ao risco durante o ano, de modo a preservar o capital e a integridade do negócio. Como o Banco desenvolve a sua atividade operacional diariamente num contexto de crise potencial, o Conselho de Administração procura posicionar o Banco de forma a crescer de modo sustentável, e produzir resultados respeitáveis num período que continua a ser desafiante para os concorrentes no sistema bancário português.

Em 2016, a margem financeira do Banco aumentou devido, nomeadamente, a (i) um nível ligeiramente superior de ativos remunerados, embora com um declínio das *yields* dos títulos de renda fixa num contexto de crescimento económico incerto, (ii) redução do custo médio de financiamento, e (iii) à gestão cautelosa da carteira do Banco. Como observado desde 2014, o contexto de taxas de juro

continuou a influenciar negativamente os níveis de aversão ao risco dos clientes, a que correspondeu uma redução do volume de negociação e montantes mais elevados de *cash* e de investimento. Esta tendência teve um impacto negativo nas comissões de corretagem e positivo nas comissões de gestão de ativos.

O negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais do Banco teve um desempenho positivo em 2016, embora inferior a 2015. No que concerne às diferentes linhas de negócio (ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO), o negócio de retalho especializado do Banco gerou € 11,5 milhões de Provedores Líquidos, abaixo dos € 12,4 milhões registados em 2015. As receitas do segmento de Clientes Empresas e Institucionais diminuíram cerca de 66,2%, devido a um menor fluxo de negócio e de receitas provenientes de transações de clientes.

Do lado da despesa, as principais rubricas de custos operacionais, líquidos de imparidades, diminuíram significativamente, em linha com o decréscimo registado ao nível das receitas. As principais componentes incluíram uma considerável redução de custos com pessoal e de despesas relacionadas com custos gerais administrativos, enquanto os custos com amortizações aumentaram. Este aumento corresponde ao crescimento do espaço físico e aos continuados *upgrades* de sistemas de informação. Em 2016, o **rácio de eficiência do Banco, definido como Custos de Trans-formação/Produto Bancário, cifrou-se em 36,7%**, enquanto a média dos três períodos anteriores se fixou em cerca de 23%.

As provisões líquidas contribuíram positivamente para os resultados em 2016, traduzindo a reversão parcial de provisões registadas para riscos bancários gerais associados a contingências com responsabili-

dades para o Fundo de Resolução, devido a clarificações contabilísticas relativamente às responsabilidades futuras do setor bancário.

As provisões para imparidades diminuíram em 2016 face aos € 1,4 milhões registados em 2015. A provisão para impostos do Banco caiu para € 14,7 milhões, face aos € 33,1 milhões em 2015 e € 42,1 milhões em 2014, e representou uma taxa de imposto de 25,2%, face a 30,8% em 2015, 33,8% em 2014 e 36,2% em 2013. Esta taxa decorre da redução de resultados tributáveis, em combinação com a tributação de emergência imposta pelo Governo para o setor bancário.

## Política de Dividendos

Sob recomendação do Conselho de Administração, os acionistas aprovaram, desde a fundação do Banco, uma política de constituição de uma base de capital através de resultados acumulados. As propostas de distribuição de dividendos são feitas, regra geral, pelo Conselho de Administração, e são sujeitas a aprovação prévia por parte do Banco de Portugal, em conformidade com a legislação em vigor. Adicionalmente, são periodicamente ratificadas pelos acionistas em assembleia anual de acionistas.

Dividendos interinos ou distribuições antecipadas de resultados podem ser aprovados pelo Conselho de Administração, com base em resultados do período devidamente certificados e sujeito à aprovação do Banco de Portugal. Este tipo de distribuição de resultados é posteriormente ratificada como parte do dividendo anual proposto em assembleia anual de acionistas.

Desde que o Banco iniciou a distribuição de dividendos em 2004, o Banco tem retido, em média ao longo dos últimos 12 anos, 65% do Resultado Líquido e tem distribuído, aproximadamente, 35% em dividendos.

T.11

(Euro 000)

Resultados	2016	2015	2014	2013
Produto bancário	75.692	148.706	169.375	125.022
Custos Operacionais (antes de imparidades)	-16.931	-39.681	-44.685	-33.050
Imparidades	-318	-1.424	-209	-195
Resultados de associadas	0	0	176	163
Resultados antes de imposto	58.443	107.601	124.656	91.938
Impostos	-14.731	-33.092	-42.127	-33.311
Resultado Líquido	43.712	74.509	82.529	58.628

Para o ano fiscal de 2016, o dividendo proposto é de € 0,10 por ação, representando um rácio de *payout* de 35,7% para 2016 (25,5% em 2015), e inclui, o dividendo parcial antecipado no valor de € 0,06 por ação, pago aos acionistas em novembro de 2016, com base nos resultados líquidos apurados e certificados pelo auditor externo do Banco para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2016. A história recente de *payouts* do Banco encontra-se descrita na tabela T.12. O Banco já distribuiu aos Acionistas cerca de € 117 milhões sob a forma de dividendos desde 2004, incluindo o pagamento do dividendo proposto relativo a 2016.

### Enquadramento Concorrencial

No último ano, os principais fatores com impacto no enquadramento concorrencial corresponderam: (i) ao novo regime de resolução de instituições financeiras com recurso a mecanismos de *bail-in* a partir de 1 de janeiro de 2016, (ii) ao aumento da pressão regulatória sobre o setor bancário e respetivos custos associados, (iii) ao peso das estruturas legadas na reduzida capacidade dos bancos em reforçar a sua base de capital, e (iv) a acumulação de responsabilidades por parte de um Fundo de Resolução sub-capitalizado, com consequências incertas quanto ao modo como serão cobertas as necessidades de financiamento que se antecipam.

Durante o ano 2016, a venda planeada do Novo Banco foi sendo protelada e acabou por ser suspensa e novamente adiada para 2017. Em 2016, o Bankinter entrou no mercado nacional na sequência da aquisição da maioria da operação de retalho do Barclays em Portugal, concluída ainda em 2015. O Banco Santander, que no final de 2015 adquiriu o BANIF no contexto de uma súbita resolução imposta pelo BCE, rapidamente consolidou a sua posição e regressou a níveis robustos de rentabilidade. O CaixaBank, também de Espanha,

manteve a sua estratégia firme relativamente ao BPI, e adquiriu a maioria do respetivo capital através de uma oferta pública de aquisição concluída em fevereiro de 2017. Os acontecimentos registados na Caixa Geral de Depósitos, designadamente as alterações ao Conselho de Administração e a recapitalização do banco, suportada pelos contribuintes, através da injeção de elevados níveis de capitais públicos (adiada para 2017), dominaram a agenda política nacional e provavelmente terão beneficiado os principais concorrentes na banca de retalho, mas tiveram um impacto marginal no negócio do BiG. Adicionalmente, outras operações no setor financeiro, relacionados com empresas de menor dimensão ou com seguradoras, estariam em diferentes fases de análise ou execução no final do ano.

Os temas em destaque no setor financeiro em 2016 foram essencialmente os mesmos que em 2015: (i) as baixas notações de *rating* e a manutenção de baixos níveis de capital no setor, registando-se ou melhorias marginais nestes indicadores ou planos de recuperação modestos, (ii) a lenta recuperação dos balanços dos bancos de maior dimensão, que ainda registam elevados níveis de imparidades e crédito malparado que limitam o crescimento e a rentabilidade, (iii) os persistentes efeitos de longo prazo de modelos de negócio ineficientes, juntamente com capacidade excedentária e leis laborais inflexíveis, (iv) o agravamento da interdependência do Estado e da banca na economia e (v) o efeito das baixas taxas de juro no setor.

O processo de reconhecimento de perdas e reposicionamento das instituições financeiras está em curso há já alguns anos. Como em anos anteriores, os bancos em Portugal encontram-se sob pressão dos reguladores e dos mercados financeiros para desalavancar, reavaliar o risco, reconsiderar as suas fontes de financiamento, aumentar capital de modo a cumprir com os novos *benchmarks* e passar em testes

de esforço de adequação de capital. As Revisões da Qualidade dos Ativos (AQR – *Asset Quality Review*) impostas pela União Europeia (UE) e coordenadas pelos reguladores locais têm conduzido a um reconhecimento contabilístico dos créditos vencidos, que por sua vez, resultou num aumento das imparidades dos maiores bancos, durante 2016. O mercado interno tem sentido os efeitos da contração do balanço dos bancos, resultando numa redução da oferta de crédito em alguns sectores, nomeadamente em sectores que tradicionalmente correspondiam aos mais produtivos da economia. Não obstante terem registado um acréscimo dos níveis de capital agregados em cerca de € 29 mil milhões desde 2011, os bancos portugueses continuam a comparar pouco favoravelmente com os bancos europeus ao nível da solidez e das notações de *rating*. Este processo continua em evolução e tem sido agravado pela crescente regulamentação e legislação, desenvolvidas de modo a assegurar que o setor bancário seja razoavelmente diferente no futuro. Como resposta a estas medidas, o processo de ajustamento de alguns dos concorrentes do BiG tem incluído reduções de pessoal, encerramento de agências, desinvestimentos, alterações na gestão, a necessidade, nos casos de maior relevância, de entrada do Estado enquanto acionista, contingente ou direto, e a progressiva perda de competitividade face a bancos eficientes baseados em economias europeias mais produtivas.

Não obstante o longo processo necessário para sanar os balanços da maioria dos bancos afetados pela recessão, o mercado bancário, a nível doméstico e internacional, continua a caracterizar-se por um elevado nível de concorrência, que antecipamos se manterá no futuro, em grande parte como consequência das medidas políticas e regulatórias implementadas com o objetivo de prevenir o encerramento de concorrentes mais frágeis. Portugal continua a ser um mercado relativamente concentrado, com

T.12

(Euro)

Dividendos	2016 *	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Dividendo por Ação	0,100 €	0,120 €	0,210 €	0,180 €	0,150 €	- €	0,033 €	0,065 €	0,050 €	0,050 €	0,040 €	0,030 €
% Resultado Distribuído Individual	35,7%	25%	26%	32%	48%	0%	15%	46%	61%	34%	42%	42%

\* Sujeito a aprovação pelos Acionistas



5 instituições de crédito detendo conjuntamente uma quota de mercado superior a 85%, incluindo instituições fragilizadas, que operam, independentemente das condições de mercado, numa lógica de “*business as usual*” na maioria dos segmentos. Estas são geralmente instituições financeiras com modelos de banca universais, que operam modelos de negócio tradicionais. Vários outros bancos domésticos ou estrangeiros, de pequena e média dimensão, e em geral especializados, partilham a restante quota de mercado. Consequentemente, o BiG enfrenta concorrência em todas as linhas de negócio por parte de um conjunto alargado de operadores domésticos, e, em certas linhas de negócio, de operadores internacionais.

## Organização

Os objetivos do Banco passam por disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos aos seus Clientes e criar valor de longo prazo para os seus acionistas. O BiG procura assegurar um crescimento sustentado e um equilíbrio entre o investimento a médio-prazo e a existência de retornos no curto-prazo.

O Conselho de Administração acredita que estes objetivos poderão ser alcançados através de uma estrutura operacional interna clara e eficiente, construída em torno de pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final e os acionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os riscos de mercado, crédito e operacional aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta.

A estrutura organizacional interna reflete aspetos chave da cultura empresarial, que se foca no objetivo de assegurar a resiliência e a integridade do modelo de negócio do Banco e a sua capacidade de resistir a qualquer crise financeira. Resumindo, procuramos ser transparentes, flexíveis, atentos aos riscos de mercado e com uma gestão que permite reagir rapidamente à perceção de aumentos nas oportunidades

de negócio. A liquidez do Banco, a qualidade dos seus ativos e o seu perfil de capital são fortes. Exceto no que concerne a investimentos em sistemas de informação, ajustamentos na gestão diária de cada uma das linhas de negócio e precaução superior à usual dada a volatilidade do contexto político-económico, os eventos dos últimos anos não ditaram alterações materiais na estratégia do Banco. O Banco tem conseguido crescer durante este período. No decurso da sua atividade, o Conselho de Administração está continuamente a analisar melhorias às atuais áreas de negócio e a procurar formas de investir capital, aumentar receitas, racionalizar custos e melhorar continuamente a eficiência interna. Esperamos crescer de forma sustentável, apesar da concorrência, e manter esta tendência no futuro próximo.

## Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do Grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em três subsidiárias: (i) ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., sociedade que alterou o seu foco para investimentos em *Fin-Tech* no decorrer de 2016; (ii) BiG Serviços Financeiros, S.A., responsável pela prestação de serviços de assessoria financeira; e (iii) Banco BiG Moçambique, S.A., unidade bancária que iniciou atividade em 2016. Nenhuma das participações supra-mencionadas teve impacto relevante sobre as contas financeiras consolidadas do Banco durante 2016.

O modelo de distribuição de retalho do Banco combina uma plataforma proprietária baseada na *internet*, [www.big.pt](http://www.big.pt), e uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em 18 agências: Lisboa (4), Porto (3), Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora, Viseu, Aveiro, Estoril, Guimarães, Loulé, e São João da Madeira. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto.

**O Banco não opera nenhuma entidade offshore nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.**

Os imóveis ocupados pelo BiG são diretamente detidos ou arrendados pelo Banco. A sede do Banco na Avenida 24 de Julho em Lisboa é detida diretamente pelo Banco.

As marcas de retalho do Banco, *BiG*, *Banco BiG* e *bigonline*, são utilizadas na abordagem ao segmento de banca retalho, *wealth management*, suportada pela plataforma *online*.

## Governo da Sociedade

A organização interna do Banco é reflexo da vontade do Conselho de Administração em manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre as diferentes áreas de negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados e os riscos assumidos. O BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura se-

F.2

Banco de Investimento Global		
↓	↓	↓
100%	100%	99,99%
<b>ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.</b>	<b>BiG Serviços Financeiros, S.A.</b>	<b>Banco BiG Moçambique, S.A.</b>
Atividade: Gestão de participações sociais	Atividade: Assessoria financeira a empresas e gestão de imóveis	Atividade: Banca
Capital Social: € 16.000.000	Capital Social: € 150.000	Capital Social: 370.000.000 MT
↓		
100%		
<b>ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.</b>		
Atividade: <i>Private Equity</i>		
Capital Social: € 750.000		

guir as melhores práticas de *Corporate Governance* e alinhar a supervisão e os processos de decisão com os interesses dos acionistas e de outras partes interessadas. O Banco empenha-se em cumprir com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades (Código de Governo das Sociedades da CMVM – 2013), na medida em que estas sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco. Embora não sendo classificado como uma “instituição de importância sistémica”, de acordo com as diretrizes regulamentares da União Bancária Europeia, o BiG procura ser um exemplo entre os seus concorrentes de qualquer dimensão, em termos de gestão prudente de um negócio sustentável, independentemente das condições de mercado, com base no pressuposto de que o Banco pode e deve

operar sem ajuda externa. Adicionalmente, o BiG é membro do Instituto Português de *Corporate Governance*, através do qual o Banco procura contribuir para o debate dos principais temas e acompanhar os principais desenvolvimentos nesta área. O Conselho de Administração revê e, quando é necessário, melhora as práticas e os instrumentos de *Corporate Governance*, de forma a reforçar a cultura de controlo interno e a manter uma base para o seu desenvolvimento social e económico.

#### Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos acionistas. A cada ação corresponde um voto, desde que, cada acionista, ou grupo de acionistas seja detentor de pelo menos 1.000 ações.

#### Consultores Externos

O auditor independente do Banco e das suas subsidiárias é a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (PwC). O Banco tem uma política de revisão dos seus auditores externos após dois mandatos. Os acionistas aprovaram a substituição da KPMG pela PwC, na Assembleia Anual de Acionistas em 2014. É política do Banco manter a independência entre as funções de auditoria externa e consultoria fiscal. Atualmente, a *Deloitte* é o consultor fiscal do Banco. Complementarmente à equipa jurídica interna, o Banco mantém como consultor legal externo a Sociedade *J.A. Pinto Ribeiro & Associados*.

#### Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional é depositada nos membros do Conselho de

Órgãos Estatutários BiG	
<b>Assembleia Geral</b>	A Assembleia Geral reúne, pelo menos, uma vez por ano e é constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pelos acionistas por mandatos de quatro anos. Este órgão tem como principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, à apreciação dos relatórios de gestão e contas de cada exercício e à aprovação da aplicação de resultados.
<b>Conselho Consultivo</b>	Constituído habitualmente por cerca de 15 membros, dele fazem parte os principais acionistas do BiG e outros elementos cuja presença seja considerada relevante. O Presidente e os membros deste órgão consultivo são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente assento neste órgão. O Conselho Consultivo reúne-se em média três vezes por ano, ou sempre que convocado pelo seu Presidente, para discutir as orientações estratégicas e principais políticas do Banco, formulando eventuais recomendações neste âmbito. As decisões do Conselho Consultivo não são, formalmente, vinculativas para o Conselho de administração.
<b>Conselho de Administração</b>	Constituído atualmente por cinco membros executivos, este órgão controla e gere a atividade do Banco numa base diária. O Conselho de Administração é eleito para mandatos de quatro anos e todos os seus membros exercem funções executivas e contam com vasta experiência bancária. Os membros deste órgão são identificados com base na sua experiência, e cada um é igualmente um acionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse acionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos (“sistema monista”), não existe uma Comissão Executiva e as posições do Presidente do Conselho de administração e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice-Presidente / COO.
<b>Conselho Fiscal + ROC</b>	O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização independente, constituído por três membros efetivos e por um suplente, eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta diretamente aos acionistas. As suas responsabilidades incluem fiscalização das contas, revisões periódicas e validação dos mecanismos de controlo interno, de acordo com o normativo interno e externo a todo o momento em vigor e em linha com as políticas contabilísticas internacionais. O Conselho Fiscal é também responsável pela proposta de eleição do Revisor Oficial de Contas. O Revisor Oficial de Contas independente assegura a realização de auditorias periódicas e emite, igualmente, uma opinião relativamente à certificação legal de contas.
<b>Comissão de Remunerações</b>	Constituída por três membros independentes, eleitos por períodos de quatro anos, este órgão reporta directamente aos acionistas. A Assembleia Geral delega nesta comissão a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. É ainda responsável pela análise e revisão periódica das políticas de remuneração.

Administração, que desempenham funções executivas, aos quais os vários responsáveis de negociação, *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria interna, controlo interno e *compliance* e a gestão dos riscos associados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam diretamente aos membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Todos os Riscos (*All Risks Committee*), supervisionado por um *Senior Risk Officer*, que reúne regularmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos. O Banco tem ainda um Comité de *Compliance*, constituído por elementos do Conselho de Administração e pelo Responsável da função *Compliance*, que analisa temas sensíveis relacionados com o controlo interno e o cumprimento das disposições regulatórias. As áreas de Auditoria Interna e de Recursos Humanos reportam diretamente ao *Chairman*. Para mais detalhes, ver GESTÃO DE RISCO e CONTROLO INTERNO.

### Base Acionista

Ao longo do ano de 2016, bem como no final do ano, mais de 140 acionistas detinham ações ordinárias do Banco com direito a voto. A base acionista do Banco, que não é cotado, manteve-se relativamente inalterada, e continua a ser composta quase na totalidade por acionistas de nacionalidade portuguesa ou por residentes fiscais em Portugal. No final de 2016, 53,7% do capital do Banco era detido por particulares, enquanto os restantes 46,3% eram detidos por uma variedade de instituições, fundações, empresas, ou *holdings*. O principal acionista individual é um investidor particular português que detém uma posição direta de 12,4%. Os 11 maiores acionistas, todos independentes entre eles, detêm em conjunto 69,48% do capital, cada um com pelo menos 2% do capital. Os membros do Conselho de Administração do Banco no seu conjunto representam uma posição combinada de 15,25% do capital e, no final do ano, incluíam 2 dos 5 maiores acionistas. Os

grupos referidos são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre acionistas.

### Recursos Humanos

A cultura de negócio do Banco provém da resiliência do seu modelo de negócio, da capacidade do Conselho de Administração de executar as suas estratégias e de controlar os riscos, e da qualidade, formação e carácter dos seus colaboradores. O Conselho de Administração acredita que o desenvolvimento de uma cultura interna é uma preocupação principal da gestão de topo e assume funções diretas nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos Colaboradores. O BiG perceciona o desenvolvimento dos colaboradores como um investimento chave e procura recompensar o talento desde o início. Em regra, o Banco promove a diversidade, exceto nos seus valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

Ao longo do último ano, o perfil dos colaboradores do Banco e as políticas de recrutamento, formação e desenvolvimento foram consistentes com os de anos anteriores. Durante 2016, e de uma forma consolidada, a idade média dos Colaboradores era de 36 anos e 83% dos mesmos detinham pelo menos um título académico.

Relativamente ao número médio de Colaboradores diretos, excluindo Conselho de Administração, houve um aumento de 9% em 2016, ascendendo a 242. Este número inclui 218 colaboradores baseados em Portugal, em conjunto com 24 colaboradores em Moçambique no final do ano. Desde 2010, houve um incremento no número total de colaboradores de cerca de 63%, essencialmente nas áreas de vendas, produto e controlo interno.

### Gestão de Risco

O negócio do Banco, num sentido mais lato, envolve a assunção e gestão de ris-

cos, de forma prudente, de modo a criar valor para os acionistas. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes aspetos fundamentais do negócio asseguram um contexto operacional sólido e facilitam o cumprimento das expectativas dos *stakeholders*. Na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO do presente Relatório discutem-se em detalhe estas políticas e práticas.

Na gestão do risco da organização, o Conselho de Administração revê regularmente os processos, de forma a garantir que estes são bem concebidos, disciplinados, independentes, objetivos, e quantitativos. Este processo também visa garantir o cumprimento das normas regulamentares e práticas empresariais sensatas. Os processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos, de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e preservar a sua estabilidade e potenciar a rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O Banco procura gerar receitas através de um conjunto diversificado de fontes – o que implica assumir um certo nível de risco – operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações combinam aspetos prudenciais básicos do negócio bancário, refletem a experiência do Conselho de Administração e dos gestores de negócio do Banco e são atualizadas através de medidas regulatórias ou legislativas. A comunicação interna regular e frequente das políticas de gestão de riscos e *risk appetite* revela-se crítica neste processo. Estas comunicações incluem, embora não limitadas: o cumprimento pelo Banco de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar transações apropriadamente, o conhecimento dos Clientes e a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera, e o seu interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado. O nível de

aversão ao risco é revisto periodicamente, em intervalos desde diários a anuais, e é traduzido em limites à exposição e nos controlos aos limites estabelecidos. O negócio do Banco assenta significativamente na confiança nos nossos Colaboradores e na fiabilidade dos nossos sistemas para processar operações, numa base contínua e relativamente livre de erros. Geralmente, o processo começa com a identificação do risco, seguindo-se a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

Tratando-se de uma instituição em crescimento, o BIG opera num contexto de incerteza macroeconómica e financeira, bem como de crescente regulação e escrutínio. Uma vez que o setor bancário depende da confiança e perceção, o Conselho de Administração foca-se em assegurar que o processo do Banco consegue sobreviver a condições de mercado voláteis, testando estes processos e pressupostos de forma regular, estando igualmente atenta à integridade dos controlos do Banco e à manutenção da disciplina interna face a eventos de natureza excecional.

No Banco, de forma transversal, são utilizadas técnicas diferentes para rever e analisar os riscos aos quais a atividade está exposta, designadamente risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco reputacional e risco político. Estas técnicas, que são descritas em detalhe na secção de GESTÃO DE RISCO do presente Relatório e nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, incluem um conjunto de testes de esforço, realizados diariamente e ajustados periodicamente, que envolvem uma análise ao impacto de cenários para todas as grandes classes de ativos e carteiras. As técnicas de controlo do risco incluem testes de esforço a conceitos tais como risco de concentração, cenários de liquidez e financiamento, entre outros, bem como potenciais alterações dos rácios de solvabilidade do Banco em condições não antecipadas e improváveis. Os cenários são desenvolvidos pelo Conselho de Administração e pela equipa de risco de mercado, e geralmente coincidem, ou são mais prudentes, que as recomendações dos

reguladores. Simultaneamente, é monitorizado o *Value at Risk* (VaR) em base diária, são realizadas análises de sensibilidade da exposição do Banco à taxa de juro, e são utilizados vários limites para avaliar o risco de mercado. Estes estão inter-relacionados com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para garantir uma sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

Em 2016, a exposição de crédito cresceu de forma controlada, enquanto a qualidade dos ativos, medida através de níveis atuais e históricos de crédito vencido e crédito em risco, manteve-se em níveis satisfatórios. Em 2016, as análises realizadas pelas agências de *rating* externas mantiveram inalteradas as notações de qualidade de crédito da dívida de longo prazo dos principais emittentes Portugueses, designadamente do Estado Português e dos maiores bancos, que permaneceram em níveis *non-investment grade*. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respetiva evolução. **Para o BIG, as perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram imateriais no exercício de 2016, em linha com o verificado em anos anteriores.**

### Outros Fatores que Afetam o Negócio do BIG

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos acima, e que são discutidos em maior detalhe neste *Relatório do Conselho de Administração 2016* e nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, as condições económicas e políticas em mutação também afetam o negócio do Banco. Tal significa que riscos macroeconómicos e políticos registados nos últimos anos, e que continuam a contribuir negativamente para os mercados financeiros, podem ter um impacto nas perspetivas de negócio. Como as principais agências externas de *rating* atribuem notação de risco de crédito (*rating non-investment grade*) à dívida soberana portuguesa, à dívida dos bancos nacionais e à economia portuguesa em geral, a

perceção dos investidores, dos membros da Zona Euro e das entidades credoras face aos progressos do país, em termos absolutos e relativos, tem um impacto direto no negócio do Banco.

O BIG não está atualmente sujeito a notação de risco de crédito (*rating*), nem antecipa requerer ou necessitar de uma notação de risco de crédito no futuro próximo. O modelo de negócios do Banco foi estrategicamente desenvolvido para ser independente de financiamento através da emissão de dívida de longo-prazo, e, em geral, de financiamento interbancário de curto prazo. Não obstante, as opiniões de agências internacionais e de outros participantes de mercado sobre a República, as empresas e as instituições financeiras em geral, afetam diretamente o negócio do Banco. Do mesmo modo, os efeitos das políticas tomadas por sucessivos governos, a fragilidade da banca comercial, as políticas de gestão de défices orçamentais sem plano estratégico para reformar a economia, e o financiamento do aumento da despesa pública através de um contexto fiscal extremamente desafiante para a economia, entre outros fatores, permanecem e continuam a limitar o crescimento, o emprego e a confiança dos investidores. As perspetivas dos mercados financeiros globais relativamente ao *rating* de Portugal, à economia nacional e ao setor bancário como um todo, têm sido indefinidas e afetam a receividade das contrapartes em realizar negócios de qualquer tipo num país cuja notação é *non-investment grade*, independentemente dos indicadores económicos individuais dos bancos localizados no país.

O impacto de decisões tomadas pelas Entidades Reguladoras e pelo Estado Português relativamente ao papel do Fundo de Resolução, que é gerido pelas Entidades Reguladoras mas cujas crescentes responsabilidades são formalmente uma incumbência do setor bancário, representa uma fonte de preocupação pelas consequências que pode ter para o setor, que não tem qualquer poder de decisão ou fiscalização sobre o Fundo de Resolução. A demora na aplicação da medida de resolução ao Banco Espírito Santo, bem como outras responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução, tiveram um impacto

negativo na reputação do sector. Adicionalmente, atrair capital para modelos de banca tradicional continua a revelar-se desafiante em consequência da incerteza associada à qualidade dos créditos e rentabilidade futura do setor num contexto de baixas taxas de juro. Estes fatores, em combinação com a fragilidade doméstica e o endividamento estrutural dos setores público e privado, têm definido a visão dos mercados relativamente ao risco de crédito, aos *spreads* de crédito e aos custos de financiamento do Governo, das grandes empresas e dos bancos.

A atratividade de mercados em crescimento ou mais competitivos, conjugada com a apertada regulação e aumento dos impostos aplicados especificamente ao setor bancário, poderão afetar o negócio, caso se venha a tornar mais difícil reter colaboradores e recompensar o desempenho e o mérito, relativamente a outros setores da economia, ou relativamente a outros mercados.

### Perspetivas de Negócio para 2017

Os principais riscos para o próximo ano são, designadamente (i) a volatilidade causada pela Presidência de Donald Trump, (ii) a perspectiva de novos acontecimentos políticos inesperados na Europa, nomeadamente associados às eleições na Holanda, França, Alemanha e, possivelmente, Itália, bem como às negociações relativamente à dívida soberana Grega, (iii) a sustentabilidade e solidez do governo minoritário português, num contexto de gestão da dívida pública, desafios na economia e fragilidades do setor bancário, (iv) as incertezas associadas à venda do Novo Banco, (v) a tensão entre a implementação de reformas e os movimentos populistas, e (vi) eventos macro atípicos ou inesperados, bem como os seus impactos em economias dependentes, como é o caso de Portugal.

Assumindo um posicionamento cauteloso no início de 2017, o Conselho de Administração antecipa um possível decréscimo dos proveitos e do produto bancário em 2017, face a 2016, em resultado de um contexto mais desafiante com menos oportunidades.

### Eventos Ocorridos Desde o Final de 2016

#### Condições de mercado – 1ºT 2017

O ano começou com os mercados acionistas dos EUA a manterem a tendência de valorização, na sequência da eleição de Donald Trump para a Presidência. Não obstante, registou-se um sentimento de incerteza generalizado que traduz as perspetivas de aumento dos riscos políticos e de estagnação económica na Europa e em outras geografias. Em Portugal, os acontecimentos com impacto negativo, designadamente a ausência de reformas e o foco do atual governo na estabilidade em detrimento do crescimento económico, têm dominado as condições de mercado, não obstante os resultados positivos alcançados ao nível do défice da balança corrente. Os preocupantes níveis alcançados pelo *spread* da dívida pública Portuguesa face à dívida pública Alemã e a outras dívidas soberanas com *ratings non-investment grade* traduzem este impacto negativo.

#### Plano de pensões de contribuição definida – BiG

No primeiro trimestre de 2017, o Banco recebeu as aprovações regulatórias finais e completou um processo em curso há mais de dois anos para a domiciliação em Dublin do plano de pensões de contribuições definidas dos colaboradores do BiG. Os aspetos operacionais relacionados com a extinção do plano de pensões baseado em Portugal e a transferência dos respetivos ativos para uma *Institutional Occupational Retirement Plan* (IORP), através de um acordo fiduciário (*trustee agreement*), baseado na Irlanda e gerido pela Willis Towers Watson, deverão ser concluídos durante o segundo trimestre de 2017.

#### BiG Start Ventures

A One Tier Capital Partners, SCR, SA, após a alteração do objeto comercial desta sociedade de capital de risco para investimento em *start-ups* na área de *Fintech*, sob a marca BiG Start Ventures, investiu em quatro *start-ups* em 2016 (uma alemã e três portuguesas). Desde o início de

2017, e após reunir com aproximadamente cinquenta potenciais *targets* de investimento, a BiG Start Ventures está em negociações com dois candidatos adicionais, um dos quais baseado nos EUA.

#### Litígio BiG vs. BIC

Em 7 de dezembro de 2016 foi proferido Acórdão, pelo Tribunal da Relação de Lisboa, no processo que opôs o BiG ao Banco BIC e em que se pediu a anulação da marca e da denominação “Banco BIC”, por estas serem confundíveis com a marca anteriormente registada “Banco BiG”. Esse Acórdão foi favorável ao BiG e transitou em julgado no início de 2017, ou seja, não é suscetível de recurso, tendo posto definitivamente termo ao litígio com a seguinte decisão:

▲ Anulação da marca nacional n.º 500559 e do logótipo n.º 26887 “Banco BIC” e condenação do BIC a abster-se de utilizar o sinal “Banco BIC”, como tinha sido decidido pelo Tribunal de 1.ª instância;

▲ Conferir um prazo de 180 dias, a contar daquela decisão, para o Banco BIC lhe dar cumprimento;

▲ Aplicar uma sanção compulsória de € 5.000,00 por cada dia de incumprimento da abstenção de utilização do sinal “Banco BIC”.

O Tribunal da Relação não confirmou a decisão do Tribunal de 1.ª Instância relativa ao pagamento pelo Banco BIC ao BiG de uma indemnização para compensar os custos do investimento efetuado em publicidade com vista a distanciar-se da imagem do Banco BIC.





## RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2016

T.13

(Euro 000)

Proveitos	2016	2015	2014	2013
Juros e rendimentos similares	46.143	43.865	43.414	43.994
Juros e encargos similares	-20.930	-20.131	-18.275	-18.247
<b>Margem financeira</b>	<b>25.214</b>	<b>23.733</b>	<b>25.138</b>	<b>25.747</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	929	1.518	661	1.812
Rendimentos de serviços e comissões	9.680	15.411	18.329	8.119
Encargos com serviços e comissões	-2.019	-2.709	-6.886	-1.586
Rendimentos de negociação de activos financeiros	-9.265	-48.340	-77.641	7.018
Rendimentos de activos financeiros detidos para venda	51.541	155.096	183.744	79.261
Resultados de reavaliação cambial	-2.863	1.502	11.257	-90
Resultados de alienação de outros activos	3.966	2.986	14.786	5.041
Outros resultados de exploração	-1.491	-492	-13	-300
<b>Produto bancário</b>	<b>75.692</b>	<b>148.706</b>	<b>169.375</b>	<b>125.022</b>

A composição do resultado operacional do Banco pode variar de ano para ano com base em alterações ao contexto financeiro, regulatório e económico, tanto a nível global como nacional. Em 2016, a diminuição do produto bancário face a 2015, resultou da moderação da exposição ao risco e de uma gestão do balanço mais conservadora, durante um ano marcado por uma série de eventos e tendências negativas. Os proveitos operacionais do Banco e o seu peso relativo foram na sua maioria consistentes com anos anteriores e incluíram (i) um aumento da margem financeira, (ii) uma diminuição de 40% nas comissões líquidas, (iii) resultados inferiores nas atividades de investimento e crédito, (iv) um decréscimo de 20% em custos com salários e uma redução de 37% em Gastos gerais administrativos, como compensação pelas menores oportunidades de geração de proveitos, (v) menor nível de provisionamento devido a possíveis riscos bancários e (vi) impostos mais baixos devido à redução do Resultado antes de Impostos.

A margem financeira ascendeu a € 25,2 milhões em 2016 face € 23,7 milhões em 2015. Os rendimentos provenientes de juros foram ligeiramente superiores devido ao crescimento da carteira de ativos remunerados, e à gestão conservadora do passivo. O custo médio de financiamento diminuiu relativamente à dimensão da base de ativos, em resultado das taxas de juro próximas de zero pagas a depósitos de retalho e do financiamento interbancário frequentemente a taxas negativas. A combinação de: (i) redução da procura por ativos de renda fixa dos setores financeiro

e empresarial, e (ii) permanência de políticas monetárias agressivas, resultou na contração dos *spreads* de crédito, praticamente de forma independente da qualidade de crédito do emitente. De uma forma geral, o Conselho de Administração manteve o limite ao crescimento dos ativos remunerados aos aumentos na base de depósitos de Clientes e em fundos próprios. O recurso a financiamento com custos relativamente mais baixos via BCE ou Eurex Repo diminuiu em termos líquidos e foi substituído por uma combinação de maior volume de depósitos de clientes e de atividade com contrapartes de banca internacional. A margem financeira representou 33% do Produto Bancário em 2016, comparativamente a 16% em 2015, 15% em 2014, e 21% em 2013.

Os resultados excluindo margem líquida atingiram os € 50,5 milhões em 2016, face aos € 124,9 milhões registados em 2015, aos € 144,2 milhões em 2014 e aos € 99,3 milhões em 2013. As componentes desta categoria incluem (i) rendimentos de instrumentos de capital, maioritariamente investimentos em títulos que pagam dividendos, (ii) comissões da atividade de negociação dos clientes de retalho, da gestão e distribuição de ativos, e serviços de assessoria a empresas e clientes institucionais, (iii) rendimentos de negociação, essencialmente do negócio com clientes, tal como o *market-making*, a estruturação de produtos e a gestão de instrumentos de cobertura, (iv) ganhos realizados associados à gestão do risco de crédito e risco de taxa de juro, através da carteira de ativos financeiros detidos para venda e (v) outros rendimentos.

As comissões líquidas resultam, essencialmente, da atividade de corretagem para clientes de retalho e institucionais. Estes podem negociar e investir num conjunto de mercados e plataformas *online* seguras, colocadas à disposição dos clientes para negociação de *warrants*, futuros, *forex* e CFD's. Esta categoria inclui ainda comissões de serviços bancários, tal como receitas de multibanco e comissões relacionadas com mandatos de assessoria a empresas. As receitas geradas com a gestão de ativos melhoraram em 2016, enquanto os serviços de corretagem registaram uma quebra, justificada pelos elevados níveis de volatilidade.

As receitas provenientes das atividades de crédito e investimento incluem todas as categorias de rendimentos não provenientes de juros, excluindo os proveitos com comissões. De modo agregado, o rendimento da área de Tesouraria e Mercados de Capitais foi de € 44,0 milhões em 2016, o que representa uma diminuição considerável face aos dois anos anteriores, nos quais se registaram oportunidades em renda fixa mais abundantes. Incluído neste conjunto de categorias contabilísticas, os proveitos da atividade de negociação foram negativos este ano devido ao aumento dos custos com a cobertura de risco, dado a maior dimensão da carteira de ativos de renda fixa. Esta categoria deve ser considerada em conjunto com a categoria de Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda, uma vez que os dois podem estar relacionados. Este tipo de receita tende a depender das condições de mercado e, uma vez que a maior parte das receitas

resulta das visões de mercado e da gestão das posições tomadas de modo a suportar a atividade dos clientes, estas tendem a estar sujeitas a uma gestão mais ativa que outras categorias de investimentos. Estes rendimentos incluem ganhos realizados com atividades de investimento e crédito numa carteira diversificada de ativos de renda fixa com liquidez. Estão associados a uma gestão ativa de concentrações de crédito, e de maturidades e riscos de país diversificados. Esta carteira é chave para a gestão da liquidez e das posições de taxa de juro do Banco.

O Banco tem-se focado no desenvolvimento do segmento de *Wealth Management* num contexto adverso para muitos negócios focados nos serviços financeiros. O Conselho de Administração espera que os rendimentos no futuro resultem essencialmente das categorias descritas anteriormente, não antecipando um desvio significativo do modelo de negócio atual ou um aumento da complexidade no futuro próximo. As respetivas proporções poderão variar à medida que os depósitos de clientes e os ativos sob supervisão aumentem, o Balanço cresça gradualmente e a reputação do Banco no mercado doméstico continue a aumentar. Áreas de destaque incluem os serviços de aconselhamento baseado em comissões, os ativos sob supervisão, os produtos de poupança e a gestão do balanço tendo permanentemente em vista a sólida qualidade dos ativos e níveis confortáveis de excesso de liquidez.

O total de custos inclui custos operacionais, provisões e imparidades. Estes são influenciados em primeiro lugar pelas remunerações, pelo crescimento no número de colaboradores e pela confiança do Conselho de Administração relativamente aos níveis da atividade de negócio.

Em 2016, o agregado do total dos custos, incluindo imparidades e provisões, correspondeu a € 17,2 milhões, inferior em 58% ao valor registado em 2015. Este valor reflete uma redução nas despesas com pessoal e uma cuidadosa gestão e controlo sobre a evolução das despesas gerais, administrativas e provisões.

Os custos operacionais líquidos, ou custos de transformação líquidos de imparidades e provisões – i.e. *custos com pessoal, benefícios, despesas administrativas e depreciações/amortizações* – foram 24,7% inferiores em 2016 pelos motivos anteriormente descritos. A parte discricionária dos custos com pessoal é influenciada, entre outros, pelo nível de rendimentos líquidos, pelo desempenho geral do Banco, contribuições por área de negócio e individuais, pela legislação laboral em vigor e pelo contexto do mercado. Considerando os custos em função das receitas geradas, o rácio de custos de transformação/produto bancário do Banco aumentou face a 2016, mas manteve-se plenamente sob controlo, particularmente quando comparado com a média praticada na indústria, ascendendo a 36,7%, o que compara com 24,8% em 2015, o mínimo histórico obtido em 2014 de 20,3%.

De uma forma geral, o Banco privilegia a versatilidade e liquidez dos seus ativos em Balanço, prosseguindo uma abordagem global quanto à gestão de riscos, e opera com uma estratégia única de retalho, que é suportada por uma estrutura operacional leve e preparada para um processamento escalável. No que concerne ao uso do capital e à gestão do risco, esta abordagem é chave na gestão da base de custos.

Os custos com pessoal, tradicionalmente a maior categoria de custos do Banco, di-

minuíram 20,5% e representaram 66,8% dos custos operacionais líquidos em 2016, o que compara com 63,3% em 2015, 70,1% em 2014 e 71,7% em 2013. O Conselho de Administração moderou as despesas com pessoal em 2016, um ano em que o Banco continuou a crescer e a registar um aumento do número de colaboradores.

Para além dos custos com pessoal, outras categorias relevantes de despesa incluem custos administrativos, particularmente associados ao número de colaboradores, e custos de marketing e de gestão de investimentos nos escritórios físicos e sistemas tecnológicos do Banco.

Os custos administrativos incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados, rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores, dos níveis de atividade de negócio e/ou associados a investimentos específicos. Em 2016, esta correlação foi em linha com o desempenho do Banco traduzindo a decisão do Conselho de Administração de conter esta rubrica, reduzindo-a em 37,5% face a 2015. Em 2015, esta figura incluiu investimento significativo no reposicionamento da marca do BiG.

Os custos com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com os imóveis ocupados pelo Banco, investimentos em *hardware* e outros equipamentos e custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de *software*. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhoramentos na rede em crescimento de agências do Banco, bem como na sua rede de ATM. O Banco in-

T.14

(Euro 000)

<b>Custos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Custos com pessoal	-18.581	-23.363	-24.124	-22.357
Despesas administrativas	-7.659	-12.262	-9.277	-7.690
Amortizações	-1.576	-1.291	-1.028	-1.135
Provisões líquidas	10.883	-2.765	-10.256	-1.871
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-3	-67	-35	34
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	-283	-1.351	0	-125
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-31	-6	-174	-103
<b>Total</b>	<b>-17.249</b>	<b>-41.105</b>	<b>-44.894</b>	<b>-33.245</b>



veste regularmente na sua infraestrutura de Tecnologias de Informação (TI), de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém recursos dedicados à gestão da infraestrutura com soluções desenvolvidas internamente. Esta categoria de custos representou 9,1% do total dos custos operacionais em 2016. Os custos associados com imparidades foram substancialmente inferiores que o já modesto valor registado em 2015, e equivalente a menos de 0,4% dos proveitos líquidos. As imparidades associadas a crédito registadas em 2016 foram imateriais e consistentes com os valores próximos de zero apresentados em anos anteriores.

O Resultado Antes de Impostos foi de € 58,4 milhões em 2016, face a € 107,6 milhões em 2015 e € 124,7 milhões em 2014. Em 2016, o valor de provisões líquidas para pagamento de impostos foi de € 14,7 milhões, em comparação com € 33,1 milhões em 2015 e € 42,1 milhões em 2014. A taxa de imposto do Banco diminuiu para 25,2% em 2016, comparativamente aos 30,8% em 2015.

### Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

Internamente, o Conselho de Administração revê o desempenho do Banco ao nível dos principais segmentos de negócio, equipas de venda e áreas de produto, usando critérios objetivos e as contas reais do Banco como referência. De um modo geral, o Conselho de Administração revê os resultados com base numa matriz de três segmentos de negócio principais, que incluem as duas áreas principais de Clientes – Retalho e Empresas/Institucionais – e a área de Tesouraria e Mercados de Capitais. A presente secção contém uma exposição dos resultados operacionais do BiG, com base numa apresentação interna das receitas e despesas associadas com as três principais divisões internas de proveitos e custos. Neste formato, os proveitos são alocados por segmento de Cliente ou área de negócio e os custos são alocados com base nas despesas efetivas por área e numa divisão geral dos custos operacionais em função do número de Colaboradores por área de negócio.

O segmento de Clientes de retalho especializado contribuiu com € 11,5 milhões para as receitas de 2016, em comparação com € 12,4 milhões em 2015. As maiores contribuições resultaram das comissões líquidas, que incluem as atividades de corretagem e gestão de ativos, e da margem comercial associada à margem alocada de, maioritariamente, produtos de poupança e de investimento, por oposição a produtos de crédito. As comissões líquidas aumentaram moderadamente, e o crescimento neste segmento tende a ser sustentado, e não explosivo. Embora esta área tenha gerado um maior nível de financiamento para o Banco, a alocação de margem diminuiu devido à queda acelerada e significativa das taxas de mercado, uma tendência que esperamos que continue indefinidamente. A contribuição do segmento de Retalho para o total de proveitos aumentou em termos relativos, embora tenha diminuído em termos absolutos, traduzindo a diminuição de receitas originadas em atividades relacionadas com os mercados. As comissões das atividades de corretagem, gestão de ativos e operações bancárias

T.15

(Euro 000)

Resultados e Impostos	2016	2015	2014	2013
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>58.443</b>	<b>107.601</b>	<b>124.480</b>	<b>91.777</b>
Resultados de associadas	0	0	176	163
<b>Resultado Antes de Impostos e de Interesses minoritários</b>	<b>58.443</b>	<b>107.601</b>	<b>124.656</b>	<b>91.940</b>
Impostos Correntes	-14.805	-32.507	-41.850	-33.219
Impostos Diferidos	74	-585	-277	-92
<b>Resultado Antes de Impostos e de Interesses minoritários</b>	<b>58.443</b>	<b>107.601</b>	<b>124.656</b>	<b>91.940</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>43.712</b>	<b>74.509</b>	<b>82.529</b>	<b>58.628</b>

T.16

(Euro 000)

Retalho Especializado	2016	(%)	2015	(%)	2014	(%)	2013	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	5.432	47%	5.987	48%	5.865	34%	3.920	28%
Margem financeira	4.323	38%	5.063	41%	9.901	57%	8.454	61%
Comissões bancárias	1.416	12%	990	8%	1.033	6%	816	6%
Negociação de ativos financeiros / vendas	310	3%	376	3%	533	3%	680	5%
<b>Proveitos Líquidos</b>	<b>11.481</b>	<b>100%</b>	<b>12.416</b>	<b>100%</b>	<b>17.332</b>	<b>100%</b>	<b>13.869</b>	<b>100%</b>
Custos Operacionais	-13.067		-15.025		-16.911		-11.843	
Resultados antes de impostos	-1.586		-2.609		422		2.026	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	20%		9%		11%		13%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	60%		60%		55%		59%	

representaram 47% do total, enquanto as que foram alocadas à categoria de margem representaram 38% do total. Ambos os valores refletem a importância dada à acumulação de ativos que envolvem as atividades de poupança, investimento, negociação, custódia e transações bancárias normais. Devido a numerosas razões – maior competitividade entre bancos para captar depósitos de modo a financiar diferentes negócios, e uma queda das taxas de juro de mercado para perto de zero num contexto de fraco crescimento na Europa – espera-se que se dê no futuro uma transformação na composição das receitas, com as comissões a ganharem mais importância em oposição à margem das atividades de financiamento.

A oferta ao segmento de retalho do BiG assenta numa plataforma especializada de negociação de ativos financeiros e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual. A sua abordagem combina um serviço personalizado (“*high touch*”) com um meio eletrónico para transmissão de negócios (“*low touch*”). Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito específicas, como hipotecas e crédito automóvel. A plataforma proporciona acesso a um leque alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções de crédito para os Clientes que requeiram apoio, até sofisticadas plataformas *online* de negociação de ativos finan-

ceiros e investimento para Clientes *self-directed*. Estas plataformas permitem a negociação de ações, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (FX), CFD’s (contratos por diferença) e fundos de entidades terceiras. Comunicamos com os Clientes através de vários canais integrados, que incluem Internet, telefone e as agências físicas, geridas por *financial advisors*. As várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de Clientes-alvo com diferentes perfis de investimento, apetência por risco e necessidades transacionais.

As áreas de produto do segmento de Empresas e Institucionais do Banco são semelhantes às oferecidas ao segmento de retalho, com exceção da assessoria dirigida a empresas. Enquanto o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma eletrónica [www.big.pt](http://www.big.pt), o negócio de Empresas e Institucionais baseia-se em equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida das necessidades específicas dos Clientes. Os produtos e serviços oferecidos são, designadamente, corretagem institucional, gestão de risco, venda de produtos de investimento e serviços de assessoria independente para Clientes Empresariais, Bancos, e Institucionais. Em 2016, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 2,6 milhões, face a € 7,8 milhões em 2015, devido à diminuição das comissões com corretagem e assessoria financeira.

O segmento de negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais visa gerar receitas, enquanto gere, simultaneamente, a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, ações e instrumentos derivados. O negócio foca-se em gerir a liquidez e exposição ao risco de taxa de juro do Banco, em conjunto com os controlos de risco de crédito e concentração. A exposição a crédito é gerida através de emissões obrigacionistas de emitentes empresariais, financeiros e soberanos de qualidade com variadas maturidades. O Banco também negocia os principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em relação aos negócios de Clientes, como parte das suas atividades de *hedging*. Na gestão das várias carteiras de ativos financeiros, a atividade da equipa de Tesouraria e Mercados de Capitais abrange muitas áreas internas, sendo uma fonte de *expertise*, de gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

Em 2016, em termos de gestão interna, esta área gerou resultados antes de impostos e líquidos de imparidades, de € 44,0 milhões, o que compara com € 111,4 milhões em 2015 e € 132,8 milhões em 2014. A geração de receitas, como indica o gráfico G.1, e excluindo o efeito de imparidades, sugere uma distribuição razoavelmente normal durante o último ano.

T.17

(Euro 000)

<b>Institucionais e Empresas</b>	<b>2016</b>	<b>(%)</b>	<b>2015</b>	<b>(%)</b>	<b>2014</b>	<b>(%)</b>	<b>2013</b>	<b>(%)</b>
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	804	31%	4.939	63%	4.088	65%	350	20%
Margem financeira	236	9%	379	5%	111	2%	160	9%
Comissões bancárias	738	28%	1.134	15%	1.049	17%	649	38%
Negociação de ativos financeiros / vendas	398	15%	406	5%	264	4,2%	206	12,0%
Assessoria financeira	455	17%	922	12%	810	12,8%	355	20,6%
<b>Proveitos Líquidos</b>	<b>2.630</b>	<b>100%</b>	<b>7.780</b>	<b>100%</b>	<b>6.323</b>	<b>100%</b>	<b>1.719</b>	<b>100%</b>
Custos operacionais	-4.177		-4.630		-9.141		-4.525	
Resultados antes de Impostos	-1.547		3.150		-2.818		-2.805	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	5%		6%		4%		2%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	19%		19%		30%		23%	

T.18

(Euro 000)

<b>Tesouraria e Mercados de Capitais</b>	<b>2016</b>	<b>(%)</b>	<b>2015</b>	<b>(%)</b>	<b>2014</b>	<b>(%)</b>	<b>2013</b>	<b>(%)</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	929	2%	1.518	1%	661	0%	1.812	2%
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	-9.265	-21%	-48.340	-43%	-77.641	-58%	7.018	8%
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	51.541	117%	155.096	139%	183.744	138%	79.261	85%
Resultados de reavaliação cambial	-2.863	-7%	1.502	1%	11.257	8%	-90	0%
Resultados da alienação de outros ativos	3.966	9%	2.986	2,7%	14.786	11,1%	5.041	5,4%
Imparidades de outros ativos financeiros líquidas de reversões e recuperações	-283	-1%	-1.351	-1,2%	0	0,0%	-125	-0,1%
<b>Proveitos Líquidos</b>	<b>44.026</b>	<b>100%</b>	<b>111.412</b>	<b>100%</b>	<b>132.807</b>	<b>100%</b>	<b>92.917</b>	<b>100%</b>
Custos operacionais	-4.619		-5.230		-4.894		-3.700	
Resultados antes de Impostos	39.407		106.181		127.913		89.217	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	76%		85%		85%		86%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	21%		21%		16%		18%	

## Estratégia de Balanço e Fontes de Financiamento

### Gestão de Balanço

Ao longo dos últimos anos, o crescimento do Balanço tem sido modesto e contido devido, substancialmente, ao nível de crescimento dos depósitos de retalho e do reinvestimento dos resultados corren-

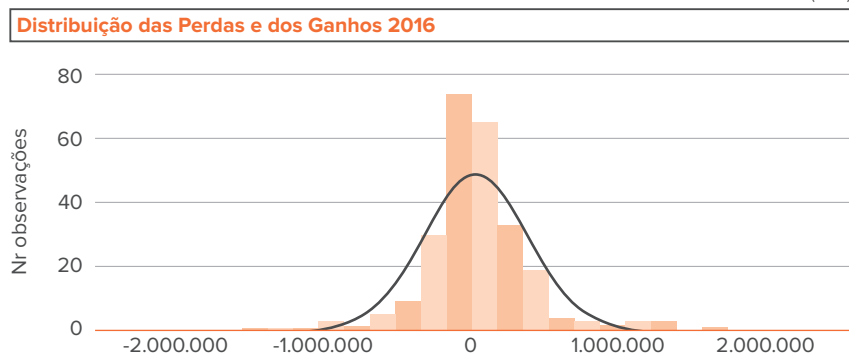
tes. Os ativos e passivos do BiG aumentaram moderadamente face ao ano anterior, devido à entrada significativa de depósitos de Clientes de retalho, um nível moderado de financiamento interbancário, a taxas negativas, e a um nível estável de capitais próprios, os quais conjuntamente financiaram uma carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ligeiramente superior e mais diversificada,

constituída maioritariamente por ativos líquidos de rendimento fixo e ativos de crédito. De uma forma geral, em linha com os últimos anos, as modificações na natureza do Balanço foram graduais, não se verificando diferenças materiais nos níveis de ativos registados no final do ano face a outras datas ao longo do exercício.

A atenção dada pelo Conselho de Administração à dimensão e composição do Balanço do Banco constitui um dos exercícios de gestão de risco mais importantes. Os ativos e passivos podem alterar-se em função das atividades de Clientes, condições do mercado e oportunidades de negócio. No entanto, a dimensão e a composição do Balanço do Banco em cada momento reflete (i) a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis e (ii) o nível de capitais ou fundos próprios do Banco, e (iii) a visão global do Conselho de Administração relativamente a oportunidades e aos riscos associados. O processo envolve revisão regular e o

G.1

(Euro)



T.19

(Euro 000)

<b>Indicadores Chave de Balanço</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Total do Ativo Líquido	1.759.030	1.542.063	1.444.517	1.214.430
Ativos Remunerados	1.660.135	1.478.311	1.360.783	1.173.812
Investimentos detidos até a maturidade	0	0	0	0
Crédito Concedido / Ativo Líquido	24,9%	24,4%	9,4%	16,2%
Recursos do Banco Central	0	165.007	180.173	130.315
Recursos de Outras Instituições de Crédito	396.823	171.220	108.264	143.478
Recursos de clientes	1.049.050	885.486	804.736	683.717

planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e estratégias de financiamento através do ALCO – Comité de Ativos e Passivos, limites de crescimento do Balanço por linha de negócio, classe de ativos ou concentração, monitorização diária dos indicadores chave pela Gestão de Risco e o importante uso de análise de cenários e testes de esforço como instrumentos disciplinadores essenciais. A grande maioria dos ativos remunerados do Banco é classificada como disponíveis para venda. Estes são mensurados diariamente a preços de mercado e utilizados na gestão da exposição do Banco aos movimentos das taxas de juro bem como no investimento de excedentes de liquidez.

A estrutura de risco é concebida e gerida à volta de uma estratégia central de manutenção de um Balanço excepcionalmente líquido. Os processos e procedimentos do Banco encorajam uma gestão dinâmica dos ativos e responsabilidades e incluem:

- ▲ Uma revisão diária e planeamento, pelo menos, semanal de ativos e responsabilidades chave;
- ▲ Monitorização diária de indicadores de risco chave e de utilização de capital;
- ▲ Utilização extensa de análises de cenário, compiladas e analisadas numa base diária;
- ▲ Projeções semianuais de fontes de financiamento e requisitos de capital para os 5 anos seguintes;

▲ Revisão semestral de limites.

Conceitos chave inter-relacionados de gestão da liquidez, controlo da qualidade dos ativos e adequação de capital são discutidos nos capítulos contidos neste Relatório, que cobre a Gestão do Risco de Mercado, Gestão do Risco de Crédito e Adequação do Capital Interno.

O total de Ativo Líquido no final de 2016 era ligeiramente inferior a € 1,8 mil milhões, um valor superior face a € 1,5 mil milhões a 31/12/15. O total de ativos remunerados a 31/12/16 era de cerca de € 1,66 mil milhões, ou 94% do total de Ativo Líquido e era 12% superior, em termos absolutos, ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Os depósitos junto de outros bancos são utilizados para gerir a liquidez de curto prazo e as reservas mínimas junto do Banco Central e das contrapartes. A carteira de crédito aumentou devido a uma maior exposição a RMBS classificados com empréstimos. A categoria de crédito, incluindo RMBS, representava cerca de 26% dos ativos remunerados. Uma parte relativamente pequena da carteira de crédito do Banco correspondia, essencialmente, a créditos em conta corrente (contas margem) de Clientes de retalho. Estes créditos são por natureza de curto prazo e estruturados para se auto liquidarem em condições de stress, as quais se encontravam totalmente garantidas por ativos financeiros líquidos. No final de 2016, praticamente todos os

ativos de crédito estavam integralmente garantidos por valores imobiliários e/ou mobiliários e eram, consequentemente, de baixo risco. Os financiamentos desta natureza a Clientes tendem a crescer com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de stress, como tem sido o caso desde 2011 (ver Gestão de Risco de Crédito). A carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (AFS) aumentou devido aos maiores níveis de liquidez. A carteira de AFS representava 65% dos ativos remunerados em 31/12/16, aproximadamente o mesmo nível que no final do ano anterior, e incluía títulos de dívida soberana, coberta e sénior. Entre os fatores que poderão afetar a dimensão da carteira incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos de investimento durante o ano. A decisão de deter ativos para tirar proveito da margem ou desinvestir é tomada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO), que tem em consideração as condições de mercado, as concentrações de mercado e o perfil global de liquidez do Banco.

As principais fontes de financiamento do Banco corresponderam, como em anos anteriores, a depósitos de Clientes, capital acionista, e ainda, o acesso a financiamento por via de acordos de venda/recompra a taxas favoráveis junto de contrapartes de mercado, como a Eurex Repo e outros bancos, e em menor grau junto do BCE. Os depósitos de Clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e cresceram

T.20

(Euro 000)

<b>Ativos Remunerados</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Disponibilidades e aplicações em bancos	126.138	82.313	105.803	80.113
Crédito a Clientes	437.485	376.820	136.162	196.919
Ativos Financeiros detidos para negociação	13.482	18.093	27.840	21.900
Ativos Financeiros disponíveis para venda	1.083.030	1.001.084	1.090.978	874.881
<b>Total</b>	<b>1.660.135</b>	<b>1.478.311</b>	<b>1.360.783</b>	<b>1.173.812</b>

T.21

(Euro 000)

<b>Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos de Bancos Centrais	0	165.007	180.173	130.315
Passivos financeiros detidas para negociação	1.148	1.699	5.614	1.357
Recursos de outras instituições crédito	396.823	171.220	108.264	143.478
Recursos de Clientes	1.049.050	885.486	804.736	683.717
Capitais próprios	265.611	276.364	261.369	207.193

18,5% para € 1.049 milhões, após aumentos de 10% em 2015, 18% em 2014 e 26% em 2013. Os depósitos de outros bancos são maioritariamente acordos de venda/recompra com contrapartes internacionais e que incluem a Eurex Repo, a qual o Banco integrou como membro em 2011.

O ALCO fornece uma visão da natureza das concentrações e liquidez dos ativos do Banco e da gestão conservadora relativamente à composição do financiamento. O Conselho de Administração procura assegurar que existam posições substanciais de excedente líquido de tesouraria de modo a cobrir, a qualquer altura, as hipotéticas saídas de capital normais ou analisadas nos testes de esforço realizados. Para mais informações relativamente ao financiamento assegurado e depósitos de clientes, ver *Análise Sumária – Liquidez e Gestão de Risco de Liquidez* e Notas 28 a 30.

**Capitais Próprios.** Os capitais próprios em 31/12/16 eram de € 265,6 milhões, o que compara com € 276,4 milhões na mesma data em 2015. O número de ações ordinárias emitidas – cada com um valor nominal de um euro, totalmente subscritas e pagas – aumentou para 156 milhões, em resultados da incorporação de € 52 milhões em reservas, aprovado e efetuado em 2015. Os principais fatores que influenciaram este aumento substancial do valor acionista desde então foram as outras reservas/resultados retidos, os resultados correntes e o pagamento antecipado de dividendos.

**Capital Regulatório:** O BiG é regulado pelo Banco de Portugal e, de acordo com as regulações bancárias, o Banco está sujeito aos requisitos de capital calculado com base no risco, a nível individual e consolidado. Em termos gerais, o capital regulatório, objeto de reporte regular, é utilizado como base para avaliar aspetos chave do negócio bancário, e

envolve vários ajustamentos regulares à rubrica de capital do Banco. Os requisitos de capital são apresentados como rácios de capital que comparam o capital ajustado com o valor dos ativos ponderados pelo risco. A rubrica Tier 1 Capital e outros rácios de solvabilidade reportados regularmente pelo Banco constituem parte fundamental do processo de capital regulatório.

Os indicadores de rentabilidade permaneceram positivos quando comparados com a maioria dos concorrentes do Banco em 2016, mas inferiores aos resultados obtidos em 2015 e ao desempenho histórico de 2014. **A Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 16,1%, por comparação com 27,7% em 2015.** O rácio de eficiência do Banco correspondeu a 36,7% em 2016, face a 24,8% em 2015, registando um aumento que traduz um decréscimo no denominador, permanecendo no entanto em níveis favoráveis face aos concorrentes do Banco.

T.22

(Euro 000)

<b>Capitais Próprios</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Capital	156.000	156.000	104.000	104.000
Prémios de Emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Outros Instrumentos de Capital	0	0	0	0
Ações Próprias	-2	-2	-153	-1.084
Reservas de Reavaliação	-87.095	-48.229	-7.284	-2.180
Outras Reservas e Resultados transitados	160.994	105.204	96.515	58.947
Outras Deduções	0	0	0	0
Resultado do Exercício	43.712	74.509	82.529	58.628
Dividendos Antecipados	-9.360	-12.480	-15.600	-12.480
<b>Capitais Próprios</b>	<b>265.611</b>	<b>276.364</b>	<b>261.369</b>	<b>207.193</b>
Valor patrimonial por acção	1,70	1,77	2,51	1,99
Ativos Líquidos / Capital	6,62	5,58	5,53	5,86

T.23

(Euro 000)

<b>Capital Regulatório Consolidado</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Capitais Próprios</b>	<b>265.611</b>	<b>276.364</b>	<b>261.369</b>	<b>207.193</b>
Dividendos a distribuir	-6.240	-6.240	-6.240	-6.240
Ativos Intangíveis	-2.567	-2.628	-639	-133
Depósitos Remuneração acima limiar	-46	-61	-234	-1.203
Reservas Reavaliação	34.193	45.308	7.043	2.973
<b>Fundos Próprios</b>	<b>290.951</b>	<b>312.743</b>	<b>261.300</b>	<b>202.590</b>
<i>Risk-weighted assets</i>	921.344	943.215	744.365	616.225
Rácio de Fundos Próprios Principais nível 1	31,6%	33,2%	35,1%	32,7%
Tier 1 Capital	31,6%	33,2%	35,1%	32,7%
Rácio de Fundos Próprios Totais	31,6%	33,2%	35,1%	32,9%

T.24

<b>Medidas de Desempenho</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Rendibilidade</b>				
Rendibilidade dos ativos médios (ROA)	2,6%	5,0%	6,2%	5,2%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	16,1%	27,7%	35,2%	31,0%
Produto bancário / Ativo líquido médio	4,6%	10,0%	12,7%	11,2%
<b>Eficiência</b>				
Margem financeira / Ativo remunerado	1,5%	1,6%	1,8%	2,2%
Custos transformação / Produto bancário	36,7%	24,8%	20,3%	24,9%
Custos pessoal / Produto bancário	24,5%	15,7%	14,2%	17,9%
<b>Solvência</b>				
TIER 1 Capital	31,6%	33,2%	35,1%	32,7%
Rácio de Fundos Próprios Totais	31,6%	33,2%	35,1%	32,9%

# GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

## Introdução

O Conselho de Administração considera a tomada de riscos e a sua gestão como inerentes à atividade bancária. Estes incluem, de um modo geral, riscos de mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Adicionalmente, o Conselho de Administração entende que uma gestão efetiva do risco, que está no cerne do negócio do Banco de criação de valor para os acionistas, tem sido fundamental para o progresso do Banco e é essencial para o seu sucesso futuro.

Para identificar e gerir estes riscos, que se encontram geralmente inter-relacionados, o Banco tem sistemas de controlo interno que contemplam políticas e procedimentos integrados e compreensivos, assumindo uma natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As políticas e sistemas do Banco são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária ou intra-diária das posições, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos clientes e dos acionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Como parte dos procedimentos, acima mencionados, de mensuração dos principais riscos inerentes à atividade bancária, o Conselho de Administração baseia-se numa variedade de cenários assumidos em testes de esforço, em conjunto com outras metodologias. Estes estão sujeitos a uma revisão contínua e estão associados a eventos políticos e económicos, nacionais e globais, capazes de mudar os paradigmas existentes, que têm definido os anos recentes. Estes eventos tiveram um impacto significativo nas práticas de mercado existentes, regulação ou pressuostos, assim como nos preços e expectativas de mercado. Estes riscos constam regularmente da perspetiva do BIG e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Para informação adicional, incluindo testes de esforço para risco reputacional e riscos de correlação, consulte a Nota 40.

O enquadramento do risco, em termos gerais, inclui (i) a estrutura de Governo, (ii) as políticas e procedimentos do Banco e (iii) as pessoas envolvidas diretamente nas unidades de controlo de risco, quer individuais quer transversais ao Banco.

## Estrutura de Governo

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração, pelo Comité de Todos os Riscos do Banco (*All Risks*), e por vários sub-grupos que controlam áreas específicas de risco. O Comité de Todos os Riscos combina as

várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco, discutidos em detalhe mais abaixo neste documento, e a área de *Compliance* e Auditoria Interna do Banco.

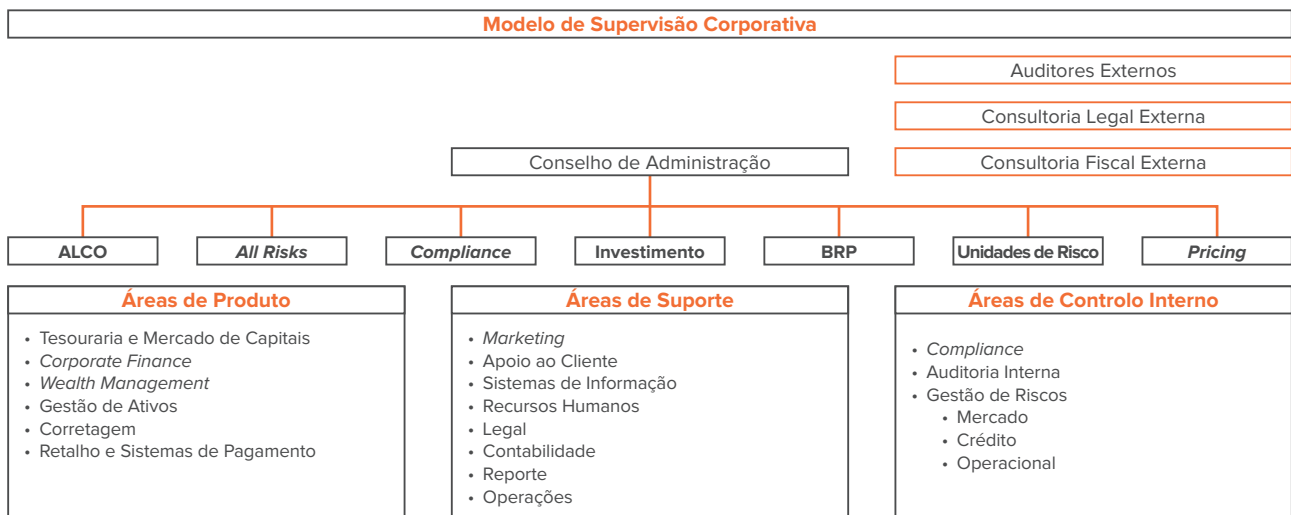
Presidindo a estrutura de governo societário encontra-se o Conselho de Administração. O Conselho de Administração assume um papel essencial na supervisão de riscos e o seu funcionamento tem sido sempre pautado pelo reconhecimento de controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de gerar valor para os acionistas num ambiente controlado – são fundamentais para a robustez financeira da instituição. É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer a orientação estratégica do Banco e os níveis de risco aceites, aprovar políticas, e ainda manter uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco.

A figura F.3 apresenta um resumo da estrutura de governo para gestão do risco do Banco.

## Políticas Gerais e Procedimentos

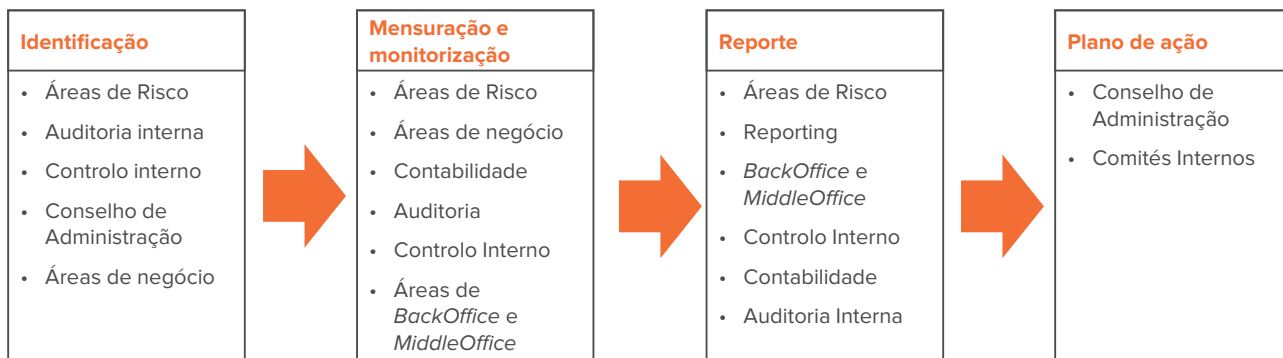
A Administração revê periodicamente as políticas, procedimentos e as alterações regulatórias subjacentes, e procura assegurar a sua comunicação de forma clara ao longo de toda a organização, de maneira a criar a base para um ambiente operacional sólido. A natureza da estru-

F.3





F.4



tura de governação para o risco e a existência de políticas claras visam assegurar que os processos associados com quatro passos fundamentais no processo de gestão de risco: a identificação, mensuração, controle e reporte das exposições de risco a perdas potenciais, estão em conformidade com as melhores práticas bancárias e regulamentares.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas, procedimentos e regulações pelo Conselho de Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- ▲ Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
- ▲ Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Entre as políticas e procedimentos essenciais incluem-se: (i) a gestão relativamente ativa das posições do Banco, (ii) *mark to market* diário da maioria dos ativos remunerados, (iii) revisão diária ou intra-diária das exposições financeiras e do produto bancário, (iv) revisão diária, e independente, das exposições de crédito, e con-

trola diário dos limites e processos contabilísticos, (v) reportes independentes e diálogo frequente entre as equipas geradoras de receitas e as equipas de controlo de risco e funções de suporte; (vi) testes de esforço extensos e frequentemente agressivos e (vii) proximidade do Conselho de Administração ao processo de controlo de risco e encorajamento na comunicação rápida de situações de potencial risco.

#### Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, o Conselho de Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspetos são discutidos nas seções seguintes e incluem:

- ▲ Utilização exaustiva de cenários de testes de esforço;
- ▲ Limites de risco de mercado com base em VaR (*Value at Risk*);
- ▲ Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- ▲ *Basis Point Values*;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos.

A quantificação do risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, atualizações

nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário do Conselho de Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte. Assumimos como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das exposições e, como tal, revemos os riscos, em particular os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspetos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Do ponto de vista do Conselho de Administração:

- ▲ *Risco de mercado* envolve pelo menos uma revisão diária de todas as medidas mencionadas anteriormente.
- ▲ *Risco de liquidez* e de *taxa de juro* foca-se num conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários.
- ▲ *Risco de crédito* geralmente foca-se em exposições nominais e fracionadas, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia e testes de esforço.
- ▲ As exposições a *derivados* são medidas através de análises de sensibilidade medidas em pontos base.



▲ *Riscos operacionais, o risco reputacional e o risco de correlação*, que engloba alguns dos riscos mais subjetivos aos quais o Banco pode estar exposto, geralmente depende de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

## Limites e Controle

A existência de limites em todas as atividades com risco é essencial ao processo de controle de riscos, e envolve uma série de restrições revistas com frequência, organizadas por classe de produto, maturidade e por operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values* (bpv's), e medidas estatísticas, tais como o *Value at Risk* (VaR), discutido à frente. É responsabilidade do Conselho de Administração e da função de Risco de Mercado garantir a atualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adotados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associada à negociação de ativos financeiros e investimento, incluindo a análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um fator importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de ativos, são revistos e comunicados numa base periódica aos gestores e colaboradores de *front e back office* e são sujeitos a revisão e atualização regular. Todos os colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de suporte independentes, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas corretamente.

## Reporte

Diariamente, as áreas responsáveis pela gestão de risco e *back office* compilam e reportam posições ao Conselho de Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos são reportados ao Conselho de Administração, que toma as medidas

necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, do Conselho de Administração com as áreas de mercado para rever posições e avaliar tendências. Os relatórios diários de testes de esforço servem como base de discussão sobre os níveis apropriados de exposição e da necessidade de agir de modo a reduzir concentrações de risco, quer através da venda ou do reposicionamento das posições, quer através da realização do *hedging* dos riscos.

## Unidades de Controle de Risco

Cada um dos comités internos de risco – *All Risks, Comité de Ativos e Passivos, Comité de Risco de Crédito, Comité de Investimento e os grupos responsáveis por áreas como Auditoria Interna, Compliance, riscos Operacionais e riscos Tecnológicos* – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia. Cada comité inclui, para além do Vice-Presidente, pelo menos outro Membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas áreas respetivas. Os eventos diários de natureza excepcional requerem a aprovação de pelo menos dois Administradores. Exposições significativas ou decisões políticas relevantes que caíam fora destes limites requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o *Comité de Todos os Riscos* reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

## Risco de Mercado

**Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Dada a possibilidade de impacto direto na demonstração de resultados e/ou nas reservas de justo valor, os principais riscos que o Banco gere na sua atividade de mercado incluem:**

▲ *Risco de ativos de rendimento fixo*, resultante de mudanças dos preços de ativos financeiros detidos para negociação ou para venda;

▲ *Risco de preço de ativos financeiros*, resultante de exposições a mudanças nos preços dos ativos e volatilidade;

▲ *Risco de taxa de câmbio*, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros, e volatilidade;

▲ *Risco de derivados*, resultante da gestão da exposição a mudanças de preços dos ativos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Asset and Liability Committee* (“ALCO”) e na Direção de *Risco de Mercado*. Este grupo, presidido pelo CEO, inclui outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas atividades geradoras de receitas e da equipa de controlo de risco.

Em suporte aos Comités estão as unidades principais de controlo de risco – Risco de Mercado e de Crédito – que são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as atividades de investimento e negociação de ativos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento discutidas no ALCO, reveem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, bem como para as carteiras dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras, bem como por assegurar uma supervisão, controlo independente e verificação do cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas atividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o BIG gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, o Conselho de Administração estabelece e revê, periodicamente, os

procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objetivos de negócio.

A função de monitorização do Risco de Mercado em específico, em colaboração com o Conselho de Administração e com o *Compliance*, revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do ALCO também integram o *Comité de Investimento do Banco*, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de ativos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As atividades desta área, embora separada da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

## Metodologias

Na gestão do risco de mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente incluem medidas estatísticas e várias medidas não estatísticas, entre as quais:

- ▲ *VaR (Value at Risk)*;
- ▲ *Testes de esforço*;
- ▲ *Monitorização dos valores dos pontos*
- ▲ *bpvs (Basis point values)*;
- ▲ *Limites de "gregos"*.

O Banco utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concen-

trações de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

## Value at Risk (VaR)

A análise de *VaR*, que mede o risco assumindo condições normais de mercado, é combinada com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *stop loss advisories*, para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exatas sobre o risco de mercado futuro. As variações de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são geralmente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre ativos financeiros.

T.25

(Euro)

<b>VaR de Negociação 2016 (vs 2015)</b>	<b>2016</b>				<b>2015</b>			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	9.776	131.982	359.775	6.189	222.329	146.657	333.914	1.592
Risco de taxa de juro	39.756	354.548	2.170.589	17.467	26.617	324.903	1.894.602	19.545
Ações	26.986	308.454	1.216.188	26.986	38.231	140.456	356.978	21.671
Opções	110.665	116.878	399.005	20.992	30.524	92.988	273.919	13.629
Efeito de diversificação	17%	30%			13%	29%		
<b>VaR total</b>	<b>155.751</b>	<b>635.924</b>	<b>2.483.922</b>	<b>134.179</b>	<b>274.812</b>	<b>497.033</b>	<b>1.763.575</b>	<b>68.375</b>

T.26

(Euro)

<b>VaR de Investimento 2016 (vs 2015)</b>	<b>2016</b>				<b>2015</b>			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco de taxa de juro	13.300.264	15.058.418	19.547.716	9.944.538	9.908.208	15.137.398	20.447.613	6.863.134
Ações	0	804.110	1.710.551	0	959.967	608.283	1.105.989	165.817
Efeito de diversificação	0%	2%			3%	2%		
<b>VaR total</b>	<b>13.300.264</b>	<b>15.571.493</b>	<b>20.192.592</b>	<b>10.611.421</b>	<b>10.501.977</b>	<b>15.468.448</b>	<b>20.900.062</b>	<b>7.307.725</b>

### Resumo de termos chave:

**VaR:** Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

**Back-testing:** Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas previsões com os resultados reais.

**Nível de confiança:** Probabilidade de que uma perda efetiva não exceda o *VaR* estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o *VaR*.

**Efeito de diversificação:** Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

## Utilização de Limites – VaR

T.27 (Euro)

Negociação		
VaR	Limite	Utilização
155.751	4.400.000	4%

	Limites	30-12-2016	29-12-2016	Δ	Excedente
Acções	1.400.000	26.986	28.684	-1.698	-
Opções	400.000	110.665	124.987	-14.322	-
Taxa de Juro	2.200.000	39.756	42.578	-2.822	-
Fx Cambial	400.000	9.776	16.402	-6.626	-

T.28 (Euro)

Investimento		
VaR	Limite	Utilização
13.300.264	25.000.000	53%

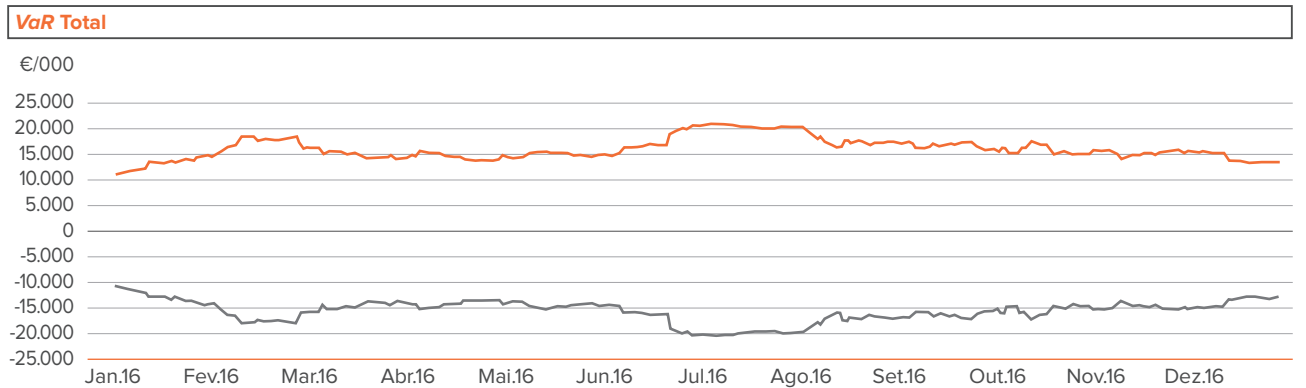
	Limites	30-12-2016	29-12-2016	Δ	Excedente
Acções	2.000.000	0	0	0	-
Taxa de Juro	23.000.000	13.300.264	13.408.574	-108.309	-

T.29 (Euro)

Setor	VaR Médio
Material básicos	75.668
Telecomunicações	91.198
Consumidor, cíclicos	18.218
Consumidor, não cíclicos	73.969
Financeiro	87.000
Soberano	13.523.503
Industrial	664.289
Utilities	371.584
Energia	145.684
Tecnologia	13.968
Fundos	826.978

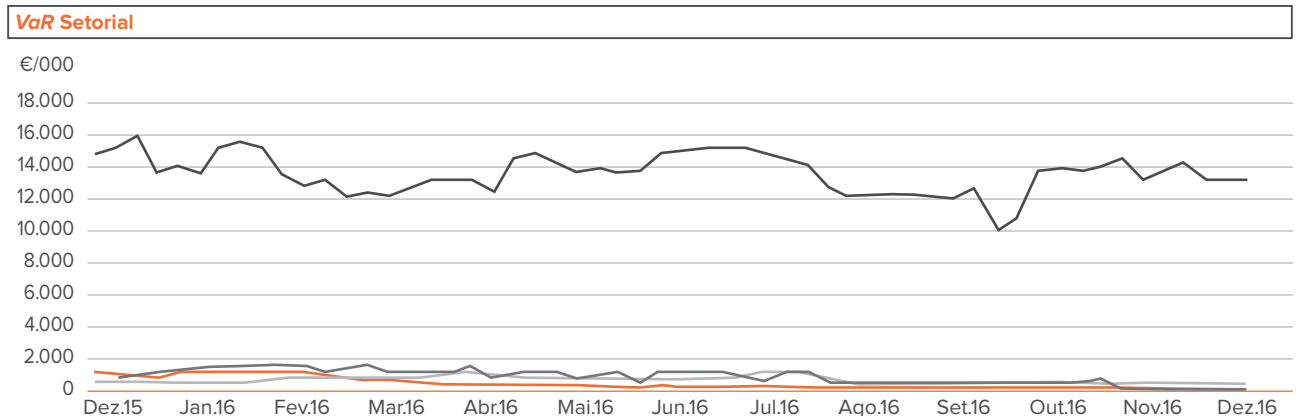
## VaR Total para o portfólio de Negociação e Investimento:

G.2



## VaR por Setor

G.3



Os resultados dos testes da carteira de negociação durante 2016, indicam que durante o ano houve um dia em que as perdas excederam os níveis de *VaR*. Os limites de negociação indicados abaixo, e em linha com os anos anteriores, foram, em média, inferiores e pouco utilizados, concentrando-se grande parte do risco na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (AFS).

As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas à medida que o Banco maximiza fluxos estáveis de receita, enquanto maximiza a flexibilidade de reconhecer proveitos mantendo níveis elevados de liquidez disponível. A utilização dos limites de investimento atingiu 53% no final do ano, face aos 42% em 2015. Os níveis mais elevados de *VaR* estiveram associados à carteira de ativos de rendimento fixo, refletindo concentrações nesta classe de ativos. Mais detalhes destas exposições estão disponíveis na secção deste relatório dedicada à *Gestão do Risco de Concentração*.

As análises de *VaR* das classes de ativos de rendimento fixo e variável por setor indicam que as maiores exposições médias durante 2016 estiveram associadas às emissões do Governo, seguidas, em menor medida, por Fundos (ETF - usados para negociação ou *hedging*), empresas indus-

triais, *de utilities*, de energia e financeiras. A concentração no setor governamental esteve relacionada com a maior disponibilidade e liquidez de emissões desse segmento face a outros emissores que têm geralmente proporcionado retornos inferiores, quando considerado o risco de crédito, num mercado com excesso de liquidez.

### **VaR de Liquidez**

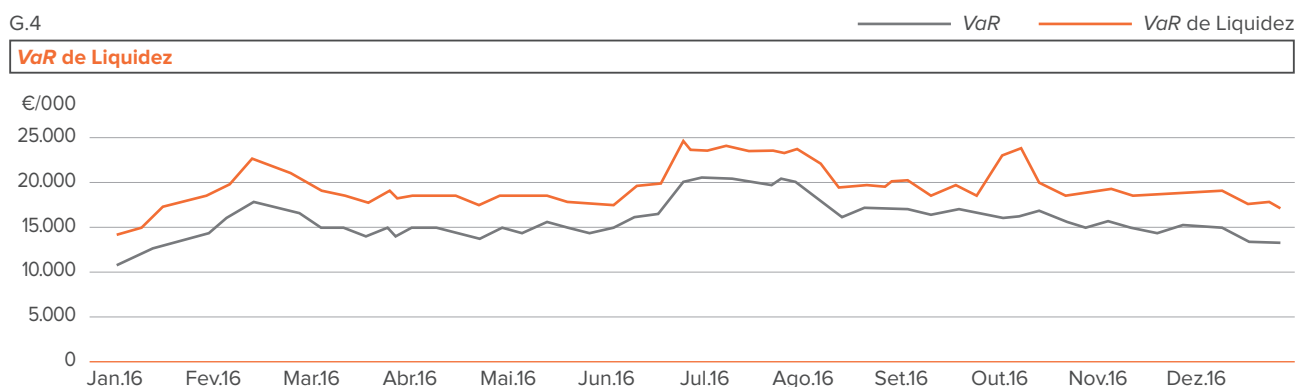
O *VaR* de Liquidez mede a maior perda esperada a que uma instituição está sujeita, para um determinado nível de confiança, ajustada à liquidez dos respetivos ativos. Esta medida é obtida a partir do *VaR* normal onde é adicionada uma componente de liquidez que visa ter uma perspetiva mais conservadora da medida de *VaR* tradicional no sentido em que introduz o *spread* entre os preços de *bid* e *ask* dos ativos. Em momentos de *stress*, o *bid/ask spread* alarga-se em função da redução da liquidez disponível. A tabela T.30 evidencia a evolução comparativa durante 2016 da média do *VaR* de liquidez para as várias classes de ativos detidos pelo Banco, constituindo L1 a medida dos *bid/ask spreads*. Os pontos de desvio significativo entre as medidas de *VaR* normal e as medidas de *VaR* de liquidez, tal como indicadas na tabela, refletem o aumento no *stress* e a

queda na liquidez entre os instrumentos de rendimento fixo de países periféricos e das suas instituições financeiras.

### **Testes de Esforço**

O Banco efetua testes de esforço das suas posições de mercado e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de *VaR*, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de mercado. Ao utilizar testes de esforço económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas a um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os testes de esforço de proveitos em risco proporcionam ao Conselho de Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplada, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, utilizamos 16 cenários para desenvolver testes a 96 posições nas carteiras de negociação e de investimento, assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a exposição e, em certos casos, as exposições dos Clientes a potenciais perdas. Estes cenários são revistos frequentemente e de

G.4



T.30

<b>VaR de Liquidez Médio por Setor Durante 2016</b>			
Setor	L1	VaR	VaR de liquidez
Soberano	2.232.630	13.523.503	15.756.132
Utilities	181.373	371.584	552.958
Industrial	549.004	664.289	1.213.294
Fundos	65.373	826.978	892.351
Outros	269.360	505.705	839.414

acordo com a evolução das condições de mercado. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados ativos subjacentes de classes de ativos idênticos e com um nível elevado de correlação. Realizamos habitualmente os testes de esforço de liquidez e correlação numa base semanal ou mensal.

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e nas respetivas reações dos mercados a esses eventos. Estes cenários simulam o impacto de eventos ou quedas nos mercados, com base em observações históricas, cujo impacto se encontra exposto na tabela T.31 com posições a 31/12/2016.

Os cenários históricos observados são utilizados, na medida em que corresponde a períodos extremos de *stress de mercado*, para a realização de testes diários, estando identificados em baixo como “C1, C2...C5.”. A reação histórica a vários cenários históricos extremos é aplicada às exposições atuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação e investimento de ativos financeiros, assumindo as mesmas condições de mercado. Os resultados são então compilados e reportados numa base diária ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

## Risco de Liquidez

### Risco de Liquidez decorre da gestão dos ativos e passivos do Banco.

A política do BiG relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (1) financiamento dos ativos antes da sua aquisição, (2) o pressuposto de que a maior parte dos ativos que compõem o Balanço deveria ser convertível em liquidez num curto espaço de tempo, (3) um programa para construir uma base estável de depósitos de clientes e (4) assumir que manteremos um razoável nível de independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Estes princípios definem o modelo de ne-

T.31

(Euro 000)

Negociação 2016																
	Piores cenários - Ações					Piores cenários - obrigações					Piores cenários - FX					Matérias primas
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1
Acções	12	(14)	(15)	(11)	18	(71)	(4)	(18)	(53)	(46)	30	3	(62)	9	(13)	(69)
Opções	369	94	179	169	216	204	58	84	279	84	271	392	261	85	18	198
FX	(8)	(14)	(9)	(4)	(56)	(21)	(22)	1	(11)	5	(23)	(12)	(39)	7	(11)	(9)
Taxa de Juro	106	(20)	23	(12)	(25)	(34)	(407)	(278)	(144)	(42)	3	(35)	(20)	(49)	9	(57)
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>46</b>	<b>178</b>	<b>141</b>	<b>153</b>	<b>79</b>	<b>(376)</b>	<b>(210)</b>	<b>71</b>	<b>1</b>	<b>280</b>	<b>347</b>	<b>140</b>	<b>52</b>	<b>3</b>	<b>62</b>

Investimento 2016																
	Piores cenários - Ações					Piores cenários - obrigações					Piores cenários - FX					Matérias primas
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1
Taxa de Juro	(14.119)	(5.617)	(4.607)	(10.442)	(22.301)	(19.962)	(47.623)	(25.181)	(27.769)	(17.269)	(1.942)	(18.835)	(14.031)	(14.285)	(4.941)	(9.734)
Acções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>(14.119)</b>	<b>(5.617)</b>	<b>(4.607)</b>	<b>(10.442)</b>	<b>(22.301)</b>	<b>(19.962)</b>	<b>(47.623)</b>	<b>(25.181)</b>	<b>(27.769)</b>	<b>(17.269)</b>	<b>(1.942)</b>	<b>(18.835)</b>	<b>(14.031)</b>	<b>(14.285)</b>	<b>(4.941)</b>	<b>(9.734)</b>

Piores cenários de Ações		
C1	Descida de Rating dos EUA	09-08-2011
C2	Receio de saída da Grécia da Zona Euro	23-07-2012
C3	Crescimento económico baixo para a Europa	06-11-2012
C4	Impacto dos indicadores económicos abaixo do esperado, para a zona Euro	23-01-2014
C5	Decisão do FED de cortar o programa de estímulos	14-10-2014

Piores cenários de Obrigações		
C1	Flash Crash, pico da crise na Grécia	05-05-2010
C2	Descida do Rating de Portugal pela Moody's	05-07-2011
C3	Descida do Rating de Portugal pela Standard & Poors	27-01-2012
C4	Crise Política na Grécia	11-05-2012
C5	Alemanha rejeita Eurobonds	22-06-2012

Piores cenários de FX		
C1	Economia Europeia a crescer mais rápido que os EUA	02-04-2001
C2	Expetativa de que a crise europeia se alastre	17-08-2011
C3	Manipulação da Libor	02-04-2012
C4	Poucas Expetativas na Economia Americana	05-06-2013
C5	Recuperação da Economia Americana	24-09-2014

Piores cenários de matérias primas		
C1	Impacto na decisão do FED: O preço do ouro afundou	19-06-2013

gócio do BiG, que não é focado na prestação de crédito, mas sim baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de ativos composta por ativos líquidos, em detrimento de crédito ilíquido.

Na prática, o processo de gestão de liquidez do Banco é uma questão estratégica e diária do Conselho de Administração. Este engloba os detalhes sobre controlos dos fluxos de entrada e saída, as questões de preçário e reputação, o controlo sobre colaterais, o processo do Comité de Ativos e Passivos e os aspetos do plano de recuperação que transmite a natureza fundamental do modelo de negócio: ativos líquidos, flexíveis e de qualidade financiados de forma conservadora por depósitos estáveis e capital.

A tabela T.32 proporciona uma visão global do *gap* de liquidez a 31 de dezembro de 2016, apresentado por maturidades. Para mais informação, consultar a Nota 40.

### Risco de Taxa de Juro

**O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.**

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros fatores. O BiG controla a sua exposição a eventos adver-

sos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco utiliza, como medida de risco de taxa de juro, os *bpvs* (*basis point values*). Este fator de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de ativos, nomeadamente em ativos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.33 apresenta os ativos e passivos por maturidade residual a 31 de dezembro de 2016. Para cada banda temporal é apresentada a exposição em *basis point values* (*bpvs*) tendo por base a duração modificada dos respetivos ativos e passivos.

Uma posição líquida longa ou positiva em *pontos base* pressupõe uma posição longa em obrigações financiadas com liquidez de curto prazo. Uma posição líquida curta ou negativa significa que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobrir ou recomprar a posição mais tarde com lucro.

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular, um aumento ou queda de 200 *pontos base* (*pb*) num único dia, ou um aumento ou queda de 50 *pontos* em exposições cuja maturidade residual é superior a um ano. A tabela T.34 resume o impacto positivo ou negativo nos resultados antes de impostos de uma improvável variação em paralelo de 200 *pontos base* no final de dezembro de 2016. A exposição ao risco de taxa de juro, como percentagem do capital regulatório, me-

da semestralmente durante 2016, e assumindo a análise de sensibilidade descrita anteriormente, está descrita na tabela T.35.

### Análises de Sensibilidade

O Banco executa análises de sensibilidade diárias, que são utilizadas para quantificar o efeito da variação de um fator de risco em todas as posições detidas. Mais especificamente, o Banco utiliza estas análises para medir o efeito de variações das taxas de juro bem como quantificar exposições a posições de negociação de ativos financeiros derivados. Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o preço do ativo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco mede as exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade conhecidas como "gregas", que são termos matemáticos, entre os quais:

- ▲ *Rho*: mede, em pontos base, a exposição a variações de 1 p.b. na curva de taxas de juro;
- ▲ *Vega*: reflete a exposição a variações de 1% na volatilidade na carteira de opções do Banco;
- ▲ *Delta*: quantifica, em Euros, variações de 1% no valor dos ativos subjacentes na carteira de negociação de opções;
- ▲ *Theta*: também no que diz respeito à carteira de negociação de opções, mede, em Euros, os ganhos ou perdas reportados por cada dia restante da vida de uma determinada opção.

T.32

(Euro)

Indicadores de liquidez	Spot e até 1 semana	Entre 1 semana e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Ativos líquidos com maturidade superior a 12 meses
<b>Mismatches</b>						
Mismatches por prazos	-19.488.263	-196.235.066	-191.902.311	-92.914.680	-94.689.070	
Mismatches acumulados	-19.488.263	-215.723.329	-407.625.641	-500.540.320	-595.229.391	542.846.300
Ativos Líquidos	663.678.757	652.820.157	653.324.264	653.324.264	653.324.264	
Passivos Voláteis	167.664.742	316.205.437	414.424.684	416.970.614	424.094.848	
Ativos Líquidos - Passivos Voláteis	496.014.014	336.614.720	238.899.580	236.353.650	229.229.416	
Gap de Liquidez (1)	45	30	22	21	21	

(1) Gap de liquidez = [(Ativos líquidos - Passivos voláteis)/(Ativo total - Ativos líquidos)] x 100

T.33

(Euro)

<b>Risco Taxa de Juro</b>						
Maturidade	Ativos	Responsabilidades	Extra-patrimonial (+)	Extra-patrimonial (-)	Líquido	bpv's
1/jan/17	279.569.909	897.860.907	0	0	(618.290.998)	(91)
1/fev/17	171.419.932	206.146.983	0	0	(34.727.051)	779
1/mar/17	58.982.006	108.342.728	0	0	(49.360.723)	965
1/abr/17	100.793.732	85.461.770	0	0	15.331.962	(522)
1/mai/17	596.156	51.247.202	28.997.175	0	(21.653.872)	571
1/jun/17	16.494.453	17.697.003	239.992.163	0	238.789.613	(10.866)
1/jul/17	11.522.369	14.205.635	0	0	(2.683.266)	182
1/ago/17	425.266	5.153.142	0	0	(4.727.876)	286
1/set/17	61.526	8.816.934	0	0	(8.755.408)	588
1/out/17	124.819	14.743.257	0	0	(14.618.438)	1.154
1/nov/17	99.483	2.278.607	0	0	(2.179.123)	193
1/dez/17	530.759	5.229.913	0	0	(4.699.154)	306
1/jan/18	0	11.902.161	0	0	(11.902.161)	1.464
1/jul/18	20.984	5.535.235	0	0	(5.514.251)	942
1/jan/19	58.548	6.842.621	0	0	(6.784.073)	1.588
1/jan/20	15.884.437	947.110	0	0	14.937.327	(4.821)
1/jan/21	9.913.391	697.513	0	0	9.215.878	(4.066)
1/jan/22	785.209	0	0	0	785.209	(418)
1/jan/23	11.637.985	0	0	0	11.637.985	(7.255)
1/jan/24	229.995.051	0	0	0	229.995.051	(143.917)
1/jan/25	5.303.984	0	0	0	5.303.984	(3.937)
1/jan/26	6.852.150	0	0	0	6.852.150	(5.447)
1/jan/27	73.427.407	0	0	364.312.947	(290.885.541)	363.674
1/jan/32	236.570.188	0	0	0	236.570.188	(314.249)
1/jan/37	108.153.892	0	0	0	108.153.892	(151.810)
1/jan/42	325.159.131	0	0	378.388.153	(53.229.022)	176.296
	<b>1.664.382.768</b>	<b>1.443.108.722</b>	<b>268.989.338</b>	<b>742.701.100</b>	<b>(252.437.716)</b>	<b>(98.414)</b>

T.34

(Euro)

<b>Dezembro 2016</b>					
Aumento paralelo de 200 pb	Redução paralela de 200 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Redução paralela de 100 pb	Aumento de 50 pb após 1 ano	Redução de 50 pb após 1 ano
-19.682.842	19.682.842	-9.841.421	9.841.421	-4.597.914	4.597.914

T.35

<b>Risco de Taxa de Juro: Evolução Semestral</b>		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de juro	% Impacto nos Fundos próprios
Dez/15	-47.532.796	-15,2%
Jun/16	-12.835.265	-4,1%
Dez/16	-19.682.842	-6,7%



**Durante 2016:**

T.36

Gregos	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-453.396	-8.485	-61.095	-216.624
Max	159.129	81.585	1.348.583	912
Média	-115.826	18.465	351.555	-12.806
Desvio Padrão	118.931	17.076	159.992	23.141

Rho Sensibilidade à taxa de juro  
 Vega Sensibilidade à volatilidade  
 Delta Sensibilidade ao ativo subjacente  
 Theta Sensibilidade ao tempo

**Risco de Crédito**

**Introdução**

**O risco de crédito define-se como a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.**

Não obstante não ser uma instituição focada na concessão de empréstimos, o BiG está exposto a riscos de crédito na maioria das suas atividades. Estes riscos incluem principalmente a exposição direta a Clientes que contrataram empréstimos, e exposição direta a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como ativos de investimento do Banco. Em menor escala, estes incluem também a exposição direta a clientes com crédito concentrado, geralmente associado a contas margens, e risco de compensação ou de mercado associado a atividades de Clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos referidos anteriormente em *Risco de Mercado*.

As exposições a crédito no BiG genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações soberanas, empréstimos, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos. No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transações individuais, ao nível da exposição

máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respetivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado setor, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do Balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da atividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

**Processo**

Constituindo um fator inerente à banca, o Conselho de Administração perceciona o risco de crédito como parte integrante do modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os acionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável, aceitando risco e utilizando o capital de uma forma prudente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efetiva com os objetivos de negócio definidos pelo Conselho de Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- ▲ Análise e controlo do risco de contraparte;

- ▲ Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;

- ▲ Orientações e procedimentos quantitativos e qualitativos para questões de controlo da qualidade de crédito;

- ▲ Controlo do Cliente, família e grandes riscos;

- ▲ Documentação, gestão e arquivo de documentação;

- ▲ Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;

- ▲ Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;

- ▲ Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;

- ▲ Adesão a orientações regulamentares;

- ▲ Política de preços.

**Natureza das Exposições de Crédito**

A natureza dos riscos de crédito geridos pelo Banco não tem variado substancialmente ao longo dos últimos anos e reflete o modelo de negócios do BiG e os respetivos objetivos. Durante 2016, os decisores políticos mantiveram a sua abordagem metódica e determinada de forma a endereçar – através de regulação, legislação, política monetária, revisões de qualidade de crédito e testes de esforço – muitos dos efeitos de longo prazo da crise económica pós-2008, tendo inclusivamente os reguladores europeus estado particularmente ativos. Neste contexto, a gestão do risco de crédito da carteira do Banco, em particular dívida cotada e ações, tem implicado uma resposta a alterações na perceção da qualidade de crédito e liquidez, sem perder de vista as questões fundamentais de longo prazo associadas a diferentes mercados. Neste enquadramento, a visão do mercado em relação à qualidade da maioria dos ativos, especialmente relativamente ao risco de ativos soberanos, tem traduzido a perceção da Alemanha como *safe haven* e a exigência por parte dos investidores de um prémio de risco significativamente elevado para a



tomada de risco associado aos países periféricos do sul da Europa.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

▲ *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às atividades de negociação e intermediação para Clientes. Estas são garantidas maioritariamente por liquidez, ativos financeiros ou, numa menor escala, ativos imobiliários. Esta categoria inclui as emissões por bancos de ativos financeiros com colaterais de RMBS e obrigações cobertas. Em 31/12/2016, substancialmente toda a carteira de crédito do banco eram créditos garantidos.

▲ *Risco de Crédito não garantido*, que surge da gestão dos riscos de crédito principais: principalmente, do *portefólio* de investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, e das atividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais. As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou dívida de emissões de outras entidades garantida por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

### Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objetivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados

da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transações em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

### Controlos Sobre Margens – Exposições Garantidas

As contas margem e empréstimos ao consumo representavam aproximadamente 3,1% do crédito a 31/12/16, ligeiramente inferior relativamente às já baixas exposições dos períodos anteriores. A grande maioria do crédito concedido a Clientes é de curto prazo, sendo garantido por ativos financeiros líquidos e sujeito a controlos rigorosos sobre margens, isto é, a diferença entre o valor do crédito concedido e o valor em tempo real da garantia que suporta o crédito. O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margem por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de ativos tendo em conta a volatilidade de mercado, como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. A experiência do Banco tem sido a de que este tipo de crédito pode resultar numa utilização lucrativa do capital e que este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas, mesmo sob condições extremas de mercado (Nota 21).

### Exposições não Garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, estão sujeitas a uma revisão objetiva e periódica dos dados financeiros históricos e projeções conser-

vadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. Este processo pode ser acompanhado por informação de agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem critérios qualitativos, tais como a propriedade / base acionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, por exemplo, quando o Banco opera na qualidade de credor de outros bancos, do setor financeiro, empresarial e de dívida soberana, representada por dívida cotada com maturidades variáveis.

### Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria - risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional - e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. A gestão de riscos que não de crédito é discutida nas secções relevantes deste relatório.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, o Conselho de Administração e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições diretas, indiretas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos capitais próprios consolidados. Nas tabelas T.37 a T.39 são apresentadas as principais exposições a 31 de dezembro de 2016.

T.37

(Euro)

<b>Dezembro 2016</b>		<b>Montante</b>
<b>Exposição por Estratégia de Investimento</b>		
Obrigações	Garantidas estado	1.018.756.584
	ABS	406.092.243
	Dívida Senior	71.411.795
<b>Total Obrigações</b>		<b>1.496.260.622</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações		126.138.437
Ações (1)		414.003
Derivados de ações (2)		1.197.807
Forex (3)		842.596
<b>Total</b>		<b>1.624.853.465</b>

(1) Apenas carteira de ativos financeiros disponíveis para venda

(2) Carteira de negociação (exposição líquida entre derivativos e ações)

(3) As posições de forex incluem Cash, Forwards e Futuros Cambiais

#### Exposição por Rating:

T.38

(Euro)

	<b>Aaa</b>	<b>Aa</b>	<b>A</b>	<b>Baa</b>	<b>Ba</b>	<b>Caa</b>	<b>NA</b>	<b>Total</b>
Garantida Estado	23.657	0	31.350.239	457.599.936	424.288.376	1.242.784	104.251.592	1.018.756.584
Dívida Senior	0	0	0	7.203.101	10.188.532	0	54.020.162	71.411.795
ABS	0	9.986.513	216.237.120	99.952.197	0	0	79.916.414	406.092.243
<b>Total</b>	<b>23.657</b>	<b>9.986.513</b>	<b>247.587.359</b>	<b>564.755.234</b>	<b>434.476.908</b>	<b>1.242.784</b>	<b>238.188.168</b>	<b>1.496.260.622</b>

#### Teste de esforço da carteira de crédito

O Banco mede todas as exposições relevantes de várias formas, no entanto, nenhuma delas é considerada tão importante pelo Conselho de Administração como os testes de esforço realizados diariamente em vários intervalos: diário, semanal, ou mensal. Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária, a carteira de investimento do Banco, constituída maioritariamente por ativos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de esforço diários, de modo a proporcionar ao Conselho de Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. Adicionalmente aos cenários históricos, o Banco foca-se diariamente em cenários extremos, ou altamente improváveis, os quais são aplicados às posições de modo a testar a resiliência do Balanço do Banco e a adequação do capital. Quando aplicados a esta carteira, estes cenários representam um indicador diário das perdas potenciais por classe, considerando as maiores perdas individuais por setor de atividade. As simulações abaixo

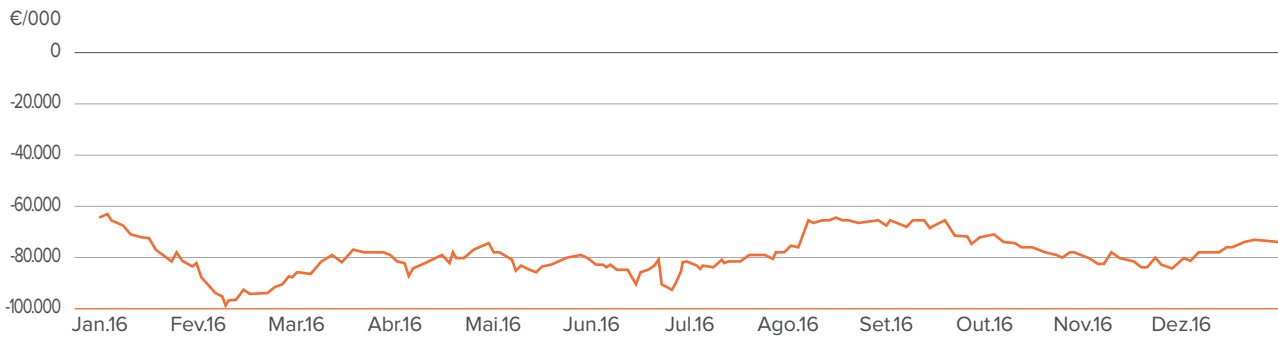
baseiam-se no impacto que variações nas *yields* e nos *spreads* de crédito têm no valor dos instrumentos de dívida, dependendo da sua maturidade e duração. Outra variável que se tem em conta é o nível de cobertura do *portefólio* de ativos de renda fixa. Tal como ocorre com os testes combinados das carteiras de negociação de ativos financeiros e investimento, o objetivo de testar cenários na maior posição individual do Balanço do Banco, que é a carteira de crédito, consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão vir a ser afetados e os capitais próprios delapidados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas. Os resultados destes testes diários são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

Os resultados destes testes a 31 de dezembro de 2016 são apresentados no gráfico G.5 e tabela T.40, evidenciando que, nas circunstâncias mais extremas, as perdas teóricas seriam significativas **mas não afetariam a solvabilidade global do Banco**, que continuaria confortavelmente acima dos mínimos regulatórios.

#### Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que derivam o seu valor de ativos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus Clientes e gerar receitas através das suas atividades de negociação de ativos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores atuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos. Como parte do processo, o BiG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de

G.5

**Cenários Extremos**

T.39

(Euro 000)

**Perdas máximas e mínimas**

Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio Padrão
-98.920	-63.932	-79.010	7.405

(\*) Valores máximos e mínimos de perdas

crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte anterior à data de liquidação do ativo. O Banco utiliza procedimentos de contabilização de ativos ao justo valor de mercado para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza a 31 de dezembro de 2016 pode ser encontrado nas Notas 18 e 23.

**Risco Operacional****Introdução**

**O risco operacional pode surgir em resultado de falhas ocorridas por procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.**

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou riscos com impacto na sua reputação, em resultado de erros humanos, erros de sistemas e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução deficiente, insuficiente por fornecedores terceiros, de componentes significativos do modelo de negócio. No

processo de gestão pró-ativa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê regularmente os seus sistemas de controlo interno para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infraestrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações (ver Nota 40).

Limitar os riscos operacionais através da implementação de procedimentos internos adequados e suficientemente robustos é essencial para oferecer um serviço completo e competente aos Clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, constituída pelos seguintes grupos de supervisão interna, que se reúnem separadamente com os seus supervisores no Conselho de Administração, e, também em conjunto, no Comité de Todos os Riscos:

▲ **Risco Operacional:** revê a adequação dos procedimentos internos, do suporte

humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto, com base em processos de autoavaliação, controlos dos erros operacionais e em relatórios de auditorias internas e externas.

▲ **Risco Tecnológico:** supervisiona a adequação e segurança da complexa infraestrutura tecnológica que suporta todos os aspetos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de autoavaliação para identificar e adotar ações sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas às operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevisível das atividades do Banco.

Constitui um objetivo da estrutura de governação acima identificada, e de todos os departamentos internos, garantir o

cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o capital e estratégia de negócio. Para apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais ao Conselho de Administração numa base regular. Estes reportes, e posterior análise, permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade. Os dados recolhidos são extensos e permitem uma análise detalhada das perdas operacionais reais por tipo de evento, linha de negócio, por impacto, e por montantes médios ou específicos.

Um aspeto chave no controlo dos riscos operacionais e na manutenção de perdas operacionais a níveis aceitáveis, é a cultura de tempestiva identificação e mitigação riscos do Banco. Encorajamos a comunicação dos problemas operacionais, quer potenciais quer reais, ao Conselho de Administração e a sua resolução pró-ativa.

Para melhorar a gestão desta tipologia de risco, no ano de 2016 foram desenvolvidas iniciativas nas seguintes áreas:

- ▲ Incremento das competências do departamento, com o reforço da equipa de gestão;
- ▲ Reformulação de alguns procedimentos e metodologias específicas como:
  - ▲ Levantamento de processos, riscos e controlos;
  - ▲ Registo e Comunicação de Eventos de Risco Operacional
  - ▲ RCSA – *Risk Control Self-Assessment*
  - ▲ Formalização de Planos de Ação para Mitigação de Risco Operacional
- ▲ Reformulação do *framework* e da metodologia da Continuidade de Negócio ou, na designação anglo-saxónica, *BCM-Business Continuity Management*.

#### **Continuidade do Negócio e Segurança de Informação**

Trabalhamos com o objetivo de assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas são seguros

e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam. Como referido anteriormente, o ICAAP (Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno) e os controlos diários de riscos endereçam a capacidade de garantir a sustentabilidade do Banco numa base financeira.

No que respeita ao risco operacional, o Banco assenta a implementação de um Plano de Continuidade de Negócio em dois pilares: a continuidade de operações na sua sede e a continuidade de operações do seu principal centro de dados. O centro de dados encontra-se instalado há vários anos, efetuando uma replicação *online* de dados críticos entre o centro principal localizado nos subúrbios de Lisboa e a unidade de continuidade do negócio no Porto. De forma a assegurar a continuidade de operações na sede da forma mais transparente e menos onerosa possível, o cenário de recuperação do Banco baseia-se nas suas duas maiores agências, as quais se encontram equipadas de forma a acomodar os colaboradores essenciais num cenário de emergência. São efetuados testes envolvendo os diferentes departamentos do Banco, que visam testar a adequação e fiabilidade das operações remotas a partir destas localizações.

#### **Compliance**

O sistema de controlo interno do BiG baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e diferentes normativos aplicáveis à atividade bancária, bem como de cumprimento do conjunto de procedimentos e políticas relativas às obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com Clientes. No seu conjunto, estes sistemas e procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal, limitações à sua atividade e expansão e perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma perceção negativa da imagem pública do Banco. O BiG sempre pautou a sua atuação pelo estrito cumprimento das normas e legislação em vigor a cada momento.

A função de *Compliance* assume um papel chave no banco e constitui uma parte integrante da cultura interna, não se limitando ao simples cumprimento da legislação, regulamentos e práticas de mercado. Neste contexto, o Banco seleciona os Colaboradores não apenas com base na sua experiência, competência e capacidade técnica, mas também tendo por base os seus valores éticos, transparência e comportamento responsável, elementos que no seu conjunto constituem fatores competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

A função de *Compliance* é independente e tem como responsabilidade principal assistir o Conselho de Administração na gestão eficaz dos riscos de *compliance* da instituição. Esta função é dotada da necessária autonomia e autoridade para atuar de forma independente das áreas de negócio do Banco, de modo a assegurar uma adequada monitorização e manutenção do sistema de controlo interno.

Neste contexto, em traços gerais, a função de *Compliance* do BiG é responsável por (i) garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo o regulamento e padrões internos de conduta, (ii) promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional, adequado à complexidade dos serviços oferecidos e à dimensão da instituição, (iii) monitorizar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados aos riscos da atividade bancária, (iv) proteger a reputação do Banco e (v) assegurar e manter as relações e interações com os órgãos de supervisão.

Especificamente em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e deteção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). É ainda responsável pelos mecanismos de prevenção e combate ao abuso de mercado, designadamente por via da monitorização de transações e eventos, assegurando a existência de controlos robustos em matéria de defesa de mercado.

Em ambas as matérias, compete a esta função a centralização do reporte e interação com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proativa dos mesmos, um controlo e uma validação prévia dos riscos desses serviços, e a identificação e prevenção ativa de conflitos de interesses.

### Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna desempenha um papel central e constitui parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno da instituição, procedendo à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas e procedimentos internamente definidos.

A função de Auditoria Interna é responsável por avaliar a eficácia e adequação (i) dos processos de controlo e gestão de risco do BiG, (ii) dos mecanismos de controlo interno, (iii) do sistema de governo e (iv) da aplicação e correta observância das políticas e regulamentos internos.

A função de Auditoria Interna é objetiva e imparcial e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de quaisquer debilidades nos processos de controlo e políticas de gestão de risco, procurando garantir a conformidade com procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco através de inspeções regulares baseadas nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, e tendo em vista os riscos inerentes às várias atividades e negócios do BiG. As inspeções cobrem todas as áreas de negócio e operacionais, e as respetivas conclusões são reportadas diretamente ao Conselho de Administração.

Esta função é dotada da necessária objetividade, independência e imparcialidade para desenvolver a sua atividade sem enviesamentos e interferências, de acordo com os princípios e melhores práticas internacionais nesta matéria.

### Aplicação de resultados do Banco de Investimento Global, S.A.

No exercício de 2016, o Banco de Investimento Global, S.A. teve um lucro consolidado de € 43.712.336,98 (quarenta e três milhões setecentos e doze mil trezentos e trinta e seis euros e noventa e oito cêntimos) e um lucro individual de € 43.429.149,30 (quarenta e três milhões quatrocentos e vinte e nove mil cento e quarenta e nove euros e trinta cêntimos). O Conselho de Administração propõe que, relativamente ao exercício de 2016, sujeito a autorização prévia do Banco de Portugal, seja distribuído um dividendo de € 0,10 (dez cêntimos de euro) a cada uma das 156.000.000 ações ordinárias e a cada uma das 12.000.000 de ações preferenciais remíveis, representativas do capital social em 31 de dezembro de 2016, dos quais € 0,06 / ação foram distribuídos e pagos antecipadamente em Novembro de 2016. O dividendo por ação proposto implica uma distribuição de resultados correspondente a 38,68% do lucro individual do exercício. Nas contas individuais, o Banco de Investimento Global, S.A. deverá, nos termos do n.º 1 do artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, destinar 10% dos lucros líquidos à formação da reserva legal. Assim, nos termos do disposto no artigo 30º, n.º 1 dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do lucro individual do exercício:

Aplicação do lucro	
individual .....	43.429.149,30 €
Reserva Lega .....	4.342.914,93 €
Dividendos .....	16.799.740,20 €
Reserva Livre .....	22.286.494,17 €

Lisboa, 14 de Março de 2017

O Conselho de Administração,

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues  
Presidente e *Chief Executive Officer*

Nicholas Leo Racich  
Vice-Presidente e *Chief Operating Officer*

Mário João Abreu Galhardo Bolota  
Vogal

Paulo José Caramelo de Figueiredo  
Vogal

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho  
Vogal





## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco de Investimento Global, S.A. (adiante designado por “o Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.759.030 milhares de euros e um total de capital próprio de 256.611 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 43.712 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Banco de Investimento Global, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

**Valorização de instrumentos financeiros ao justo valor**

*Divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas 2.3, 2.5, 2.6, 3.2, 18, 19 e 23 das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.*

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, a valorização de instrumentos financeiros ao justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes instrumentos englobam títulos classificados como ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; instrumentos financeiros derivados de negociação e classificados de cobertura, nomeadamente para a cobertura de taxa de juro de títulos em carteira. Em 31 de dezembro de 2016, os saldos em balanço dos títulos classificados como ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda ascendem a 1.093.352 milhares de euros (2015: 1.016.726 milhares de euros), os instrumentos financeiros derivados (i) de negociação a 3.161 milhares de euros no ativo (2015: 2.451 milhares de euros) e 1.148 milhares de euros no passivo (2015: 1.699 milhares de euros), e (ii) de cobertura a 7.733 milhares de euros (2015: 1.962 milhares de euros no ativo e 923 milhares de euros no passivo).

Para os instrumentos financeiros ativamente comercializados, e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, o justo valor é determinado com base num modelo de seleção de preços ou cotações de fecho disponíveis à data do balanço (nível 1 da hierarquia de justo valor). A totalidade da carteira de títulos classificada como ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda bem como os derivados transacionados em mercado organizado são

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a apreciação dos controlos instituídos pelo Grupo para permitir identificar, medir e monitorizar o risco de mercado, bem como a avaliação das metodologias, dados e pressupostos adotados para a determinação do justo valor.

Neste âmbito, os procedimentos e controlos testados incluíram (i) a própria calculatória dos modelos de apuramento do justo valor definidos pelo Grupo, incluindo a análise crítica dos *inputs* e pressupostos definidos pelo Conselho de Administração, (ii) as práticas de governo interno no processo de aprovação e apuramento do justo valor e (iii) a confirmação de uma amostra de operações junto das contrapartes ou dos custodiantes.

Testámos a mensuração dos instrumentos financeiros classificados no nível 1, comparando o justo valor apurado pelo Grupo com a informação disponível no mercado. Adicionalmente, avaliámos a adequacidade do modelo utilizado para valorização de instrumentos de dívida, através da apreciação do exercício de calibragem do modelo conduzido pelo Grupo.

Relativamente aos modelos desenvolvidos pelo Grupo para valorização dos derivados classificados nos níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor, avaliámos a sua adequacidade, comparando, sempre que disponível, os dados passíveis de observação face a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes. Para uma amostra de

A



---

**Matérias relevantes de auditoria**

considerados instrumentos financeiros nível 1 na hierarquia de justo valor.

Quando esses dados observáveis de mercado não estão disponíveis (níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor), nomeadamente nos derivados não transacionados em mercado organizado, a determinação do justo valor é feita pela aplicação de modelos de mensuração definidos pelo Conselho de Administração envolvendo julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas, como sejam modelos de “Discounted cash-flows”, “Black-Scholes” e Monte Carlo.

Por forma a mitigar o risco de crédito das contrapartes, com quem o Grupo negocia instrumentos financeiros derivados, são celebrados “ISDA Master Agreements”, que preveem a constituição de cauções financeiras (“contas margem”) como colateral desses instrumentos. Em 31 de dezembro de 2016, as contas margem relativas a instrumentos financeiros derivados totalizavam 21.770 milhares de euros (2015: 9.140 milhares de euros).

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

instrumentos avaliámos os modelos e os pressupostos utilizados e procedemos de forma independente ao recálculo da mensuração recorrendo a metodologias alternativas que considerámos apropriadas nas circunstâncias.

Adicionalmente, de forma a mitigar eventuais ajustamentos de risco de crédito, procedemos à reconciliação e confirmação das contas margem das contrapartes e à avaliação do risco de crédito potencial subjacente nos produtos estruturados dos clientes.

---

**Sistemas de Informação****Divulgações relacionadas com sistemas de informação no Relatório de Gestão**

O Grupo, face ao seu modelo de negócio e significativo número de transações que processa diariamente, encontra-se fortemente dependente da sua estrutura de sistemas de informação para garantir a fiabilidade no processamento das suas operações e, por consequência, do relato financeiro, o que justifica que esta matéria seja considerada

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos foram realizados pelos nossos especialistas em tecnologias de informação e incluíram a avaliação: do modelo de governo interno do Grupo no que concerne à monitorização do risco de sistemas de informação, dos procedimentos de controlo relativos a desenvolvimentos e alterações



---

**Matérias relevantes de auditoria**

relevante para efeitos da nossa auditoria.

Por forma a (i) promover a eficiência e a eficácia da sua estrutura de tecnologias de informação e (ii) a remediar oportunidades de melhoria identificadas no sistema de controlo interno do Grupo relacionadas com sistemas e aplicações, no decorrer de 2016, o Grupo realizou investimentos significativos em sistemas de informação e processos, como sejam o novo sistema de reporte contabilístico (que se encontra em desenvolvimento a esta data) e a atualização do principal sistema do Banco.

Adicionalmente, o Grupo tem implementado procedimentos de controlo compensatórios, essencialmente manuais, de forma a assegurar o funcionamento adequado dos principais sistemas e a integridade e exatidão da informação fornecida para alimentar o sistema contabilístico de suporte ao relato financeiro. A monitorização dos acessos é um controlo-chave para mitigar eventuais falhas nos sistemas de suporte ao relato financeiro na medida em que assegura que as alterações a aplicações e a dados são autorizadas e realizadas de forma apropriada.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

aplicacionais, dos acessos a sistemas e a dados e da integridade da informação gerada pelos sistemas operacionais do Grupo.

A realização destes procedimentos permitiu-nos identificar ocorrências relacionadas com os acessos aos sistemas operacionais do Grupo que representam risco para o sistema de relato financeiro, e por conseguinte, para as demonstrações financeiras.

De forma a mitigar este risco, bem como o risco operacional decorrente da utilização de procedimentos manuais para produzir determinada informação financeira, desenvolvemos procedimentos de auditoria substantivos adicionais, entre os quais testes a controlos manuais compensatórios, reconciliações da informação gerada pelos principais sistemas do Grupo e a avaliação, sempre que possível, da razoabilidade de eventuais alterações realizadas por potenciais acessos indevidos ou genéricos.

---

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

A



- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.


#### ***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Banco de Investimento Global, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 08 de maio de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161485  
representada por:

  
Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras Consolidadas**



Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A. (adiante designado por “Banco”) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco e das suas filiais. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidada, a Demonstração de fluxos de caixa consolidados e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão consolidado é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão; e
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco e das suas filiais com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

31 / 03 / 2017

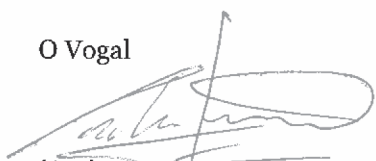
O Presidente do Conselho Fiscal



(Assinatura)

Dr. José Galamba de Oliveira

O Vogal



(Assinatura)

Dr. Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira

O Vogal



(Assinatura)

Dr. Jorge Alegria Garcia de Aguiar



# ▲ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Euros)



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	4	46.143.213	43.864.633
Juros e encargos similares	4	(20.929.604)	(20.131.320)
<b>Margem financeira</b>		<b>25.213.609</b>	<b>23.733.313</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	929.342	1.518.443
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.680.054	15.411.154
Encargos com serviços e comissões	6	(2.019.032)	(2.708.893)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(9.264.953)	(48.340.414)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	51.541.161	155.096.427
Resultados de reavaliação cambial	9	(2.862.740)	1.502.189
Resultados de alienação de outros ativos	10	3.966.161	2.986.000
Outros resultados de exploração	11	(1.491.357)	(491.846)
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>75.692.245</b>	<b>148.706.373</b>
Custos com pessoal	12	(18.580.524)	(23.363.479)
Gastos gerais administrativos	14	(7.658.552)	(12.261.590)
Depreciações e amortizações	24 e 25	(1.575.628)	(1.291.237)
Provisões líquidas de anulações	31	10.883.496	(2.764.774)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	(3.288)	(66.745)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	(283.359)	(1.351.042)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22 e 27	(31.424)	(6.200)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(17.249.279)</b>	<b>(41.105.067)</b>
Resultado operacional		58.442.966	107.601.306
<b>Resultados de associadas</b>		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>58.442.966</b>	<b>107.601.306</b>
Impostos			
Correntes	34	(14.804.968)	(32.507.084)
Diferidos	34	74.339	(585.043)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>43.712.337</b>	<b>74.509.179</b>
Resultados por ação básicos	15	0,28	0,56
Resultados por ação diluídos	15	0,28	0,56

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Nota	2016	2015
Resultado líquido do exercício		43.712.337	74.509.179
Items que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Ativos Financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício	36	(51.707.985)	(58.232.160)
Impostos diferidos	36	15.235.152	17.178.488
Impostos correntes	36	(214.766)	-
Diferenças cambiais	36	(2.178.261)	108.680
		(38.865.860)	(40.944.992)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>4.846.477</b>	<b>33.564.187</b>

## BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	52.323.209	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	71.385.805	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação	18	13.481.872	18.092.996
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	1.083.029.996	1.001.084.470
Aplicações em instituições de crédito	20	2.429.423	4.550.498
Crédito a clientes	21	437.484.868	376.820.146
Derivados de cobertura	23	-	1.962.129
Ativos não correntes detidos para venda	22	26.480	-
Ativos tangíveis	24	16.091.352	15.377.548
Ativos intangíveis	25	2.567.448	2.628.396
Ativos por impostos correntes	26	2.394.182	912.603
Ativos por impostos diferidos	34	36.205.256	20.895.766
Outros ativos	27	41.610.458	21.976.102
<b>Total de Ativo</b>		<b>1.759.030.349</b>	<b>1.542.063.419</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	28	-	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1.148.033	1.699.119
Recursos de outras instituições de crédito	29	396.823.178	171.219.515
Recursos de clientes	30	1.049.049.853	885.485.867
Derivados de cobertura	23	7.732.612	923.005
Provisões	31	6.788.288	17.696.784
Instrumentos representativos de capital	32	12.000.000	-
Outros passivos	35	19.877.247	23.668.131
<b>Total de Passivo</b>		<b>1.493.419.211</b>	<b>1.265.699.018</b>
<b>Capital</b>			
Capital	36	156.000.000	156.000.000
Prémios de emissão	36	1.362.281	1.362.281
Ações próprias	36	(2.326)	(2.326)
Reserva de justo valor	36	(87.095.288)	(48.229.428)
Outras reservas e resultados transitados		160.993.978	105.204.487
Resultado líquido do exercício		43.712.337	74.509.179
Dividendos antecipados	36	(9.359.844)	(12.479.792)
<b>Total de Capital</b>		<b>265.611.138</b>	<b>276.364.401</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>		<b>1.759.030.349</b>	<b>1.542.063.419</b>

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total de capital próprio
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>104.000.000</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(152.977)</b>	<b>(7.284.436)</b>	<b>16.449.320</b>	<b>80.065.606</b>	<b>82.529.197</b>	<b>(15.599.740)</b>	<b>261.369.251</b>
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(58.232.160)	-	-	-	-	(58.232.160)
Impostos diferidos	-	-	-	17.178.488	-	-	-	-	17.178.488
Impostos correntes	-	-	-	108.680	-	-	-	-	108.680
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	74.509.179	-	74.509.179
<b>Total de rendimento integral reconhecido no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(40.944.992)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.509.179</b>	<b>-</b>	<b>33.564.187</b>
Distribuição do resultado do exercício de 2014									
Transferência para reservas	-	-	-	-	8.234.076	52.455.485	(60.689.561)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(21.839.636)	15.599.740	(6.239.896)
Varição empréstimos a colaboradores para aquisição de ações próprias	-	-	150.651	-	-	-	-	-	150.651
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(12.479.792)	(12.479.792)
Aumento de capital	52.000.000	-	-	-	-	(52.000.000)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>156.000.000</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(2.326)</b>	<b>(48.229.428)</b>	<b>24.683.396</b>	<b>80.521.091</b>	<b>74.509.179</b>	<b>(12.479.792)</b>	<b>276.364.401</b>
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(51.707.985)	-	-	-	-	(51.707.985)
Impostos diferidos	-	-	-	15.235.152	-	-	-	-	15.235.152
Impostos correntes	-	-	-	(214.766)	-	-	-	-	(214.766)
Diferenças cambiais	-	-	-	(2.178.261)	-	-	-	-	(2.178.261)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	43.712.337	-	43.712.337
<b>Total de rendimento integral reconhecido no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.865.860)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.712.337</b>	<b>-</b>	<b>4.846.477</b>
Distribuição do resultado do exercício de 2015									
Transferência para reservas	-	-	-	-	7.485.490	48.304.001	(55.789.491)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.719.688)	12.479.792	(6.239.896)
Varição empréstimos a colaboradores para aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(9.359.844)	(9.359.844)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>156.000.000</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(2.326)</b>	<b>(87.095.288)</b>	<b>32.168.886</b>	<b>128.825.092</b>	<b>43.712.337</b>	<b>(9.359.844)</b>	<b>265.611.138</b>

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Nota	2016	2015
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		42.669.734	45.489.475
Juros e custos pagos		(22.413.773)	(21.056.477)
Serviços e comissões		7.199.628	8.609.973
Contribuições para o fundo de pensões		(800.018)	(1.212.104)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(26.515.748)	(35.382.428)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(1.491.356)	(491.846)
		<b>(1.351.533)</b>	<b>(4.043.407)</b>
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Disponibilidades em bancos centrais		(7.367.610)	359.134
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação		10.605.605	23.494.248
Aplicações em instituições de crédito		1.618.674	(3.994.762)
Recursos de bancos centrais		(165.000.000)	(15.000.000)
Recursos de instituições de crédito		225.675.897	63.120.211
Crédito a clientes		(60.744.350)	(240.648.387)
Recursos de clientes		164.969.272	81.047.308
Derivados para gestão de risco		(6.349.467)	(88.425.416)
Outros ativos e passivos operacionais		(21.597.861)	37.191.404
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>140.458.627</b>	<b>(146.899.667)</b>
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(16.286.546)	(47.647.835)
		<b>124.172.081</b>	<b>(194.547.502)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos		929.342	1.518.443
Ativos financeiros disponíveis para venda		(79.103.970)	186.795.874
Compra de imobilizações		(4.154.527)	(3.295.315)
		<b>(82.329.155)</b>	<b>185.019.002</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos de ações ordinárias pagos		(15.599.741)	(18.719.688)
Instrumentos representativos de capital		12.000.000	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(3.599.741)</b>	<b>(18.719.688)</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
Caixa e equivalentes no início do período		34.179.773	61.302.976
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		332.918	1.124.985
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>		<b>72.755.876</b>	<b>34.179.773</b>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		38.243.185	(28.248.188)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	1.370.071	1.699.899
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	71.385.805	32.479.874
<b>Total</b>		<b>72.755.876</b>	<b>34.179.773</b>





# ▲ NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Euros)

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de dezembro de 1998, tendo iniciado a sua atividade bancária no dia 1 de março de 1999. O Banco tem por objeto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco detinha uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A. (ONETIER). Em novembro de 2014 o Banco recomprou uma participação de 65,24% na ONETIER aos restantes acionistas, passando a deter 100% do capital social desta sociedade. Esta aquisição foi efetuada a um preço por ação de 0,94 euros, a que correspondeu um preço total de 9.811.590 euros. Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de novembro de 1999, e tem por objeto principal a gestão de participações sociais de outras sociedades com o fim indireto de exercício de atividades económicas. Esta entidade é consolidada pelo método integral.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de setembro de 2008, e tem por objeto principal a prestação de serviços de assessoria financeira, bem como a detenção ou gestão de imóveis. Esta entidade é consolidada pelo método integral.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco detém uma participação de 99,99% no capital do Banco BiG Moçambique, S.A. (BiG Moçambique). O BiG Moçambique foi constituído a 8 de outubro de 2014, com sede em Maputo, tendo por objeto principal a realização de quaisquer operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos em Moçambique, sem qualquer limitação estatutária.

O BiG Moçambique, constituído inicialmente com um capital social de MZN 70.000.000, realizou em 2015 um primeiro aumento do capital para MZN 226.125.000 e em 2016 um segundo aumento de capital para MZN 370.000.000, ambos subscritos na íntegra pelo Banco. Esta entidade é consolidada pelo método integral.

## NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adotadas na União Europeia.

As *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com as *IFRS*, tal como adotadas na União Europeia até 31 de dezembro de 2016. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e obrigações cujo risco de taxa de juro se encontra a ser coberto por derivados na componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *IFRS* requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

## NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, resultados, e outros rendimentos integrais do BiG e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BiG) e os resultados e outros rendimentos integrais atribuíveis ao Grupo, referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Subsidiárias**

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

#### **Associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto, embora nunca mais de 50%, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

### **Saldos e transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

## **2.2. Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado, as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

## **2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

### **Classificação**

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos detidos para negociação mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### **Reconhecimento e mensuração**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

A cobertura poderá ser de dois tipos variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

*Cobertura de justo valor* consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um ativo e passivo reconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício.

*Cobertura de fluxos de caixa*, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível i) a um risco particular de ativo ou passivo reconhecido ii) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será mensurado no capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### **Contabilidade de cobertura**

#### *Crítérios de classificação*

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- ▲ À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura prospetiva;
- ▲ Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- ▲ A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação.

**Cobertura de justo valor (fair value hedge)**

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios da exigibilidade da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado em resultados pelo período de vida útil remanescente do item coberto.

**Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão estritamente relacionados com o resto do contrato e com as características do instrumento financeiro subjacente. Os derivados embutidos são reavaliados ao justo valor através de resultados.

**2.4. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado pelo seu justo valor quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O crédito a clientes será desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido das perdas por imparidade.

O Grupo apresenta nesta rubrica operações de RMBS (*residential mortgage backed securities*). Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os juros são registados na rubrica de margem financeira.

**Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando exista evidência objetiva que indique que um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial, tenham um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos.

Mensalmente o Grupo avalia se uma exposição ou grupo de exposições têm evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos que ocorram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade em base individual, o Grupo considera os seguintes fatores como evidência objetiva de imparidade:

- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou atividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida no futuro;
- ▲ potenciais alterações de montante e prazos de recuperação estimado devido a dificuldades financeiras do cliente.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

O Grupo utiliza o procedimento de *write-off*, quando o crédito é considerado definitivamente incobrável (e.g. decisão de tribunal) ou o Grupo decida proceder a um perdão de dívida ou ceder o seu direito sobre os créditos a terceiros.

## 2.5. Outros ativos financeiros

### **Classificação**

O Grupo classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua contratação pelo respetivo justo valor, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

#### ▲ *Ativos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os produtos estruturados disponibilizados pelo Banco, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, que não podem ser bifurcados, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização destes ativos financeiros.

#### ▲ *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que; (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos por tempo indeterminado.
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

### **Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento**

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto no que diz respeito a ativos financeiros detidos para negociação através de resultados, caso em que os custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas interessadas na realização de uma operação em condições normais de mercado.

As aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Estes ativos serão desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações de justo valor reconhecidas em reservas, até que os ativos financeiros sejam desreconhecidos ou identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos financeiros são reconhecidas no caso das ações em reservas, e no caso de instrumentos de dívida em resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é calculado com base no seu preço de compra cotado em mercado regulado. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando um modelo de valorização que tem por base um conjunto de *providers* que apresentam cotações que o Grupo considera representativos do justo valor.

Os instrumentos de capital para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

**Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento tenha um impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que este critério não se aplica e o aumento de justo valor é reconhecido em Reservas.

**2.6. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados, são mensurados ao seu justo valor. O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação, os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização são registados na rubrica “Resultados em operações financeira”. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

Os Outros passivos financeiros inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, entre outros passivos.

Estes passivos são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros reconhecidos na demonstração de resultados.

O passivo financeiro será desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

**2.7. Instrumentos de capital*****Instrumentos de capital próprio com a natureza de passivo***

Nos instrumentos de capital próprio com a natureza de passivos, encontram-se registadas ações preferenciais remíveis sem direito de voto cujas as características conferem a este instrumento uma natureza híbrida, por partilharem características marcantes de instrumentos de dívida.

Segundo a Norma Internacional de Contabilidade 32, este tipo de instrumentos são classificados como passivo financeiro, na rubrica Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo.

A mensuração deste instrumento prevê o seu registo numa base inicial na rubrica contabilística de instrumentos de capital com a natureza de passivo.

Os rendimentos deste instrumento consistem em (i) eventuais dividendos recebidos que são registados na demonstração de resultados na rubrica de outros juros e encargos e (ii) um prémio de remição, caso a diferença entre o valor contabilístico por ação ordinária no último balanço anual anterior à data de remição e o último balanço anual anterior à data de emissão seja positiva (> 0), que será contabilizado como custo, na conta de juros e encargos similares de instrumentos representativos de capital com natureza de passivo, por contrapartida da conta de Balanço outros juros e encargos similares. Durante a vida das ações, o valor estimado do prémio de remição irá sendo reconhecido e contabilizado de forma incremental em função da fórmula de cálculo referida na nota 32, reportado a cada data de fecho de contas.

***Outros instrumentos de capital próprio***

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.



As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando o direito ao seu recebimento é declarado.

### **Ações próprias**

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

## **2.8. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal exercível de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal exercível não pode ser contingente de eventos futuros e deve ser exercível no decurso normal da atividade do Grupo, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou contraparte.

## **2.9. Ativos cedidos com acordo de recompra**

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

## **2.10. Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens, conforme abaixo:

	<b>Anos</b>
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Sempre que exista indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o Grupo estima o seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para o efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas por imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear pelo período de vida útil estimado de três anos.

## 2.12. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no *IAS 17 - Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### *Locações financeiras*

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, sendo capitalizadas ao menor entre o justo valor dos bens locados e os pagamentos mínimos contratualizados pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados ao menor entre a vida útil dos bens, e o período de locação.

Na ótica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador, juntamente com qualquer residual não garantido a favor do Grupo. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 2.13. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um suplemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

O Banco tem vindo a assegurar os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais de 8 de abril de 2005 e de 5 de abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma;

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem diferentes naturezas (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou-se que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente sido verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passará a abranger todos os titulares do órgão de administração e trabalhadores do Banco.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter um registo para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face a responsabilidades futuras.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade dos Seguros e Fundos de Pensões.

### **Plano de Pensões**

O Banco até 2014, assegurou os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e outro de benefício definido.

Em 2015 deu-se a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispôr apenas de um plano de contribuição definida.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

### **Plano de remuneração com base em ações**

O plano de remuneração com opções sobre ações (*stock options*) permite aos empregados adquirir ações do BiG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviço (*vesting period*).

### **Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração**

As remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## **2.14. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para cumprimento das obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixam de se observar.

## **2.15. Impostos sobre lucros**

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e as bases fiscais para o efeito, sempre que estejam cumpridos os critérios estabelecidos na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios, fato que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovada, e utilizando a taxa de imposto em cada jurisdição do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovadas, e utilizando as taxas de imposto à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## **2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- ▲ quando obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;

- ▲ quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os rendimentos de serviços e comissões são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

## 2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros detidos para negociação são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. No caso da taxa de juro fixa a taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento. Os rendimentos são reconhecidos na medida em que é provável que o seu benefício económico flui para o Grupo.

## 2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações próprias ordinárias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias emitidas é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

## 2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, com risco imaterial de flutuação de justo valor, onde se incluem a caixa as disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

## 2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é declarado.

## 2.21. Normas e interpretações ainda não adotadas

Na nota 43 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adotadas pelo Grupo.

## 2.22. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

### NOTA 3

## PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a gestão efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

### 3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. Consideraram-se os seguintes *triggers* para determinação de imparidade:

- ▲ Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- ▲ Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### 3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2016			2015		
	De ativos/passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de aplicações	259.894	-	259.894	54.455	-	54.455
Juros de títulos disponíveis para venda	37.736.445	-	37.736.445	38.417.567	-	38.417.567
Juros de disponibilidades	196.406	-	196.406	6.448	-	6.448
Juros de crédito a clientes	1.367.221	-	1.367.221	4.260.572	-	4.260.572
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	817.861	817.861	-	532.777	532.777
Outros juros e rendimentos similares	5.765.386	-	5.765.386	592.814	-	592.814
	<b>45.325.352</b>	<b>817.861</b>	<b>46.143.213</b>	<b>43.331.856</b>	<b>532.777</b>	<b>43.864.633</b>
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de clientes	5.861.501	-	5.861.501	8.320.231	-	8.320.231
Juros de recursos de instituições de crédito	776.046	-	776.046	708.546	-	708.546
Juros de recursos de bancos centrais	22.090	-	22.090	102.558	-	102.558
Outros juros e encargos similares	14.269.967	-	14.269.967	10.999.985	-	10.999.985
	<b>20.929.604</b>	<b>-</b>	<b>20.929.604</b>	<b>20.131.320</b>	<b>-</b>	<b>20.131.320</b>
	<b>24.395.748</b>	<b>817.861</b>	<b>25.213.609</b>	<b>23.200.536</b>	<b>532.777</b>	<b>23.733.313</b>

## NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica, no montante de 929.342 euros (31 de dezembro de 2015: 1.518.443 euros) é composta por dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda.

## NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2016	2015
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por operações realizadas por conta de terceiros	3.040.698	3.396.726
Por serviços prestados	3.612.828	3.972.537
Outros rendimentos de serviços e comissões	1.029.765	5.458.155
Por comissões de retrocesso	1.700.659	1.662.694
Por serviços de assessoria financeira	294.954	916.464
Por compromissos perante terceiros	1.150	2.275
Por garantias prestadas	-	2.303
	<b>9.680.054</b>	<b>15.411.154</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por operações realizadas por terceiros	882.210	1.020.280
Outros encargos com serviços e comissões	274.684	737.507
Por serviços bancários de terceiros	458.314	427.968
Por garantias recebidas	3.345	897
Por operações sobre instrumentos financeiros	400.479	522.241
	<b>2.019.032</b>	<b>2.708.893</b>
	<b>7.661.022</b>	<b>12.702.261</b>

## NOTA 7 RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
<b>Ativos e passivos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6.676.925	4.228.171	2.448.754	6.376.287	2.736.500	3.639.787
De outros emissores	643.026	190.865	452.161	699.573	487.926	211.647
Ações	3.950.410	2.351.518	1.598.892	5.279.392	3.708.946	1.570.446
Outros títulos de rendimento variável	875.831	312.760	563.071	489.076	98.869	390.207
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	7.098.985	3.749.402	3.349.583	6.155.879	6.841.521	(685.642)
Contratos sobre taxas de juro	60.420.158	93.658.731	(33.238.573)	53.680.266	80.735.943	(27.055.677)
Contratos sobre ações/índices	16.527.393	14.947.087	1.580.306	16.156.730	16.977.725	(820.995)
Outros	49.111.786	20.009.729	29.102.057	53.748.000	14.794.791	38.953.209
Derivados de cobertura	12.104.099	27.225.303	(15.121.204)	26.752.780	91.296.176	(64.543.396)
	<b>157.408.613</b>	<b>166.673.566</b>	<b>(9.264.953)</b>	<b>169.337.983</b>	<b>217.678.397</b>	<b>(48.340.414)</b>

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, e os ganhos e perdas resultantes da sua descontinuação aquando da alienação do objeto coberto são reconhecidos em resultados de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura definido, assim como a ineficácia do modelo.



## NOTA 8 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	41.319.486	4.642.762	36.676.724	150.060.035	14.738.252	135.321.783
De outros emissores	14.835.344	451.622	14.383.722	13.121.295	347.473	12.773.822
Ações	109.210	1.177.826	(1.068.616)	5.576.132	640.328	4.935.804
Outros	2.010.351	461.020	1.549.331	2.231.845	166.827	2.065.018
	<b>58.274.391</b>	<b>6.733.230</b>	<b>51.541.161</b>	<b>170.989.307</b>	<b>15.892.880</b>	<b>155.096.427</b>

## NOTA 9 RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica é composta por perdas, no montante de 2.862.740 euros dos quais 4.833.294 euros relativos a ganhos com reavaliação cambial a prazo e 7.696.035 euros relativos a perdas provenientes de reavaliação cambial à vista (31 de dezembro de 2015: 1.502.189 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

## NOTA 10 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016	2015
Operações financeiras		
Outras perdas	(583.559)	(105.822)
Outros ganhos	4.549.720	3.080.897
Operações não financeiras	-	10.925
	<b>3.966.161</b>	<b>2.986.000</b>

Os ganhos de Operações financeiras registados nesta rubrica são referentes, essencialmente, a reembolsos de capital, tanto programados como antecipados, de RMBS (*residential mortgage backed securities*) classificados como Crédito a clientes (nota 21).

## NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2016	2015
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	89.381	94.790
Reembolsos de despesas	6.416	362
Outros	552.983	675.435
	<b>648.780</b>	<b>770.587</b>
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	1.321.216	861.148
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	419	26.706
Quotizações e donativos	91.449	113.438
Outros	727.053	261.141
	<b>2.140.137</b>	<b>1.262.433</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>(1.491.357)</b>	<b>(491.846)</b>

O valor da rubrica Outros proveitos de exploração – Outros decorre essencialmente de serviços prestados a outras entidades.

## NOTA 12 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2016	2015
Remunerações	11.989.590	11.242.261
Custos com pensões de reforma		
de Contribuições definidas (nota 13)	619.237	930.857
Encargos sociais obrigatórios	2.443.916	2.426.063
Outros custos com o pessoal	3.527.781	8.764.298
	<b>18.580.524</b>	<b>23.363.479</b>

Em 31 de dezembro de 2016 estavam registados custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração, no valor de 7.587.852 euros (31 de dezembro de 2015: 10.824.649 euros).

Em 2016 foi atualizada a provisão constituída em 2015, correspondente à estimativa de base atuarial do compromisso assumido pelo Banco na sequência do plano de benefício definido, em 344 794 euros (31 de dezembro de 2015: 2 428 754 euros).

A rubrica Outros custos com o pessoal é composta por seguros saúde, seguros vida entre outros. A variação deve-se essencialmente à redução em 2016 do pagamento do benefício complementar relativo ao seguro de Vida de Capitalização, atendendo à necessidade de ajustar a estrutura de custos fixos do Grupo ao enquadramento mais exigente do setor. Esta rubrica inclui ainda o reconhecimento do diferencial da taxa de juro dos créditos concedidos a colaboradores e a taxa de juro de mercado.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da instituição com funções diretivas podem ser analisado como segue:

	2016	2015
Benefícios a curto prazo de empregados	3.586.623	4.408.841
Benefícios pós-emprego	229.569	233.371
Outros benefícios a longo prazo	14.455	17.462
	<b>3.830.647</b>	<b>4.659.675</b>

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de dezembro de 2016 e 2015 analisa-se como segue:

	2016	2015
Funções específicas	154	139
Funções de chefia	27	36
Funções directivas	46	36
Funções administrativas	9	8
Funções auxiliares	6	3
	<b>242</b>	<b>222</b>

## NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco assegura os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de um plano de Pensões de contribuição definida.

Para além da contribuição base, durante o ano de 2016, o Banco efetuou uma contribuição adicional (incentivo) de valor igual ao da contribuição voluntária dos colaboradores, com um limite máximo de 4,5% do vencimento base mensal.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco reconheceu como custo o montante total de 806.093 euros (31 de dezembro de 2015: 930.857 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida, sendo que 186 857 euros são relativos à contribuição adicional (incentivo).

Desde 2006 o Banco assegurava os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais de 8 de abril de 2005 e de 5 de abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração da sociedade ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma;

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem uma diferente natureza (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passou a abranger todos os titulares do órgão de administração da sociedade e trabalhadores do Banco.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade dos Seguros e Fundos de Pensões.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter uma conta de reserva para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face aos benefícios definidos estabelecidos para os participantes do anterior plano de benefício definido.

Os participantes no Plano de Benefícios Definidos eram 6 colaboradores em atividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos eram de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco efetuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, até 2012, encontrava-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimado destes colaboradores. A taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda na qual os benefícios serão pagos.

Em 2016 foi atualizada a provisão constituída em 2015, correspondente à estimativa de base atuarial do compromisso assumido pelo Banco na sequência do plano de benefício definido, em 344.794 euros, totalizando 2.754.963 euros (31 de dezembro de 2015: 2.428.754 euros).

**Plano de remunerações com base em ações do BiG**

Em 31 de dezembro de 2016, os programas de opções sobre ações do BiG apresentavam as seguintes principais características:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções	Número de ações por opção
2005	Nov-2018	9.000.000	1,00	2.266.621	1,96
2007	Mar-2020	1.824.000	1,00	77.400	1,76
2007	Mar-2020	66.800	1,00	10.020	1,67
2007	Mar-2020	15.600	1,00	1.632	1,66
2010	Mar-2023	65.000	1,00	43.550	1,67
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	6.350.000	1,94
2013	Jul-2026	1.473.250	1,00	1.453.250	1,58
2013	Jan-2027	5.000.000	1,00	4.500.000	1,58
2013	Abr-2027	200.000	1,00	200.000	1,58

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

Em 31 de dezembro de 2015, os programas de opções sobre ações do BiG apresentavam as seguintes principais características:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções	Número de ações por opção
2005	Nov-2018	9.000.000	1,00	2.266.621	1,96
2007	Mar-2020	1.824.000	1,00	77.400	1,76
2007	Mar-2020	66.800	1,00	10.020	1,67
2007	Mar-2020	15.600	1,00	1.632	1,66
2010	Mar-2023	65.000	1,00	43.550	1,67
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	6.350.000	1,94
2013	Jul-2026	1.473.250	1,00	1.453.250	1,58
2013	Jan-2027	5.000.000	1,00	4.500.000	1,58
2013	Abr-2027	200.000	1,00	200.000	1,58

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

**Ajustamento técnico**

Em 2015, na sequência do aumento de capital social por incorporação de reservas livres do Banco, no montante de € 52.000.000, realizado em 17 de junho de 2015, procedeu-se a um ajustamento técnico aos programas de opções sobre ações do BiG que visou assegurar que o referido aumento de capital não tivesse impacto no justo valor das opções sobre ações do BiG.

Conforme previsto no regulamento dos programas de opções sobre ações do BiG destinados a colaboradores e órgãos sociais, em caso de eventos societários com impacto no valor destes instrumentos, deverá proceder-se ao correspondente ajustamento no preço de exercício e no número de ações que poderão ser subscritas por cada opção.

Em linha com estas disposições, a Assembleia Geral de Acionistas de 23 de abril de 2015 deliberou, em simultâneo com a aprovação do aumento de capital por incorporação de reservas, a revisão e alteração dos termos dos programas atuais de opções sobre ações, por forma a que o justo valor das opções não se alterasse em resultado do aumento de capital.

Neste enquadramento, o ajustamento técnico foi determinado através da metodologia de valorização das opções abaixo descrita e consistiu na conjugação das seguintes medidas: (i) redução do preço de exercício em todos os programas de opções para € 1,00, correspondente ao valor nominal das ações do BiG e (ii) aumento do número de ações que cada opção possibilita subscrever, em proporção necessária para assegurar a manutenção do justo valor das opções após o aumento de capital.

O ajustamento técnico e a valorização das opções foram objeto de revisão e validação por uma entidade independente.

A redução no número de opções em 2015 deve-se à saída de colaboradores.

As opções caducam, individualmente, após o decurso de dez anos a partir das respetivas datas de vencimento.

Os regulamentos relativamente ao plano de remunerações com base em ações, mantiveram-se substancialmente iguais, desde 2005, exceto no que se refere às datas de vencimento e ao financiamento. Por norma os vencimentos são distribuídos por 3 anos, exceto no caso dos Órgãos Sociais que se vencem após 3 anos da sua atribuição. O prazo de caducidade, 10 anos após o primeiro vencimento, manteve-se inalterado. Tendo em consideração que o Banco não é cotado, o exercício das opções ocorre apenas quando o Banco realiza um aumento de capital, o que pode não coincidir com a comunicação de intenção de exercício por parte dos titulares das opções.

#### Metodologia de valorização das opções

A valorização das opções sobre ações do BiG baseia-se na adoção de metodologias de mercado internacionalmente aceites e tem em consideração as características específicas dos programas de opções sobre ações do BiG e dados de mercado.

Para efeitos da aplicação do modelo de valorização das opções, o valor das ações do BiG é estimado com base numa conjugação das metodologias de *Discounted Cash Flows to Equity*, de Múltiplos de Mercado e de *Adjusted Book Value* baseado no modelo de Gordon.

## NOTA 14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016	2015
Fornecimentos	1.078.842	1.296.843
Rendas e alugueres	948.265	1.081.847
Comunicações	688.820	560.117
Deslocações, estadas e representação	521.201	422.719
Publicidade e edição de publicações	193.258	3.352.705
Serviços especializados		
Avenças e honorários	165.999	138.881
Informática	1.438.881	2.630.122
Segurança e vigilância	171.743	172.424
Informações	596.936	604.723
Bancos de dados	24.855	25.502
Mão de obra eventual	99.727	62.051
Outros serviços especializados	1.318.230	1.672.771
Outros	411.795	240.885
	<b>7.658.552</b>	<b>12.261.590</b>

Os honorários faturados durante o exercício pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2016
Revisão legal das contas	83.050
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável	28.000
	<b>111.050</b>

Os honorários da revisão legal de contas incluem os honorários de auditoria e do Parecer do Revisor Oficial de Contas com vista à distribuição antecipada de dividendos de acordo com o Código das Sociedades Comerciais - Artigo 297º n.º1.b).

Os honorários relativos aos serviços distintos da auditoria incluem os serviços prestados com vista à emissão do Relatório de Imparidade de 31 de dezembro de 2015 e de 30 de junho de 2016 e dos Pareceres sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco a 30 de junho de 2016 e sobre a Salvaguarda de Bens de Clientes com referência a 31 de dezembro de 2015, sendo que alguns destes serviços tiveram início em 2015.

## Nota 15

### Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

	2016	2015
Resultado líquido atribuível aos acionistas do banco	43.712.337	74.509.179
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	156.000.000	132.065.753
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	(2.598)	(2.199)
<b>Número médio de ações ordinárias em circulação</b>	<b>155.997.402</b>	<b>132.063.554</b>
<b>Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do banco (em euros)</b>	<b>0,28</b>	<b>0,56</b>

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O Conselho de Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado conforme referido na nota 36.

## NOTA 16 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa	1.370.071	1.699.899
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	50.953.138	43.582.992
	<b>52.323.209</b>	<b>45.282.891</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de reservas mínimas do sistema europeu de bancos centrais. De acordo com o regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema europeu de bancos centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2016 inclui uma reserva média obrigatória de 10.858.600 euros que corresponde ao período de manutenção de 14 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017.

Esta rubrica inclui ainda os depósitos à ordem junto do Banco de Moçambique para satisfazer as exigências do regime de constituição de reservas obrigatórias mínimas, conforme regulamentado pelo Aviso 6/GBM/2016 de 16 de novembro de 2016. De acordo com o referido aviso, as reservas obrigatórias correspondem a 15,5% dos saldos dos depósitos de clientes, dos quais são excluídas as instituições de crédito sujeitas ao regime de constituição de reservas obrigatórias. A constituição é feita em meticais para os depósitos em moeda nacional e em dólares norte americanos para os depósitos em moeda estrangeira, não sendo estes depósitos remunerados. O saldo a 31 de dezembro de 2016 inclui 25.540.775 meticais e 235.634 dólares norte americanos correspondentes às reservas obrigatórias mínimas a observar no período de constituição de 22 de dezembro a 6 de janeiro de 2017.

## NOTA 17 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1.712.627	2.314.682
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	69.673.178	30.165.192
	<b>71.385.805</b>	<b>32.479.874</b>

As instituições depositantes onde o BiG possui disponibilidades têm um elevado *rating*, sendo que no final do exercício 73,9% destas encontram-se em instituições cujo *rating* é *investment grade*. As restantes disponibilidades encontram-se em instituições que não são classificadas (24,2%) ou em instituições cujo *rating* é inferior a *investment grade* (1,8%).

## NOTA 18

### ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4.011.933	1.209.310
De outros emissores	3.540.452	4.479.354
Ações	2.028.087	9.141.056
Outros	740.866	811.966
	<b>10.321.338</b>	<b>15.641.686</b>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	3.160.534	2.451.310
	<b>13.481.872</b>	<b>18.092.996</b>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1.148.033	1.699.119
	<b>1.148.033</b>	<b>1.699.119</b>

Conforme política contábilística descrita na nota 2.5. os ativos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Ativos financeiros detidos para negociação – Títulos, é constituída na íntegra por títulos cotados em bolsas reconhecidas.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	2016			2015		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	-	-	-	19.806.426	44.561	43.698
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Options	17.567.924	1.854.194	337.402	35.745.021	1.911.614	368.957
Operações a prazo	186.035.640	1.306.340	810.631	167.937.389	495.135	1.286.464
	<b>203.603.564</b>	<b>3.160.534</b>	<b>1.148.033</b>	<b>223.488.836</b>	<b>2.451.310</b>	<b>1.699.119</b>

(a) Derivados negociados em mercados organizados cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem junto do intermediário financeiro

Derivados negociados em mercados organizados cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem junto do intermediário financeiro

O valor registado em balanço, na rubrica Instrumentos financeiros derivados, em linha com a nota 2.3. é o justo valor dos derivados, sendo que o nocional encontra-se registado em extrapatrimonial.

O total de nocional de derivados embutidos associados a produtos financeiros complexos encontra-se registado nas classes de *Currency Options* e *Equity/Index Options* e ascende a 17 567 924 euros. O justo valor ativo destes nocionais é de 1 854 194 euros, representando 58,87% do total, e o justo valor passivo é de 337 402 euros, representando 29,39% do total.



A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a distribuição dos Ativos financeiros detidos para negociação - Títulos por prazos de maturidade residual, é como se segue:

	2016	2015
Títulos		
Até 3 meses	-	86.129
De 3 meses a 1 ano	100.634	231.291
De 1 a 5 anos	4.357.714	3.069.425
Mais de 5 anos	3.094.037	2.301.820
Duração indeterminada	2.768.953	9.953.021
	<b>10.321.338</b>	<b>15.641.686</b>

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a distribuição dos Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação - Instrumentos financeiros derivados, por prazos de maturidade residual, é apresentado como se segue:

	2016		2015	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	190.093.138	1.795.865	176.363.108	(432.636)
De 3 meses a 1 ano	5.569.679	458.405	35.286.615	619.328
De 1 a 5 anos	7.940.747	(241.769)	11.839.113	565.499
	<b>203.603.564</b>	<b>2.012.501</b>	<b>223.488.836</b>	<b>752.191</b>

## NOTA 19 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	719.022.967	56.873	(60.399.345)	-	658.680.495
De outros emissores	315.127.219	1.374.051	(7.350.466)	-	309.150.804
Ações	11.687.602	-	(508.951)	(1.351.042)	9.827.609
Outros	24.142.535	-	(716.973)	-	23.425.562
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>1.069.980.323</b>	<b>1.430.924</b>	<b>(68.975.735)</b>	<b>(1.351.042)</b>	<b>1.001.084.470</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1.122.451.937	50.934	(118.651.605)	(283.359)	1.003.567.907
De outros emissores	80.281.664	117.480	(1.351.058)	-	79.048.086
Ações	414.003	-	-	-	414.003
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>1.203.147.604</b>	<b>168.414</b>	<b>(120.002.663)</b>	<b>(283.359)</b>	<b>1.083.029.996</b>

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às ações.

Em 31 de dezembro de 2016, cerca de 91.41% da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda composta por obrigações e outros títulos de rendimento fixo encontrava-se coberta com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ascendeu a 3,37% (31 de dezembro de 2015: 3,45%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 37.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

2016			2015			
	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1.003.400.214	167.693	1.003.567.907	658.680.495	-	658.680.495
De outros emissores	78.487.208	560.878	79.048.086	309.150.804	-	309.150.804
Ações	-	414.003	414.003	9.796.801	30.808	9.827.609
Outros	-	-	-	23.425.562	-	23.425.562
	<b>1.081.887.422</b>	<b>1.142.574</b>	<b>1.083.029.996</b>	<b>1.001.053.662</b>	<b>30.808</b>	<b>1.001.084.470</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a distribuição dos Ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de maturidade residual é como se segue:

	2016	2015
Até 3 meses	128.448	-
De 3 meses a 1 ano	3.019.523	1.808.064
De 1 a 5 anos	46.338.675	96.833.470
Mais de 5 anos	1.032.568.469	869.189.765
Duração indeterminada	974.881	33.253.171
	<b>1.083.029.996</b>	<b>1.001.084.470</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.351.212</b>	<b>3.010.314</b>
Dotações	283.288	1.351.042
Cambial	71	-
Utilizações	(1.351.212)	(3.010.144)
<b>Saldo final</b>	<b>283.359</b>	<b>1.351.212</b>

## NOTA 20 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	2.338.152	4.510.317
Empréstimos	91.271	40.181
	<b>2.429.423</b>	<b>4.550.498</b>

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ascendeu a 0,12% (31 de dezembro de 2015: 0,04%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até 3 meses	2.341.749	1.992.529
De 3 meses a 1 ano	-	2.517.788
De 1 a 5 anos	87.674	40.181
	<b>2.429.423</b>	<b>4.550.498</b>

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existe imparidade alocada a aplicações em instituições financeiras.

## NOTA 21 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	151.985	62.171
Créditos em conta corrente	3.327.658	3.222.444
Descobertos	2.399	11.988
Locação financeira	260.819	252.492
Outro crédito especializado	34.588	23.383
A particulares		
Créditos em conta corrente	6.740.512	12.742.485
Habitação	5.614.248	5.833.830
Locação financeira	1.437.775	950.692
Descobertos	37.633	26.480
Outro crédito especializado	1.686.050	1.105.683
Descobertos	11.443.044	26.480
	<b>30.736.711</b>	<b>24.231.648</b>
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	250.000	-
Créditos em conta corrente		-
Descobertos	348	1.216
A particulares		
Créditos em conta corrente	187.249	541.393
Habitação	308.023	319.937
Descobertos	826	7.311
	<b>746.446</b>	<b>869.857</b>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Emitida por residentes	122.999.406	34.587.368
Emitida por não residentes	283.092.837	317.190.280
	<b>406.092.243</b>	<b>351.777.648</b>
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	152.482	199.671
	<b>152.482</b>	<b>199.671</b>
	<b>437.727.882</b>	<b>377.078.824</b>
Imparidade de crédito a clientes	(243.014)	(258.678)
<b>Crédito a clientes</b>	<b>437.484.868</b>	<b>376.820.146</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica Crédito em conta corrente reflete o crédito concedido ao abrigo da “conta margem”, o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 8.439.880 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de dezembro de 2015: 536.517 euros). O crédito concedido ao pessoal chave da instituição com funções diretivas, foi de 5.108.667 euros (31 de dezembro de 2015: 1.627.036 euros).

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ascendeu a 0,31% (31 de dezembro de 2015: 1,43%).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até 3 meses	10.342.017	16.581.986
De 3 meses a 1 ano	26.972	103.535
De 1 a 5 anos	13.559.612	1.436.996
Mais de 5 anos	413.956.799	358.756.636
Duração indeterminada	152.482	199.671
	<b>437.727.882</b>	<b>377.078.824</b>

Os movimentos ocorridos na imparidade de crédito a clientes são apresentados como se segue:

	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>258.678</b>	<b>191.933</b>
Dotações	8.544	66.745
Reversões	(5.256)	-
Utilizações	(18.952)	-
<b>Saldo final</b>	<b>243.014</b>	<b>258.678</b>

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2016	2015
Taxa variável	437.272.968	376.924.092
Taxa fixa	454.914	154.732
	<b>437.727.882</b>	<b>377.078.824</b>

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	4.502	16.533
De 3 meses a 1 ano	25.686	82.827
De 1 a 5 anos	1.383.779	1.003.456
Mais de 5 anos	425.171	211.926
	<b>1.839.138</b>	<b>1.314.742</b>
Juros vincendos		
Até 3 meses	6	56
De 3 meses a 1 ano	503	1.770
De 1 a 5 anos	93.590	84.692
Mais de 5 anos	46.445	25.040
	<b>140.554</b>	<b>111.558</b>
Capital vincendo		
Até 3 meses	4.496	16.477
De 3 meses a 1 ano	25.183	81.057
De 1 a 5 anos	1.290.189	918.764
Mais de 5 anos	378.726	186.886
	<b>1.698.594</b>	<b>1.203.184</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2016							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfólio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	126.479	126.226	410.120.040	5.864	410.246.519	132.090	410.114.429
Particulares	26.003	23.140	27.455.360	87.784	27.481.363	110.924	27.370.439
<b>Total</b>	<b>152.482</b>	<b>149.366</b>	<b>437.575.400</b>	<b>93.648</b>	<b>437.727.882</b>	<b>243.014</b>	<b>437.484.868</b>

2015							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfólio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	126.003	125.977	355.351.342	5.502	355.477.345	131.479	355.345.866
Particulares	73.668	47.597	21.527.811	79.602	21.601.479	127.199	21.474.280
<b>Total</b>	<b>199.671</b>	<b>173.574</b>	<b>376.879.153</b>	<b>85.104</b>	<b>377.078.824</b>	<b>258.678</b>	<b>376.820.146</b>

No seguimento do encerramento do mercado primário periférico de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)* em 2008/2009, esta classe de ativos deixou de transacionar em condições de normalidade no mercado secundário durante o ano 2011. Este fenómeno ficou explicitamente patente após o segundo trimestre do ano, quando deixaram de existir preços pronta e regularmente disponíveis. Neste sentido, e em consonância com o parágrafo AG71 da norma IAS 39, as emissões de *RMBS* deixaram objetivamente de se qualificar como cotadas num mercado ativo. Adicionalmente, em linha com os parágrafos 50 E) e F) da norma IAS 39, o Grupo tendo capacidade e intenção de deter estes ativos no futuro previsível ou até à maturidade, procedeu à sua reclassificação, transferindo-os da categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes com data de 1 de julho de 2011, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Na data da transferência				2015		2016	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor dos cash flows futuros <sup>a)</sup>	Taxa efetiva <sup>b)</sup>	Valor de mercado <sup>c)e)</sup>	Reserva justo valor <sup>d)e)</sup>	Valor de mercado <sup>c)e)</sup>	Reserva justo valor <sup>d)e)</sup>
De Ativos financeiros disponíveis para venda	141.499.455	132.512.478	(9.316.514)	201.040.279	5,28%	38.015.883	229.538	26.402.616	334.893

<sup>a)</sup> Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

<sup>b)</sup> A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

<sup>c)</sup> Este montante representa o valor de mercado caso os títulos se tivessem mantido na carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda. Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota acima, são valores sem suporte de transacções efetivas no mercado, em virtude de este se encontrar inativo.

<sup>d)</sup> Esta reserva representa a variação da reserva de justo valor caso os títulos se mantivessem na carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda.

<sup>e)</sup> Respeita a títulos transferidos de Ativos disponíveis para venda para Crédito a clientes, em carteira nesta data.

## NOTA 22 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica Ativos não correntes detidos para venda apresentava um saldo de 26.480 euros referente a um imóvel disponível para venda imediata. Este imóvel foi adquirido em julho 2016, no âmbito de adjudicação de processo de insolvência de um cliente.

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica Ativos não correntes detidos para venda apresentava um saldo de 45.500 euros referente a um imóvel disponível para venda imediata para o qual o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 25.500 euros. No decorrer de 2015, o referido imóvel foi alienado.

## NOTA 23 DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

2016							
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Varição de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	269.000.000	(7.732.612)	(8.771.736)	(10.093.394)	(17.173.452)	285.890.430
Futuros	Instrumentos de dívida	276.000.000	-	(6.173.753)	(16.955.148)	(13.698.112)	624.103.272
		<b>545.000.000</b>	<b>(7.732.612)</b>	<b>(14.495.489)</b>	<b>(27.048.542)</b>	<b>(30.871.564)</b>	<b>909.993.702</b>

(1) Inclui juro corrido

2015							
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Varição de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	153.111.601	1.039.124	23.882.019	7.080.058	(14.077.793)	201.277.225
Futuros	Instrumentos de dívida	322.900.000	-	3.055.648	(3.257.036)	(21.732.430)	504.683.023
		<b>476.011.601</b>	<b>1.039.124</b>	<b>26.937.667</b>	<b>3.823.022</b>	<b>(35.810.223)</b>	<b>705.960.248</b>

(1) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (nota 7).

O valor registado em reservas resulta da reclassificação da variação de justo valor dos instrumentos de cobertura de resultados para capital, sendo que apenas são reclassificados os montantes relativos à eficácia da relação de cobertura. Este valor é apresentado acima como componente de justo valor do elemento coberto e totaliza 27.048.542 euros (em 31 de dezembro de 2015: 3.823.022 euros).

À data de 31 de dezembro de 2016, as obrigações de taxa fixa da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda, estavam cobertas com Swaps de taxa de juro, em euros e com futuros sobre obrigações de dívida pública da Zona Euro, com maturidades compreendidas entre os dez e trinta anos. Trata-se de uma cobertura de risco de taxa de juro. A ineficácia desta cobertura era de 0,33%.

## NOTA 24 ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Imóveis</b>		
Beneficiações em imóveis	4.022.805	3.462.809
De serviço próprio	15.858.215	15.074.418
	<b>19.881.020</b>	<b>18.537.227</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	5.494.395	5.480.060
Mobiliário e material	1.280.185	1.110.508
Instalações e interiores	2.090.913	2.072.753
Equipamento de segurança	238.829	168.938
Máquinas e ferramentas	163.382	140.372
Outros equipamento	219.764	221.293
Material de transporte	81.191	79.023
	<b>9.568.659</b>	<b>9.272.947</b>
<b>Ativos tangíveis em curso</b>		
Equipamento informático	119.221	9.498
Material de transporte	-	36.970
Equipamento de segurança	-	3.816
	<b>119.221</b>	<b>50.284</b>
	<b>29.568.900</b>	<b>27.860.458</b>
<b>Imparidade</b>	(301.115)	(301.115)
<b>Depreciação acumulada</b>	(13.176.433)	(12.181.795)
	<b>16.091.352</b>	<b>15.377.548</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	18.216.139	8.618.665	-	26.834.804
Adições	321.089	654.280	50.285	1.025.654
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	18.537.228	9.272.945	50.285	27.860.458
Adições	1.343.799	400.037	84.315	1.828.151
Diferenças de conversão cambial	-	(104.330)	(15.379)	(119.709)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	19.881.027	9.568.652	119.221	29.568.900
<b>Depreciações</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.113.146	7.366.321	-	11.479.467
Amortizações do exercício	386.238	617.205	-	1.003.443
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.499.384	7.983.526	-	12.482.910
Amortizações do exercício	417.589	581.298	-	998.887
Diferenças de conversão cambial	-	(4.249)	-	(4.249)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	4.916.973	8.560.575	-	13.477.548
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>14.964.054</b>	<b>1.008.077</b>	<b>119.221</b>	<b>16.091.352</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>14.037.844</b>	<b>1.289.419</b>	<b>50.285</b>	<b>15.377.548</b>



## NOTA 25 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	10.181.443	7.868.993
Outras imobilizações	586.747	2.581.583
	10.768.190	10.450.576
Ativos intangíveis em curso		
Sistema de tratamento automático de dados	204.504	6.334
	204.504	6.334
	10.972.694	10.456.910
Amortização acumulada	(8.405.246)	(7.828.514)
	<b>2.567.448</b>	<b>2.628.396</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	7.169.783	587.197	422.296	8.179.276
Adições	699.210	-	1.578.424	2.277.634
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7.868.993	587.197	2.000.720	10.456.910
Adições	2.312.501	-	13.875	2.326.376
Transferências	-	-	(1.808.154)	(1.808.154)
Diferenças de conversão cambial	(501)	-	(1.937)	(2.438)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	10.180.993	587.197	204.504	10.972.694
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.953.523	587.197	-	7.540.720
Amortizações do exercício	287.794	-	-	287.794
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7.241.317	587.197	-	7.828.514
Amortizações do exercício	576.742	-	-	576.742
Diferenças de conversão cambial	(10)	-	-	(10)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	7.818.049	587.197	-	8.405.246
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>2.362.944</b>	<b>-</b>	<b>204.504</b>	<b>2.567.448</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>627.676</b>	<b>-</b>	<b>2.000.720</b>	<b>2.628.396</b>

## NOTA 26 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Estimativa de imposto do exercício	(14.960.395)	(33.614.660)
Pagamentos por conta	19.046.907	34.085.521
Retenções na fonte	331.152	441.742
Correcção de impostos relativos a exercícios anteriores	(2.023.482)	-
<b>Ativos / (Passivos) por impostos correntes</b>	<b>2.394.182</b>	<b>912.603</b>

## NOTA 27 OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	270.850	214.213
Aplicações - Contas caução	37.878.708	14.264.226
Setor público administrativo	36.726	58.060
Devedores diversos	238.665	2.925.788
Devedores e outras aplicações	171.522	165.376
Outros ativos	133.899	133.899
	<b>38.730.370</b>	<b>17.761.562</b>
Perdas por imparidade para outros ativos	(66.210)	(34.787)
	<b>38.664.160</b>	<b>17.726.775</b>
Despesas com custo diferido	1.009.488	295.008
Rendimentos a receber	1.091.624	751.701
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	845.186	3.202.618
	845.186	3.202.618
	41.610.458	21.976.102

A rubrica Aplicações – Conta caução é referente a colaterais mantidos junto de contrapartes para negociação em instrumentos derivados.

A rubrica Outros respeita essencialmente a operações que estavam por liquidar à data de 31 de dezembro.

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica Despesas com custo diferido inclui um montante de 752.233 euros relativo ao reconhecimento do diferencial da taxa de juro dos créditos concedidos a colaboradores para habitação, pessoal e aquisição de valores mobiliários e a taxa de juro de mercado.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade para outros ativos são apresentados como se segue:

	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>34.787</b>	<b>28.587</b>
Dotações	51.957	27.364
Reversões	(20.534)	(21.164)
<b>Saldo final</b>	<b>66.210</b>	<b>34.787</b>

## NOTA 28 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2015 o montante de 165.006.597 euros desta rubrica respeitava a recursos do Sistema europeu de bancos centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda e Crédito a clientes (*Residential Mortgage Backed Securities*).

O prazo de vencimento destes recursos em 31 de dezembro de 2015 era até 3 meses.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendeu a 0,05%.

## NOTA 29 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
No país		
Depósitos	118.147.416	82.728.440
	<b>118.147.416</b>	<b>82.728.440</b>
No estrangeiro		
Depósitos	7.072.557	6.319.695
Empréstimos	271.603.205	82.171.380
	<b>278.675.762</b>	<b>88.491.075</b>
	<b>396.823.178</b>	<b>171.219.515</b>

A rubrica Empréstimos consiste essencialmente em depósitos efetuados por instituições de crédito junto do BiG, assim como empréstimos sob a forma de vendas com acordo de recompra.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ascendeu a 0,16% (31 de dezembro de 2015: 0,28%).

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito pode ser analisado como se segue:

	2016	2015
Até 3 meses	392.319.888	171.219.515
De 3 meses a 1 ano	4.503.290	-
	<b>396.823.178</b>	<b>171.219.515</b>

## NOTA 30 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à ordem	428.793.894	315.113.085
Depósitos a prazo	589.609.007	519.022.094
Outros	30.646.952	51.350.688
	<b>1.049.049.853</b>	<b>885.485.867</b>

A rubrica Outros respeita essencialmente a depósitos indexados e produtos financeiros complexos.

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até 3 meses	825.352.587	658.471.320
De 3 meses a 1 ano	197.772.625	204.720.685
De 1 a 5 anos	25.924.641	22.293.862
	<b>1.049.049.853</b>	<b>885.485.867</b>

## NOTA 31 PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>14.932.010</b>
Dotações	2.783.173
Reversões	(18.399)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>17.696.784</b>
<b>Dotações</b>	<b>250.000</b>
<b>Reversões</b>	<b>(11.133.496)</b>
<b>Utilizações</b>	<b>(25.000)</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>6.788.288</b>

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Grupo.

## NOTA 32 INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

As Assembleias Gerais do BiG realizadas em 08 de Maio de 2014 e em 21 de Abril de 2016, autorizaram o Conselho de Administração a deliberar um aumento de capital através da emissão de ações preferenciais remíveis destinadas a trabalhadores e titulares do órgão de administração do Banco. Na sequência das referidas deliberações, o Conselho de Administração do Banco procedeu, em Julho de 2016, a um aumento de capital por emissão de 12.000.000 (doze milhões) de ações preferenciais remíveis sem direito de voto.

As ações preferenciais remíveis sem direito de voto têm características que conferem a este instrumento uma natureza híbrida, por partilharem características marcantes de instrumentos de dívida. É por essa razão que, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, são classificadas como passivo financeiro, na rubrica Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo, e os respetivos rendimentos pagos contabilizados como juro.

As ações preferenciais emitidas pelo BiG estão, de acordo com a deliberação para a sua emissão e da atual redação dos Estatutos do BiG, sujeitas a remição no prazo de 38 meses a contar da data da sua emissão, ou seja, as ações são emitidas por prazo certo e quer o emitente quer o seu titular têm um direito incondicional à remição, com reembolso da participação de capital realizada e ao prémio de remição, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prémio de remição por ação: Max [0; 1,5 x (VCPAn - VCPAi) / VCPAi] x VN}$$

VN - Valor Nominal  
 VCPAi - Valor contabilístico por ação no momento i (último balanço anual anterior à data de emissão)  
 VCPAn - Valor contabilístico por ação no momento n (último balanço anual anterior à data de remição)  
 1,5 - múltiplo de valor contabilístico  
 Para efeitos do cálculo do valor contabilístico por ação considerar-se-á o número total de ações ordinárias.  
 Prazo / Data remição: 38 meses

A política contabilística inerente ao registo deste tipo de instrumento encontra-se descrita na nota 2.7.

Em 2016, de acordo com a fórmula de cálculo do prémio de remição, não se verificou a necessidade de efetuar qualquer registo contabilístico. Neste ano ocorreu o pagamento de um dividendo antecipado, no valor de € 0,06 por ação, contabilizado como juro.

	2016	2015
Instrumentos representativos de capital	12.000.000	-

Do total de 12.000.000 de ações preferenciais remíveis emitidas, 8.000.000 foram subscritas pelos membros do Conselho de Administração e 4.000.000 pelos colaboradores relevantes.

## NOTA 33

### PASSIVOS CONTINGENTES – FUNDO DE RESOLUÇÃO

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante, 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução e 700 milhões de euros correspondem a um empréstimo concedido ao Fundo de Resolução por um sindicato bancário. O restante montante (3.823 milhões de euros) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que possam vir a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, de montante nominal de aproximadamente 2.000 milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu a um ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco.

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 31-A/2012, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos. Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo, bem como o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Atendendo à relevância e materialidade do tema, o BIG tem acompanhado de forma próxima todos os eventos que implicaram alterações no âmbito de actuação do Fundo de Resolução, tendo reconhecido, na rubrica de provisões para riscos bancários gerais, uma provisão para fazer face às contingências decorrentes desse evento, com base numa interpretação prudente do Banco relativamente ao parágrafo 14 da IAS 37.

No segundo semestre de 2016, intensificaram-se as discussões entre os diferentes intervenientes neste processo, designadamente o Governo Português, o Banco de Portugal e a Comissão Europeia, no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução por forma a preservar a estabilidade financeira, por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, no final do ano estava em discussão um aditamento aos contratos de empréstimo ao Fundo de Resolução, que introduz um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, às taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos para que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

Neste contexto, o Banco entendeu que, apesar dos desenvolvimentos ocorridos, ainda não estavam fechadas as alterações legislativas / jurídicas que permitiriam eliminar o risco de vir a ser exigida uma “contribuição especial adicional” aos bancos, tal como previsto no nº 5 do Artigo 14º da Lei 23-A de 2015. Assim, apesar de à data do balanço estas situações poderem representar passivos contingentes, e por isso não sujeitas a registo contabilístico nas demonstrações financeiras do Grupo, o Conselho de Administração decidiu, prudencialmente, manter, na rubrica de provisões para riscos bancários gerais, uma provisão para fazer face a eventuais contingências desta natureza, no montante de aproximadamente 3.500.000 euros (31 de dezembro de 2015: 9.000.000 euros).

## NOTA 34 IMPOSTOS

O Banco e as suas subsidiárias determinaram o montante do seu imposto corrente sobre os rendimentos para os exercícios de 2016 e 2015 tendo por base uma taxa nominal de imposto de 21%, acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Municipal. Uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual é também aplicada, para o ano de 2016 e 2015, ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros é aplicada uma taxa de 5%, e ao rendimento tributável superior a 35 milhões de euros aplica-se 7%.

O Grupo determinou o montante dos seus impostos diferidos para os exercícios de 2016 e 2015 com base numa taxa nominal de 21%, acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Municipal. Uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual é também aplicada, para o ano de 2016 e 2015, ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros é aplicada uma taxa de 5%, e ao rendimento tributável superior a 35 milhões de euros aplica-se 7%. Esta taxa de imposto estava em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo e das suas subsidiárias durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	35.887.272	20.573.533
Outros	317.984	322.233
<b>Imposto diferido ativo / (passivo) líquido</b>	<b>36.205.256</b>	<b>20.895.766</b>
<b>Movimento do imposto no ano</b>	<b>15.309.490</b>	<b>16.593.445</b>

O movimento do imposto diferido em 2016 e 2015 explica-se como segue:

	2016			2015		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	15.235.152	15.235.152	-	17.178.487	17.178.487
Outros	74.338	-	74.338	(585.042)	-	(585.042)
	<b>74.338</b>	<b>15.235.152</b>	<b>15.309.490</b>	<b>(585.042)</b>	<b>17.178.487</b>	<b>16.593.445</b>

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2016	2015
Reconhecido em reservas		
Imposto diferido	15.235.152	17.178.487
	<b>15.235.152</b>	<b>17.178.487</b>
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(13.960.395)	(32.870.743)
De exercícios anteriores	(844.573)	363.659
	<b>(14.804.968)</b>	<b>(32.507.084)</b>
Imposto diferido	74.338	(585.043)
	<b>(14.730.630)</b>	<b>(33.092.127)</b>
	<b>504.522</b>	<b>(15.913.640)</b>

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisada como se segue:

	2016		2015	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		58.442.966		107.601.306
Resultado apurado com base na taxa de imposto	27,50%	16.071.816	27,5%	29.590.359
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	0,70%	410.275	1,35%	1.451.856
Benefícios fiscais			-0,05%	(48.372)
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,14%	84.585	0,15%	159.009
Contribuição sobre o setor bancário	0,56%	328.123	0,19%	205.304
Outros	-3,70%	(2.164.170)	1,61%	1.733.971
	<b>25,20%</b>	<b>14.730.629</b>	<b>30,29%</b>	<b>33.092.127</b>

## NOTA 35 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	-	369.095
Recursos diversos	-	510.000
Setor público administrativo	1.959.400	1.107.550
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.081	2.081
Outros credores	335.898	138.272
	<b>2.297.379</b>	<b>2.126.998</b>
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	10.923.453	10.162.637
Outros encargos a pagar	1.750.403	4.374.688
	<b>12.673.856</b>	<b>14.537.325</b>
Receitas com rendimento diferido	31.129	25.714
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	4.874.883	6.978.094
	4.874.883	6.978.094
	<b>19.877.247</b>	<b>23.668.131</b>

A rubrica Outras operações a regularizar respeita essencialmente a operações que estavam por liquidar à data de 31 de dezembro.

A rubrica Encargos com o pessoal respeita essencialmente à parte diferida de remunerações variáveis atribuídas em anos anteriores.

## NOTA 36 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, AÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

### Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital do Banco encontra-se representado por 156.000.000 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em junho de 2015 foi realizado um aumento de capital social, por incorporação de reservas, no valor de 52.000.000 euros – passando assim de 104.000.000 euros para 156.000.000 euros – com a emissão de cinquenta e dois milhões de novas ações, com o valor nominal de 1 euro cada uma, e que foi aprovado por deliberação da Assembleia Geral do Banco realizada em 23 de abril de 2015.



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2016	2015
António da Silva Rodrigues	12,39%	12,39%
Adger – SGPS, S.A.	11,14%	10,96%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	9,94%	9,94%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	9,93%	9,93%
Nicholas Leo Racich	5,31%	5,31%
JRI – SGPS, S.A.	5,00%	5,00%
Bâloise Vie Luxembourg S.A.	4,81%	4,81%
Oceangest - Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	4,62%	4,62%
LNKM Hospitality Capital - Fundo Capital de Risco	2,29%	1,73%
José António de Melo Pinto Ribeiro	2,04%	1,99%
Helena Adelina S. L. Marques Carmo	2,01%	2,01%
Outros	30,52%	31,31%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O Banco emitiu ainda 12.000.000 (doze milhões) de ações preferenciais remíveis sem direito de voto, que têm natureza de Passivo (nota 32).

Desta forma, ainda que para efeitos estritamente estatutários se considere que o capital social do Banco é de 168.000.000 euros, atendendo ao tratamento contabilístico e características das ações preferenciais remíveis sem direito de voto, a rubrica Capital social não regista qualquer alteração face ao ano transato, continuando a ser representado por 156.000.000 ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada.

#### **Prémios de emissão**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os prémios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se aos prémios pagos pelos acionistas nos aumentos de capital realizados.

#### **Ações próprias**

O movimento ocorrido nas ações próprias é analisado como segue:

	2016		2015	
	Nº de ações	Valor	Nº de ações	Valor
<b>Ações próprias</b>				
Saldo no início do ano	2.598	2.326	2.598	2.326
Saldo no final do ano	2.598	2.326	2.598	2.326
<b>Empréstimos para aquisição ações próprias</b>				
Saldo no início do ano	-	-	112.135	150.651
Movimento	-	-	(112.135)	(150.651)
Saldo no final do ano	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.598</b>	<b>2.326</b>	<b>2.598</b>	<b>2.326</b>

#### **Reserva de justo valor**

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é analisada da seguinte forma:

	2016	2015
Custo dos ativos financeiros disponíveis para venda (nota 19) (1)	1.203.147.604	1.069.980.493
Perdas por imparidade (nota 19)	(283.359)	(1.351.042)
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda (nota 19)	1.083.029.996	1.001.084.470
Reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(92.785.706)	(71.367.834)
Reserva de justo valor associada à macro cobertura de risco de taxa de juro	(27.048.543)	3.823.023
Reserva de justo valor de ativos financeiros ao custo amortizado (nota 21)	(1.451.567)	(2.033.021)
Diferenças cambiais	(2.069.582)	108.679
Impostos diferidos	35.808.683	20.573.532
Impostos correntes	451.427	666.193
	<b>(87.095.288)</b>	<b>(48.229.428)</b>

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às ações.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2016 e 2015 é analisado da seguinte forma:

	2016	2015
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>(48.229.428)</b>	<b>(7.284.436)</b>
Variação de justo valor	(51.707.985)	(58.232.160)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	(214.766)	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	15.235.152	17.178.488
Diferenças cambiais	(2.178.261)	108.680
	<b>(38.865.860)</b>	<b>(40.944.992)</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>(87.095.288)</b>	<b>(48.229.428)</b>

#### **Reserva legal**

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

#### **Dividendos antecipados**

O Conselho de Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado, no valor de 0,06 euros por ação, em novembro de 2016, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2016, no montante de 9.359.844 euros.

## NOTA 37 CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	872.269.750	662.489.104
Garantias e avals	98.000	98.473
	<b>872.367.750</b>	<b>662.587.577</b>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avals	5.207.365	5.590.843
Outras	408.610	447.675
Garantias reais		
Títulos	64.362.835	60.319.031
Créditos	7.578.121	6.942.994
Valores imobiliários	7.582.291	7.199.620
	<b>85.139.222</b>	<b>80.500.163</b>
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	674.614
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	49.527.329	53.209.530
	<b>50.201.943</b>	<b>53.884.144</b>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	1.290.137.414	1.466.235.134
Por valores administrados pela instituição	371.977.139	136.760.682
Por cobrança de valores	139.609	15.654
	<b>1.662.254.162</b>	<b>1.603.011.470</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica Ativos dados em garantia inclui:

- ▲ títulos dados em garantia ao Sistema de indemnização ao investidor no montante de 740.775 euros (31 de dezembro de 2015: 772.590 euros);
- ▲ títulos dados em garantia ao Sistema europeu de bancos centrais no montante de 404.237.529 euros (31 de dezembro de 2015: 530.992.227 euros). Os ativos dados em garantia correspondem a uma pool de títulos, os quais à data de 31 de dezembro de 2016 não estavam a ser usados como colateral em operações de liquidez (31 de dezembro de 2015: 165.000.000 euros);
- ▲ outros títulos dados em garantia 467.291.446 euros (31 de dezembro de 2015: 130.724.287 euros).

## NOTA 38

### TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Política de transações com partes relacionadas do Grupo estabelece as regras a observar e procedimentos a seguir, sempre que ocorram transações com partes relacionadas. Nos termos previstos no IAS 24, e tendo por base a referida política, são consideradas partes relacionadas do BiG, designadamente:

- (i) os acionistas cuja participação ultrapasse, diretamente ou indiretamente, nos termos dos artigos 13º-A e 13º-B do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), 10% do capital social ou dos direitos de voto do BiG. (A estrutura acionista do Grupo pode ser consultada na nota 36);
- (ii) os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco;
- (iii) o cônjuge, unido de facto, parente ou afim em 1.º grau das pessoas referidas na alínea (ii) anterior;
- (iv) quadros dirigentes responsáveis pela gestão de sociedades do Grupo BiG, que correspondam a pessoas com categoria ou funções, com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo de atividades do Grupo BiG;
- (v) qualquer fundo ou plano de benefícios, tais como pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida e cuidados médicos, para benefício dos empregados do BiG;
- (vi) outras entidades em que qualquer Parte relacionada do BiG seja: (i) sócia; (ii) dirigente, nomeadamente por ser membro dos órgãos de administração ou fiscalização (iii) titular, individual ou conjuntamente, e direta ou indiretamente de, pelo menos, metade do respetivo capital social ou direitos de voto.

À data de 31 de dezembro de 2016, os saldos refletidos nas rubricas de Ativo referentes às partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Crédito	Outros Ativos
Acionistas detentores de participação superior a 10%	-	1.175
Órgão de Administração		
Membros do Conselho de Administração	8.239.239	4.097
Pessoas estreitamente relacionadas	720.912	-
Fundo de Pensões	-	123
Quadros Dirigentes de empresas do Grupo	200.641	4.437
	<b>9.160.792</b>	<b>9.832</b>

À data de 31 de dezembro de 2016, os saldos refletidos nas rubricas de Passivo referentes às partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Depósitos	Outros Passivos
Acionistas detentores de participação superior a 10%	6.416.235	5.713
Órgão de Administração		
Membros do Conselho de Administração	1.820.317	15
Pessoas estreitamente relacionadas	617.309	271
Membros do Órgão Fiscalização		
Membros do Conselho Fiscal	1.307.565	80
Pessoas estreitamente relacionadas	276.472	48
Fundo de Pensões	2.659.703	145
Quadros Dirigentes de empresas do Grupo	242.383	-
	<b>13.339.984</b>	<b>6.272</b>

## NOTA 39 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos ativos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Custo amortizado	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado (nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total de valor de balanço	Justo valor
<b>31 de Dezembro de 2015</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52.323.209	-	-	-	52.323.209	52.323.209
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.385.805	-	-	-	71.385.805	71.385.805
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	4.011.933	-	-	4.011.933	4.011.933
De outros emissores	-	3.540.452	-	-	3.540.452	3.540.452
Ações	-	605.592	-	-	605.592	605.592
Outros	-	2.163.361	-	-	2.163.361	2.163.361
Derivados						
Contratos sobre ações/índices	-	-	1.854.194	-	1.854.194	1.854.194
Operações a prazo	-	-	1.306.340	-	1.306.340	1.306.340
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1.003.400.214	-	167.693	1.003.567.907	1.003.567.907
De outros emissores	-	78.487.208	-	560.878	79.048.086	79.048.086
Ações	-	-	-	414.003	414.003	414.003
Aplicações em instituições de crédito	2.429.423	-	-	-	2.429.423	2.429.423
Crédito a clientes <sup>a)</sup>	437.484.868	-	-	-	437.484.868	425.586.165
<b>Ativos financeiros</b>	<b>563.623.305</b>	<b>1.092.208.760</b>	<b>3.160.534</b>	<b>1.142.574</b>	<b>1.660.135.173</b>	<b>1.648.236.470</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre ações/índices	-	-	337.402	-	337.402	337.402
Operações a prazo	-	-	810.631	-	810.631	810.631
Recursos de outras instituições de crédito	396.823.178	-	-	-	396.823.178	396.823.178
Recursos de clientes	1.049.049.853	-	-	-	1.049.049.853	1.049.049.853
Derivados de cobertura	-	-	7.732.612	-	7.732.612	7.732.612
	<b>1.445.873.031</b>	-	<b>8.880.645</b>	-	<b>1.454.753.676</b>	<b>1.454.753.676</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.282.891	-	-	-	45.282.891	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.479.874	-	-	-	32.479.874	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1.209.310	-	-	1.209.310	1.209.310
De outros emissores	-	4.479.354	-	-	4.479.354	4.479.354
Ações	-	9.141.056	-	-	9.141.056	9.141.056
Outros	-	811.966	-	-	811.966	811.966
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	44.561	-	44.561	44.561
Contratos sobre ações/índices	-	-	1.911.614	-	1.911.614	1.911.614
Operações a prazo	-	-	495.135	-	495.135	495.135
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	658.680.495	-	-	658.680.495	658.680.495
De outros emissores	-	309.150.804	-	-	309.150.804	309.150.804
Ações	-	9.796.801	-	30.808	9.827.609	9.827.609
Outros	-	23.425.562	-	-	23.425.562	23.425.562
Aplicações em instituições de crédito	4.550.498	-	-	-	4.550.498	4.550.498
Crédito a clientes <sup>a)</sup>	376.820.146	-	-	-	376.820.146	359.761.871
Derivados de cobertura	-	-	1.962.129	-	1.962.129	1.962.129
<b>Ativos financeiros</b>	<b>459.133.409</b>	<b>1.016.695.348</b>	<b>4.413.439</b>	<b>30.808</b>	<b>1.480.273.004</b>	<b>1.463.214.729</b>
Recursos de bancos centrais	165.006.597	-	-	-	165.006.597	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	43.698	-	43.698	43.698
Contratos sobre ações/índices	-	-	368.957	-	368.957	368.957
Operações a prazo	-	-	1.286.464	-	1.286.464	1.286.464
Recursos de outras instituições de crédito	171.219.515	-	-	-	171.219.515	171.219.515
Recursos de clientes	885.485.867	-	-	-	885.485.867	885.485.867
Derivados de cobertura	-	-	923.005	-	923.005	923.005
	<b>1.221.711.979</b>	-	<b>2.622.124</b>	-	<b>1.224.334.103</b>	<b>1.224.334.103</b>

<sup>a)</sup> Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota 21, são valores sem suporte de transações efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inativo.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

*Valores de mercado (nível 1)* – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

*Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)* – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e cotações de índices. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

*Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)* – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2016 não foram efetuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos ativos e passivos.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*  
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### *Crédito a clientes*

Considerando que a carteira do Banco é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável de justo valor do crédito a clientes.

#### *Recursos de outras instituições de crédito*

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é um estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### *Recursos de clientes*

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são da natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Os principais parâmetros utilizados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 no modelos de valorização foram:

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2016 e 2015, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2016		2015	
	EUR	USD	EUR	USD
<i>Overnight</i>	-0,500	0,500	-0,100	0,250
1 mês	-0,368	0,772	-0,205	0,430
3 meses	-0,319	0,998	-0,131	0,613
6 meses	-0,221	1,318	-0,040	0,846
9 meses	-0,139	--	0,004	--
1 ano	-0,082	1,686	0,060	1,178
3 anos	-0,104	1,690	0,060	1,416
5 anos	0,075	1,975	0,331	1,737
7 anos	0,314	2,161	0,620	1,951
10 anos	0,663	2,337	1,001	2,202
15 anos	1,030	2,496	1,397	2,418
20 anos	1,176	2,561	1,565	2,532
25 anos	1,218	2,584	1,603	2,589
30 anos	1,234	2,593	1,613	2,619

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2016 e 2015, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2016		2015	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	0,825	1,672	1,12	1,64
5 anos	1,824	2,628	4,01	3,00
7 anos	3,066	4,98	4,09	4,65
10 anos	5,221	4,22	6,38	4,82

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2016 e 2015, e respetivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2016	2015	Volatilidades %		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,054	1,089	7,421	8,154	8,307
EUR/GBP	0,856	0,734	9,255	12,747	11,939
EUR/JPY	123,400	131,070	8,381	13,477	12,472
EUR/CHF	1,074	1,084	4,340	4,676	4,485

A evolução dos principais índices de ações, para os anos 2016 e 2015, e respetivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre ações e índices de ações, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica %		Volatilidade implícita %	
	2016	2015	Variação %	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	4.679,20	5.313,17	(11,93)	11,45	13,71	18,32	18,32
Eurostoxx	3.290,52	3.267,52	0,7	10,87	13,25	16,90	16,90
DAX	11.481,06	10.743,01	6,9	11,22	13,32	16,44	16,44
S&P	2.238,83	2.043,94	9,5	7,60	10,23	12,15	12,15
Nasdaq 100	4.863,62	4.593,27	5,9	11,30	12,75	16,03	16,03
Dow Jones Ind.	19.762,60	17.425,03	13,4	6,66	9,77	12,35	12,35

## NOTA 40 GESTÃO DE RISCO DE ATIVIDADE

### Enquadramento

O Grupo procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório de Gestão do Conselho de Administração.

Pelo fato destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Grupo estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- ▲ Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- ▲ Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;



- ▲ Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- ▲ Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

### Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- ▲ *Value at Risk (VaR)*;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos ou *portfolio*;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ *Basis Point Values*;
- ▲ Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress* (testes de esforço hipotéticos e testes de esforço com base em cenários históricos) e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- ▲ *Backtesting*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção do Conselho de Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições. Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspetos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia e *stress testing*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjetivos aos quais o Grupo pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

### Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- ▲ Risco de liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos ativos e passivos;
- ▲ Risco de taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;
- ▲ Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos ativos subjacentes e volatilidade;
- ▲ Risco de taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- ▲ Cobertura de risco: resultante da gestão da exposição a mudanças de preços dos ativos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

### VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *stop loss advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Grupo calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da volatilidade um horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exatas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentado conforme segue:

	2016				2015			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	9.776	131.982	359.775	6.189	222.329	146.657	333.914	1.592
Risco taxa de juro	39.756	354.548	2.170.589	17.467	26.617	324.903	1.894.602	19.545
Ações	26.986	308.454	1.216.188	26.986	38.231	140.456	356.978	21.671
Opções	110.665	116.878	399.005	20.992	30.524	92.988	273.919	13.629
Efeito da diversificação	17%	30%			13%	29%		
<b>VaR Total</b>	<b>155.751</b>	<b>635.924</b>	<b>2.483.922</b>	<b>134.179</b>	<b>274.812</b>	<b>497.033</b>	<b>1.763.575</b>	<b>68.375</b>

A gestão de *VaR* para as diferentes carteiras de *trading* manteve-se dentro dos limites estabelecidos para 2016 praticamente durante todo o ano, as exceções ocorridas foram de imediato notificadas e regularizadas a *posteriori*. A exposição alocada às carteiras de ações, produtos estruturados e FX Cambial na vertente de *trading* manteve-se em linha com os níveis registados no ano de 2015, porém, houve um acréscimo da exposição das carteiras de *Fixed Income* em virtude de algumas alterações estratégicas de posicionamento ao nível da carteira de negociação de títulos de dívida.

#### Análise de sensibilidade

No âmbito da análise de sensibilidade aos índices acionistas detidos em carteira, ou dos índices acionistas para os quais tenhamos ações em carteira do respetivo índice, é apresentada de seguida a variação dos preços dos mesmos, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Cotação			Volatilidade histórica %	
	2016	2015	Variação %	1 mês	3 meses
DAX	11.481,06	10.743,01	6,87	11,22	13,32
IBEX 35	9.352,10	9.544,20	(2,01)	13,54	14,99
CAC 40	4.862,31	4.637,06	4,86	9,70	12,87
AEX	483,17	441,82	9,36	9,50	12,38
FTSE MIB	19.234,58	21.418,37	(10,20)	20,74	19,31
PSI20	4.679,20	5.313,17	(11,93)	11,45	13,71
Eurostoxx	3.290,52	3.267,52	0,70	10,87	13,25
S&P	2.238,83	2.043,94	9,54	7,60	10,23
ESTX Banks €	117,67	127,87	(7,98)	28,14	25,63
ESTX Oil&Gas € Pr	324,01	271,36	19,40	13,59	19,88
ESTX Telecomm € Pr	333,73	363,26	(8,13)	13,48	16,05

Com o intuito de analisar o impacto que um choque no preço dos índices acionistas tem nas ações da carteira de negociação procedeu-se a uma análise de sensibilidade dos mesmos. Enquadrada nesta análise aplicou-se um choque de +/- 10% em todos os índices, e para cada ação ponderou-se a amplitude do choque pelo Beta da ação com o respetivo índice de referência.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 10% nos índices acionistas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme segue:

Impacto resultante de um choque nos índices acionistas	2016		2015	
	+10%	-10%	+10%	-10%
DAX	(1.642)	1.642	10.816	(10.816)
IBEX 35	23.861	(23.861)	2.430	(2.430)
CAC 40	67.298	(67.298)	354	(354)
AEX	-	-	(4.759)	4.759
FTSE MIB	(114.270)	114.270	199	(199)
PSI20	15.547	(15.547)	(25.779)	25.779
Eurostoxx	(549.489)	549.489	(6.276)	6.276
S&P	(3.821)	3.821	28.309	(28.309)
ESTX Banks €	-	-	16.063	(16.063)
<b>Total do impacto</b>	<b>(562.516)</b>	<b>562.516</b>	<b>21.357</b>	<b>(21.357)</b>

**Stress Testing**

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Grupo procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam ao Conselho de Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Grupo assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados ativos subjacentes de classes de ativos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Atualmente, o Grupo utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 96 *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do Grupo quando admitimos cenários extremos no mercado de crédito, *Armageddon Stress Test Debt*. Estes testes de esforço são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

**Risco de Liquidez**

A estratégia do Grupo assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer ativo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Grupo pode ser convertido em liquidez num curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Grupo é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das atividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos ativos e passivos do Balanço do Grupo encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

2016							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52.323.209	-	-	-	-	-	52.323.209
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.385.805	-	-	-	-	-	71.385.805
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2.606.495	562.507	4.449.880	3.094.037	2.768.953	13.481.872
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	128.448	3.019.523	46.338.675	1.032.568.469	974.881	1.083.029.996
Aplicações em instituições de crédito	-	2.341.749	-	87.564	-	-	2.429.423
Crédito a clientes	-	10.342.017	26.972	13.249.612	413.956.799	152.482	437.727.882
	<b>123.709.014</b>	<b>15.418.709</b>	<b>3.609.002</b>	<b>64.475.841</b>	<b>1.449.269.305</b>	<b>3.896.316</b>	<b>1.660.378.187</b>
<b>Passivo</b>							
Passivos financeiros detidos para negociação	-	810.631	3.468	333.934	-	-	1.148.033
Recursos de outras instituições de crédito	46.438.724	345.881.164	4.503.290	-	-	-	396.823.178
Recursos de clientes	444.381.054	380.971.533	197.772.625	25.924.641	-	-	1.049.049.853
Derivados de cobertura	-	-	-	-	7.732.612	-	7.732.612
	<b>490.819.778</b>	<b>727.663.328</b>	<b>202.279.383</b>	<b>26.258.575</b>	<b>7.732.612</b>	-	<b>1.454.753.676</b>

2015							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.282.891	-	-	-	-	-	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.479.874	-	-	-	-	-	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação	-	952.831	1.114.939	3.770.385	2.301.820	9.953.021	18.092.996
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.808.064	96.833.470	869.189.765	33.253.171	1.001.084.470
Aplicações em instituições de crédito	-	1.992.529	2.517.788	40.181	-	-	4.550.498
Crédito a clientes	-	16.581.986	103.535	1.436.996	358.756.636	199.671	377.078.824
Derivados de cobertura	-	-	-	-	1.962.129	-	1.962.129
	<b>77.762.765</b>	<b>19.527.346</b>	<b>5.544.326</b>	<b>102.081.032</b>	<b>1.230.248.221</b>	<b>43.405.863</b>	<b>1.478.569.553</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de bancos centrais	-	165.006.597	-	-	-	-	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.299.337	264.321	135.461	-	-	1.699.119
Recursos de outras instituições de crédito	29.819.537	141.399.978	-	-	-	-	171.219.515
Recursos de clientes	315.113.085	343.358.235	204.720.685	22.293.862	-	-	885.485.867
Derivados de Cobertura	-	-	-	-	923.005	-	923.005
	<b>344.932.622</b>	<b>651.064.147</b>	<b>204.985.006</b>	<b>22.429.323</b>	<b>923.005</b>	<b>-</b>	<b>1.224.334.103</b>

#### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos proveitos ou no capital do Grupo causados por movimentos dos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros fatores.

A exposição dos ativos e passivos suscetíveis a risco de taxa de juro por maturidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se apresentada na tabela abaixo:

2016				
Banda Temporal	Carteira (1)		Extra-patrimonial (2)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
à vista - 1 mês	279.569.909	897.860.907	-	-
1 - 3 meses	230.401.938	314.489.711	-	-
3 - 6 meses	117.884.341	154.405.976	268.989.338	-
6 - 12 meses	12.764.223	50.427.488	-	-
1 - 2 anos	20.984	17.437.396	-	-
2 - 3 anos	58.548	6.842.621	-	-
3 - 4 anos	15.884.437	947.110	-	-
4 - 5 anos	9.913.391	697.513	-	-
5 - 7 anos	12.423.194	-	-	-
7 - 10 anos	242.151.185	-	-	-
10 - 15 anos	73.427.407	-	-	364.312.947
15 - 20 anos	236.570.188	-	-	-
> 20 anos	433.313.023	-	-	378.388.153
<b>Total</b>	<b>1.664.382.768</b>	<b>1.443.108.722</b>	<b>268.989.338</b>	<b>742.701.100</b>

2015				
Banda Temporal	Carteira (1)		Extra-patrimonial (2)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
à vista - 1 mês	290.762.070	528.862.809	-	-
1 - 3 meses	213.086.511	474.333.282	55.117.058	-
3 - 6 meses	53.298.525	172.296.512	98.005.461	-
6 - 12 meses	329.020	36.686.363	-	-
1 - 2 anos	991.567	14.058.339	-	-
2 - 3 anos	819.285	4.100.913	-	-
3 - 4 anos	1.907.366	3.266.798	-	-
4 - 5 anos	22.427.633	867.812	-	-
5 - 7 anos	38.262.473	-	-	-
7 - 10 anos	271.421.633	-	-	54.516.382
10 - 15 anos	30.775.989	-	-	275.840.000
15 - 20 anos	14.656.627	-	-	-
> 20 anos	501.764.612	-	-	283.637.612
<b>Total</b>	<b>1.440.503.311</b>	<b>1.234.472.828</b>	<b>153.122.519</b>	<b>613.993.994</b>

(1) Ativos disponíveis para venda, carteira de retalho e RMBS

(2) Instrumentos de cobertura para risco de taxa de juro

### Análise de sensibilidade

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme segue:

	2016				2015			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de dezembro	9.841.421	9.841.421	(4.597.914)	4.597.914	(23.766.398)	23.766.398	(12.089.539)	12.089.539
Em 30 de junho	(6.417.633)	6.417.633	(3.346.138)	3.346.138	(16.459.235)	16.459.235	(8.264.374)	8.264.374

### Risco de Re-pricing dos Ativos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontram-se apresentados conforme se segue:

2016							
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52.323.209	52.323.209	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.385.805	71.385.805	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	13.481.872	2.768.953	2.606.496	562.507	4.449.879	3.094.037	
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.083.029.996	974.881	128.448	3.019.523	46.338.675	1.032.568.469	
Aplicações em instituições de crédito	2.429.423	-	2.341.749	-	87.674	-	
Crédito a clientes	437.727.882	152.482	10.342.017	26.972	13.559.612	413.606.799	
<b>Total</b>	<b>1.660.378.187</b>	<b>127.605.330</b>	<b>15.418.710</b>	<b>3.609.002</b>	<b>6.447.584</b>	<b>1.449.619.305</b>	
Passivos financeiros detidos para negociação	1.148.033	-	810.631	3.468	333.934	-	
Recursos de outras instituições de crédito	396.823.178	-	392.319.888	4.503.290	-	-	
Recursos de clientes	1.049.049.853	-	825.352.587	197.772.625	25.924.641	-	
Derivados de cobertura	7.732.612	-	-	-	-	7.732.612	
<b>Total</b>	<b>1.454.753.676</b>	<b>-</b>	<b>1.218.483.106</b>	<b>202.279.383</b>	<b>26.258.575</b>	<b>7.732.612</b>	
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>205.624.511</b>	<b>127.605.330</b>	<b>(1.203.064.396)</b>	<b>(198.670.381)</b>	<b>38.217.265</b>	<b>1.441.536.693</b>	

2015						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.282.891	45.282.891	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.479.874	32.479.874	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	18.092.996	9.953.021	952.831	1.114.939	3.770.385	2.301.820
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.001.084.470	33.253.171	-	1.808.064	96.833.470	869.189.765
Aplicações em instituições de crédito	4.550.498	-	1.992.529	2.517.788	40.181	-
Crédito a clientes	377.078.824	199.671	16.581.986	103.535	1.436.996	358.756.636
Derivados de cobertura	1.962.129	-	-	-	-	1.962.129
<b>Total</b>	<b>1.478.569.553</b>	<b>121.168.628</b>	<b>19.527.346</b>	<b>5.544.326</b>	<b>102.081.032</b>	<b>1.230.248.221</b>
Recursos de bancos centrais	165.006.597	-	165.006.597	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.699.119	-	1.299.337	264.321	135.461	-
Recursos de outras instituições de crédito	171.219.515	29.819.537	141.399.978	-	-	-
Recursos de clientes	885.485.867	315.113.085	343.358.235	204.720.685	22.293.862	-
Derivados de cobertura	923.005	-	-	-	-	923.005
<b>Total</b>	<b>1.224.334.103</b>	<b>344.932.622</b>	<b>651.064.147</b>	<b>204.985.006</b>	<b>22.429.323</b>	<b>923.005</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>254.235.450</b>	<b>(223.763.994)</b>	<b>(631.536.801)</b>	<b>(199.440.680)</b>	<b>79.651.709</b>	<b>1.229.325.216</b>

### Risco Cambial

Nos mercados cambiais registou-se uma diminuição dos níveis de volatilidade para o Eurodólar e para o Eurofranco Suíço. Esta tendência verificou-se ao longo do ano de 2016, sendo que para o fecho de 2016 a volatilidade histórica para o período de um ano foi sempre inferior à registada no final de 2015. Para os pares de moedas Euro-libra e Euro-iene a volatilidade no final do ano, foi contudo mais elevada do que a registada no ano final do ano de 2015.

Durante o primeiro trimestre do ano de 2016 houve uma descida da taxa de juro de referência do Euro para os 0%, tendo-se mantido nestes níveis mínimos históricos ao longo de todo o ano de 2016. Relativamente às taxas de câmbio do Euro face às principais divisas há a salientar a desvalorização do Euro face ao Dólar ao longo do ano de 2016, tendo mesmo registado mínimos históricos desde 2003.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme se segue:

2016					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
<b>Ativo por moeda</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	50.631.150	245.541	6.411	1.440.107	52.323.209
Disponibilidades em outras instituições de crédito	50.894.688	17.497.944	649.129	2.344.044	71.385.805
Ativos financeiros detidos para negociação	11.755.006	1.716.237	-	10.629	13.481.872
Ativos financeiros disponíveis para venda	850.716.527	230.138.066	-	2.175.403	1.083.029.996
Aplicações em instituições de crédito	591.626	1.041	-	1.836.756	2.429.423
Crédito a clientes	437.481.213	112	-	3.543	437.484.868
Ativos não correntes detidos para venda	26.480	-	-	-	26.480
Ativos tangíveis	15.634.382	-	-	456.970	16.091.352
Ativos intangíveis	2.543.283	-	-	24.165	2.567.448
Ativos por impostos correntes	2.291.548	-	-	102.634	2.394.182
Ativos por impostos diferidos	36.126.668	-	-	78.588	36.205.256
Outros ativos	41.272.657	211.215	48	126.538	41.610.458
<b>Total de Ativo</b>	<b>1.499.965.228</b>	<b>249.810.156</b>	<b>655.588</b>	<b>8.599.377</b>	<b>1.759.030.349</b>
<b>Passivo por moeda</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.148.033	-	-	-	1.148.033
Recursos de outras instituições de crédito	390.961.403	5.362.284	-	499.491	396.823.178
Recursos de clientes	993.576.283	50.975.360	1.139.295	3.358.915	1.049.049.853
Derivados de cobertura	7.732.612	-	-	-	7.732.612
Provisões	6.788.288	-	-	-	6.788.288
Instrumentos representativos de capital	12.000.000	-	-	-	12.000.000
Outros passivos	19.030.971	477.019	34.304	334.953	19.877.247
<b>Total de Passivo</b>	<b>1.431.237.590</b>	<b>56.814.663</b>	<b>1.173.599</b>	<b>4.193.359</b>	<b>1.493.419.211</b>
<b>Ativo - Passivo líquido por moeda</b>	<b>68.727.638</b>	<b>192.995.493</b>	<b>(518.011)</b>	<b>4.406.018</b>	<b>265.611.138</b>

2015					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
<b>Ativo por moeda</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.253.058	19.648	7.649	2.536	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20.851.762	7.268.899	3.162.281	1.196.932	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação	16.676.873	1.200.252	93.703	122.168	18.092.996
Ativos financeiros disponíveis para venda	789.661.789	179.016.821	31.426.280	979.580	1.001.084.470
Aplicações em instituições de crédito	540.181	-	-	4.010.317	4.550.498
Crédito a clientes	376.817.537	2.609	-	-	376.820.146
Derivados de cobertura	1.361.453	600.676	-	-	1.962.129
Ativos tangíveis	15.000.013	-	-	377.535	15.377.548
Ativos intangíveis	2.620.456	-	-	7.940	2.628.396
Ativos por impostos correntes	904.880	-	-	7.723	912.603
Ativos por impostos diferidos	20.895.766	-	-	-	20.895.766
Outros ativos	20.800.947	177.505	904.174	93.476	21.976.102
<b>Total de Ativo</b>	<b>1.311.384.715</b>	<b>188.286.410</b>	<b>35.594.087</b>	<b>6.798.207</b>	<b>1.542.063.419</b>
<b>Passivo por moeda</b>					
Recursos de bancos centrais	165.006.597	-	-	-	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação	1.699.119	-	-	-	1.699.119
Recursos de outras instituições de crédito	160.754.571	10.464.944	-	-	171.219.515
Recursos de clientes	841.622.842	43.425.419	176.962	260.644	885.485.867
Derivados de cobertura	923.005	-	-	-	923.005
Provisões	17.696.784	-	-	-	17.696.784
Outros passivos	21.858.697	840.994	939.669	28.771	23.668.131
<b>Total de Passivo</b>	<b>1.209.561.615</b>	<b>54.731.357</b>	<b>1.116.631</b>	<b>289.415</b>	<b>1.265.699.018</b>
<b>Ativo - Passivo líquido por moeda</b>	<b>101.823.100</b>	<b>133.555.053</b>	<b>34.477.456</b>	<b>6.508.792</b>	<b>276.364.401</b>

### Análise de sensibilidade

O Grupo não especula em mercados cambiais (*FX*) e a utilização dos limites de *VaR* refletem a sua estratégia de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados. Durante o ano de 2016 o Grupo optou também por ter alguns ativos no balanço em dólares (dívida *corporate* e alguma exposição a mercados emergentes), desta forma a exposição a contratos de futuros de Eurodólar teve por objetivo fazer a cobertura do risco cambial para estes ativos. Ainda que residual, no decorrer do ano de 2016 o Grupo investiu também nalguns títulos de dívida noutras moedas, nomeadamente libras.

Com o intuito de analisar o impacto de um choque nas taxas cambiais nas exposições detidas na carteira de negociação de *FX* Cambial, aplicou-se um choque de +/- 15% em todas as taxas de câmbio.



A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 15% nas taxas de câmbio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme segue:

2016				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	318.514	218.220	(28.463)	38.510
Dólar Canadano	145.674	102.674	(13.392)	18.119
Franco Suíço	729	679	(88)	120
Coroa Dinamarquesa	751.567	101.093	(13.186)	17.840
Libra Esterlina	(15.421)	(18.012)	2.350	(3.178)
Rupia Indiana	(125)	(1)	(1)	(1)
Real Brasileiro	22.615	6.592	(860)	1.164
Coroa Norueguesa	2.647.797	291.405	(38.009)	51.425
Coroa Sueca	454.037	47.530	(6.199)	8.387
Dólar Americano	1.626.795	1.543.302	(201.300)	272.348
Yene	(148.842.859)	(1.206.182)	157.328	(212.856)
Peso Mexicano	(17)	-	(1)	(1)
Dólar de Hong Kong	49.469	6.051	(789)	1.068
Nova Lira Turca	266.444	71.872	(9.375)	12.683
Meticais	(150.754.806)	(2.007.818)	261.889	(354.321)
<b>Total do impacto</b>			<b>109.904</b>	<b>(148.693)</b>

2015				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	149.097	100.085	(13.055)	17.662
Dólar Canadano	169.437	112.091	(14.621)	19.781
Franco Suíço	(739.970)	(682.944)	89.080	(120.520)
Coroa Dinamarquesa	951.705	127.530	(16.634)	22.505
Libra Esterlina	15.000	20.438	(2.666)	3.607
Rupia Indiana	70.928.070	984.818	(128.455)	173.791
Real Brasileiro	500.946	116.183	(15.154)	20.503
Coroa Norueguesa	1.475.952	153.697	(20.047)	27.123
Coroa Sueca	574.325	62.498	(8.152)	11.029
Dólar Americano	10.505.533	9.649.612	(1.258.645)	1.702.873
Yene	5.038.593	38.442	(5.014)	6.784
Rand	101.345	5.978	(780)	1.055
<b>Total do impacto</b>			<b>(1.394.143)</b>	<b>1.886.193</b>

#### Cobertura de risco

A quantificação do risco do livro de produtos derivadas do Grupo depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um ativo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Grupo quantifica as suas exposições a estas variáveis efetuando análises de sensibilidade conhecidas como “gregos” que são termos matemáticos definidos abaixo.

De uma maneira geral os níveis de sensibilidade à volatilidade (Vega) mantiveram-se em linha com os valores registados em anos anteriores. Contudo os maiores níveis de sensibilidade tiveram lugar no terceiro trimestre do ano. Durante este período as oscilações dos níveis de vega traduziram não apenas as variações nos valores da volatilidade como também as oscilações nas posições do livro de estruturados.

Analisando as diferentes sensibilidades da carteira de trading do Grupo, para o ano de 2016, verificamos de uma forma quase consistente o perfil longo nos mercados acionistas.

Os valores de delta, foram regra geral, mais altos do que os registados no ano de 2015. Nos produtos de taxa fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro foi mais baixa durante o ano de 2016, esta diminuição verificou-se não por via da diminuição dos ativos de taxa fixa, mas pelo facto de terem sido registados níveis de cobertura de risco de taxa de juro mais elevados.

<b>2016</b>
-------------

	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(453.396)	(8.485)	(61.095)	(216.624)
Máximo	159.129	81.585	1.348.583	912
Média	(115.826)	18.465	351.555	(12.806)
Desvio padrão	118.931	17.076	159.992	23.141

<b>2015</b>
-------------

	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(594.320)	(12.601)	(78.542)	(164.961)
Máximo	115.486	64.602	168.435	208.418
Média	(286.143)	17.184	34.535	(5.631)
Desvio padrão	123.232	14.674	42.969	21.268

<i>Rho</i>	Sensibilidade da taxa de juro
<i>Vega</i>	Sensibilidade da volatilidade
<i>Delta</i>	Sensibilidade do subjacente
<i>Theta</i>	Sensibilidade ao tempo

### Limites e Reporte

Os limites à atividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte ao Conselho de Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

### Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas atividades. Estas incluem necessariamente exposição direta a clientes que contraíam empréstimos, exposição direta a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como ativos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às atividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transações individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respetivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada setor ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. No decorrer da atividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do Risco de Crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e diretivas gerais para Risco de Crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- ▲ Análise e controlo do risco da contraparte;
- ▲ Definição de diretivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- ▲ Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos;
- ▲ Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- ▲ Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;
- ▲ Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- ▲ Integridade do processo de aprovação de crédito;
- ▲ Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- ▲ Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

A exposição ao risco de crédito do Grupo pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição por setores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme se segue:

<b>2016</b>					
	Crédito a Clientes		Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5	-	-	-	-
Indústrias extrativas	-	-	955.954	9.950.978	-
Indústrias transformadoras	318	-	722.121	18.980.623	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	560.182	-	-
Construção	129.257	125.911	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	164.105	202	61.513	-	-
Transportes e armazenagem	534	253	346.822	30.693.104	-
Atividades financeiras e de seguros	408.508.486	2.770	5.227.355	5.078.908	-
Atividades imobiliárias	563.771	639	7.605	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	283.322	1.539	189.784	9.224.258	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	3.998.853	989.217.978	-
Atividades de saúde humana e apoio social	63.850	288	308	4.075.059	-
Crédito à habitação	5.922.248	48.973	-	-	-
Crédito a particulares	21.559.116	61.953	-	-	-
Outros	532.870	486	1.411.375	-	98.000
	<b>437.727.882</b>	<b>243.014</b>	<b>13.481.872</b>	<b>1.067.220.908</b>	<b>98.000</b>

<b>2015</b>						
	Crédito a Clientes		Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7	-	-	-	-	20.473
Indústrias extrativas	-	-	2.836.479	37.263.577	-	-
Indústrias transformadoras	25	-	1.730.024	36.238.682	-	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	1.734.342	6.608.358	-	-
Construção	131.801	125.920	283.506	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	144.591	193	2.616.088	6.613.164	-	-
Transportes e armazenagem	543	1	815.617	30.659.808	-	-
Atividades financeiras e de seguros	353.777.741	2.116	4.812.835	171.539.762	1.351.042	-
Atividades imobiliárias	688.112	758	974	-	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	337.505	1.640	551.697	24.999.475	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.448.176	647.858.697	-	-
Atividades de saúde humana e apoio social	104.839	359	2.608	4.054.792	-	-
Crédito à habitação	6.199.199	77.347	-	-	-	-
Crédito a particulares	15.402.081	49.754	-	-	-	-
Outros	292.380	590	1.260.650	36.599.197	-	78.000
	<b>377.078.824</b>	<b>258.678</b>	<b>18.092.996</b>	<b>1.002.435.512</b>	<b>1.351.042</b>	<b>98.473</b>

**Exposição a dívida pública de países da Zona Euro**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a exposição do Grupo a dívida pública de países da Zona Euro apresenta-se como segue:

	2016		2015	
	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda
Portugal	3.957.335	393.848.499	1.130.085	108.611.220
Espanha	-	209.571.107	-	295.862.945
Grécia	30.942	-	31.740	-
Itália	-	354.448.133	-	202.797.924
Alemanha	-	-	11.541	-
	<b>3.988.277</b>	<b>957.867.739</b>	<b>1.173.366</b>	<b>607.272.089</b>

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Detidos para Negociação é como se segue:

2016					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	3.929.121	3.928.211	36.828	3.957.335	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	67.368	29.828	1.114	30.942	-
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	415.250.000	397.659.525	8.495.105	393.848.499	46.356.057
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	178.838.000	205.907.463	3.663.645	209.571.107	20.392.200
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	333.500.000	351.648.950	2.799.183	354.448.133	49.921.888
	<b>931.584.489</b>	<b>959.173.977</b>	<b>14.995.875</b>	<b>961.856.016</b>	<b>116.670.145</b>

<b>2015</b>					
	<b>Valor nominal</b>	<b>Valor de cotação</b>	<b>Juro corrido</b>	<b>Valor de balanço</b>	<b>Reserva de justo valor</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	4.890	4.939	257	5.197	-
Maturidade superior a 1 ano	995.485	1.092.823	32.319	1.124.888	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	64.635	30.494	1.246	31.740	-
Alemanha					
Maturidade superior a 1 ano	10.500	11.441	99	11.541	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	108.596.000	113.317.282	1.928.193	108.611.220	9.410.142
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	221.838.000	293.075.616	2.787.329	295.862.945	31.413.539
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	141.000.000	200.377.920	2.420.004	202.797.924	21.448.089
	<b>472.509.510</b>	<b>607.910.515</b>	<b>7.169.447</b>	<b>608.445.455</b>	<b>62.271.770</b>

### **Risco Operacional**

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Grupo, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de atividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efetivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da atividade em quaisquer circunstâncias.

O objetivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Grupo aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Grupo e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Grupo uma cultura de deteção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proativa de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Grupo tem em curso um projeto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia.

**Gestão de capital e rácio de solvabilidade**

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2016	2015
<b>A - Fundos Próprios</b>			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, ações próprias e outros		157.359.955	157.359.955
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		102.011.285	92.190.912
Outros ajustamentos transitórios		35.174.525	67.397.644
Ativos intangíveis		(3.594.427)	(4.205.431)
Fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1 Capital)	( A1 )	290.951.338	312.743.080
Fundos próprios de nível 1 (Tier 1 Capital)	( A2 )	290.951.338	312.743.080
Fundos Próprios Totais	( A3 )	290.951.338	312.743.080
<b>B - Ativos ponderados pelo risco</b>			
	( B )	921.343.930	943.214.939
<b>C - Rácios de Capital</b>			
Rácio de FPP1 (Common Equity Tier 1 Capital)	( A1 / B )	31,6%	33,2%
Rácio de FP1 (Tier 1 Capital)	( A2 / B )	31,6%	33,2%
Rácio de Fundos Próprios Totais (Total capital ratio)	( A3 / B )	31,6%	33,2%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2016	2015
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>312.743.080</b>	<b>261.299.611</b>
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, ações próprias e outros	-	52.150.651
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	9.820.373	(57.729.036)
Ativos intangíveis	611.004	(3.056.031)
Ajustamentos transitórios	(32.223.119)	60.077.885
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>290.951.338</b>	<b>312.743.080</b>

**Outros Riscos e a sua medição:****Risco Reputacional**

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o Grupo idealizou testes de esforço onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Grupo, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

**Risco de Correlação**

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação, crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, etc., encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação:

O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.

▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:

No ponto anterior são analisados os riscos de reputação *versus* risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.

▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Crédito:

Neste caso o Grupo admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente, consideramos um cenário de probabilidade de *default* dos ativos, bem como o impacto de *downgrades* no *rating* destes.

**Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:**

(Queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de dezembro de 2016, cujo impacto é descrito de seguida.

*Cenário 1 - 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 126 138 437 euros.

Responsabilidades: 142 528 371 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 16 389 934 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 12 902 536 euros.

*Cenário 2 - 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 126 138 437 euros.

Responsabilidades: 213 792 557 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 87 654 120 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 12 902 536 euros.

*Cenário 3 - 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês*

Liquidez disponível no prazo de um mês: 126 138 437 euros.

Responsabilidades: 522 129 665 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 395 991 228 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 12 902 536 euros.

**Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:**

(Cenário de *downgrades* dos títulos de dívida:

- ▲ Aaa – Aa2: mantém-se o *rating*
- ▲ Aa3 – A3: descida de 2 nodos no *rating*
- ▲ Baa1 e *ratings* inferiores: descida de 4 nodos no *rating*

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de dezembro de 2016, cujo impacto é descrito de seguida:

*Cenário 1 - 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 126 138 437 euros.

Responsabilidades: 142 528 371 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 16 389 934 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 21 321 596 euros.

*Cenário 2 - 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 126 138 437 euros.

Responsabilidades: 213 792 557 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 87 654 120 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo estima uma perda potencial de 21 321 596 euros.

*Cenário 3 - 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês*

Liquidez disponível no prazo de um mês: 126 138 437 euros.

Responsabilidades: 522 129 665 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 395 991 228 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo estima uma perda potencial de 21 321 596 euros.

## NOTA 41

### MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

#### Divulgações qualitativas

#### A. Política de gestão do risco de crédito

O Grupo está no negócio da gestão de risco para criar valor para os acionistas. Em termos gerais, o Grupo encontra-se exposto a risco em resultado direto da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes.

Na gestão da exposição a riscos, o Grupo é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão frequente das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Política de diversificação de riscos apropriada;
- ▲ Sistemas de reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

A Gestão do Risco de Crédito no Grupo, é um processo integrado quer ao nível das transações quer ao nível de *portfolios*.

Ao nível das transações: significa que todas as transações necessitam de aprovação de pelo menos dois representantes com autoridade de crédito, concedida pelo Conselho de Administração e pelos membros seniores do Comité de Gestão de Risco de Crédito.

Ao nível de *portfolios*: significa que a exposição será gerida – sejam empréstimos, títulos, derivados, cambiais, etc. – de forma a minimizar concentrações excessivas de risco relativamente a clientes, indústrias, produtos ou localização geográfica. São também analisados os créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, *write-offs* e recuperações. Existem em vigor vários reportes de crédito disponíveis internamente, para informação do Conselho de Administração do Grupo.

O risco de crédito é gerido de forma a alcançar um desempenho sustentável da organização dentro de parâmetros aceitáveis de risco *versus* retorno. Este objetivo é alcançado através de uma combinação de políticas, sistemas e controlos, sempre sustentados por decisões comerciais ponderadas e cautelosas, devido a diversas razões, tais como:

- ▲ Limitações de capital e fundos do Grupo;
- ▲ Natureza não estratégica de muitos dos empréstimos não colateralizados;
- ▲ Recursos limitados para analisar e controlar exposições não garantidas com a competência desejada;
- ▲ Falta de escala/dimensão.

É, constantemente, feito um esforço para limitar as exposições ao risco de crédito, essencialmente a:

- ▲ Empresas *investment grade* e soberanos com *rating* ou bancos facilmente analisáveis, suportados por análises internas e/ou pela *Moody's* (ou outro *research* independente);
- ▲ FX ou exposições de *settlement* associadas a empresas, investidores institucionais e investidores privados, este último grupo, frequentemente, sem o benefício de uma avaliação adequada ou controlo apropriado sobre a exposição ao risco mas, com limites aprovados casuisticamente;
- ▲ Exposições ao risco de crédito ocasionais analisadas ao pormenor por analistas internos;
- ▲ Crédito *standard* colateralizado.

Na tomada de decisões e na gestão de risco na organização, o Conselho de Administração aplica a sua estratégia de modelo de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspetos incluem:

- ▲ Medidas não estatísticas, tais como análises de cenários, testes de esforço e sensibilidade;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos.

#### B. Política de *Write-Off* de crédito

O abate de créditos ao ativo ocorre quando um crédito é considerado definitivamente incobrável (ex: decisão de Tribunal) ou o Grupo decidir proceder ao perdão da dívida ou ceder o seu direito sobre o crédito a terceiro, conforme referido acima. Os créditos só são propostos para *write-off* quando todos os passos do procedimento foram cumpridos e não existam expectativas de recuperação da totalidade do crédito em dívida.

Os créditos abatidos ao ativo são registados em rubricas extrapatrimoniais no momento em que são desreconhecidos do balanço. Os registos em rubricas extrapatrimoniais mantêm-se até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais e contratuais aplicáveis (por exemplo: perdão de dívida, sentença judicial ou cessão de créditos vencidos a título definitivo), sem prejuízo de serem mantidos todos os registos extracontabilísticos relativos aos clientes com operações de crédito registadas em balanço.



Os créditos abatidos ao ativo e registados em rubricas extrapatrimoniais são mantidos pelo montante a que a instituição tem direito, nos termos legais e contratuais aplicáveis, independentemente das expectativas de cobrança.

Os registos contabilísticos em rubricas extrapatrimoniais relativos a créditos abatidos ao ativo são adequadamente suportados para permitir a reconciliação sistemática das suas componentes agregadas com o movimento de saídas por abate de crédito ao ativo.

#### C. Política de reversão de imparidade

O Grupo avalia à data de cada relato se há indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um ativo, possa já não existir ou possa ter diminuído. Se qualquer indicação existir, o Grupo estima a quantia recuperável desse ativo.

Uma perda por imparidade de um ativo, reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida se, e apenas se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. Uma reversão de uma perda por imparidade de uma unidade geradora de caixa é imputada aos ativos da unidade, *pro rata* em relação às quantias escrituradas desses ativos. A quantia escriturada aumentada de um ativo, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de amortização ou depreciação) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores.

Uma reversão de uma perda por imparidade de um ativo, é reconhecida imediatamente nos lucros ou prejuízos.

#### D. Política de conversão de dívida em capital do devedor

O Grupo não utiliza normalmente este tipo de solução e não detém exposição sobre qualquer grupo económico objeto desta forma de reestruturação de crédito.

E. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Quando, devido a dificuldades financeiras de um dado cliente, o Grupo acorde alterar as condições contratuais de operações de crédito existentes (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) de serviço de dívida existente, essas operações de crédito devem ser identificadas e marcadas como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, e calculada imparidade sobre esses créditos. Um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante o Grupo ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer, tomando em consideração, entre outros, os indícios de imparidade.

#### F. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

##### *Valorização de colaterais*

Para efeitos da análise quantitativa, são utilizados os seguintes critérios de valorização.

i) Financeiros: efetuado automaticamente pelos sistemas em função dos preços de mercado e de ponderadores revistos periodicamente pelo Conselho de Administração

- ▲ Mensalmente os ativos financeiros utilizados em colateral são analisados no que concerne à sua Liquidez, Volatilidade e Capitalização bolsista (se aplicável);
- ▲ Semanalmente e automaticamente, tendo apenas em conta a volatilidade a 30 dias dos títulos negociados em mercados regulados, a todos os ativos tidos em colateral é atribuído um ponderador (calculado pelo sistema) sobre o qual o cliente pode alavancar o crédito (80%, 70% e 50%)

ii) Imóveis: utilizado o valor da última avaliação formal ao imóvel, efetuada por entidade independente. Adicionalmente, sobre esse valor, é aplicado um fator de correção, conforme a antiguidade dessa avaliação:

- ▲ Até 6 meses: 0%
- ▲ 6 meses: 5%
- ▲ De 7 a 12 meses: 10%
- ▲ De 12 a 24 meses: 15%
- ▲ De 24 a 36 meses: 25%
- ▲ Mais de 36 meses: 50%

A determinação do valor recuperável tem por base a avaliação (com ou sem fator de correção) acrescido de um fator de desconto temporal.

Quando uma operação de crédito colateralizada por imóvel apresente indícios que o justifiquem, o colateral é reavaliado por um avaliador externo.

iii) Automóveis: consultado o *Eurotax* ou, em alternativa, a maior base de dados portuguesa de venda de automóveis usados, o *site* [www.standvirtual.com](http://www.standvirtual.com). Neste último caso, sobre o valor médio apurado para os veículos semelhantes ao da operação em análise, é aplicado um fator corretivo de 20%, para fazer face à desvalorização que os comerciantes apresentam nas suas ofertas, uma vez que o *site* publica apenas os valores de venda ao consumidor final. No caso de não ser possível encontrar a marca / modelo do veículo da operação em análise, o Crédito Especializado propõe a sua melhor estimativa (realista e conservadora) que puder efetuar.

iv) Outros colaterais: são analisados caso a caso.

Os ponderadores e restantes fatores corretivos são revistos periodicamente, pelo menos uma vez por ano, tendo em atenção o histórico, as perspetivas económicas e os indicadores dos concorrentes publicados, conforme o tipo de produto.

#### G. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

O Grupo avalia a imparidade da sua carteira de crédito com base em indícios de imparidade específicos, não estando estes dependentes de pressupostos complexos. O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas em resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

As diferentes áreas geradoras de negócio envolvidas neste processo são alheias ao cálculo, revisão e aprovação de perdas por imparidade mantendo assim a independência que é absolutamente necessária neste tipo de análise.

H. Descrição das metodologias de cálculo de imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

#### *Definição de créditos com imparidade*

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedida, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade: (i) quando exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com os requisitos da IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, mensalmente, o Grupo avalia se uma exposição ou grupo de exposições têm evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos, que ocorreram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual são consideradas as evidências / indícios passivos detalhados abaixo no ponto I. ii).

#### *Processo de identificação de créditos com imparidade*

O Grupo avalia, em cada data de reporte a par com a reunião mensal de Crédito, se há qualquer indicação de que um ativo (ou grupo de ativos) possa estar com imparidade. Se qualquer indicação existir, o Grupo deve estimar a quantia recuperável do ativo.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou atividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- ▲ a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- ▲ a existência de credores privilegiados;
- ▲ o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- ▲ o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se, para determinado crédito, não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é analisado conjuntamente aplicando percentagens de imparidade previamente definidas e aprovadas. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos nesta avaliação.

Dentro da análise individual, quando algum crédito se distingue, nomeadamente via montante ou tipo de colateral, é feita uma análise mais detalhada, para aferir a existência de imparidade de crédito e para avaliar a qualidade do colateral.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço, líquido da imparidade.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

#### *Categorias de Crédito / Segmentação da Carteira de Crédito BiG*

Para efeitos da análise da imparidade de operações de crédito, as exposições constantes na carteira de crédito de retalho do Grupo são segmentados em categorias de modo a que, periodicamente, se possa levar a cabo a análise da carteira.

Os critérios na base deste agrupamento são:

- ▲ O crédito ter a mesma finalidade;
- ▲ Os clientes alvo do produto serem os mesmos;
- ▲ O colateral do crédito ser o mesmo ou semelhante;
- ▲ O tratamento e contabilização do produto ser uniforme;
- ▲ Haver em carteira (créditos “vivos”) mais de 25 clientes.

De acordo com a oferta de produtos de crédito constantes na carteira do Grupo, estes são segmentados, para análise de imparidade, conforme se segue:

- ▲ Conta Margem;
- ▲ BiG Auto;
- ▲ Crédito Habitação;
- ▲ Outros.

#### I. Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

A avaliação de que se uma determinada exposição ou grupo de exposições têm evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos, que ocorreram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, é feita adotando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito, nomeadamente:

##### i) Evidências / Indícios ativos

- ▲ Cliente ter um descoberto não autorizado ou ter prestações de linhas/empréstimos por liquidar;
- ▲ Outros valores a receber (ex: faturação) não liquidados na data de vencimento;

##### ii) Evidências / Indícios passivos

- ▲ Cliente ter um descoberto não autorizado ou ter prestações de linhas/empréstimos por liquidar;
- ▲ Outros valores a receber (e.g. faturação) não liquidados na data de vencimento;
- ▲ Cliente consta na LUR (Lista de Utilizadores de Risco do Banco de Portugal) – Cheques;
- ▲ Cliente ter incidentes em OIC – Crédito Vencido, Renegociado ou Abatido ao Ativo – na CRC (Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal);
- ▲ Cliente ser objeto de qualquer tipo de penhora judicial;
- ▲ Cliente ter dívidas à ATA (Autoridade Tributária e Aduaneira);
- ▲ Cliente ter dívidas à Segurança Social;
- ▲ Existir no BiG histórico de incumprimento de crédito;
- ▲ Existir no BiG histórico de descobertos em DO (Conta de Depósitos à Ordem) não autorizados;
- ▲ Cliente ficar desempregado ou empresa empregadora declarar falência ou despedimentos massivos;
- ▲ Cônjuge ficar desempregado ou empresa empregadora declarar falência ou despedimentos massivos;
- ▲ Cliente, ou cônjuge perder parte do seu rendimento mensal;
- ▲ Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente;
- ▲ Cliente ou cônjuge constarem em qualquer lista de risco externa ao BiG;
- ▲ Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de programas especiais de recuperação;
- ▲ Entrega de ativos em dação em pagamento;
- ▲ Violação de qualquer contrato celebrado com o Grupo.

#### J. Indicação dos limiares definidos para análise individual

Para efeitos da identificação das exposições individualmente significativas (que serão, obrigatoriamente, analisadas numa base individual), o Grupo fixa os limiares a ter em consideração. Estes são, de entre outros, exposições colateralizadas por ativos não líquidos que representem uma percentagem relevante da carteira de crédito de retalho ou dos Fundos Próprios do BiG. No entanto, mesmo que uma determinada exposição não esteja inserida nestes critérios, e tendo em vista a posição conservadora do Grupo relativamente ao risco de crédito, a mesma pode ser alvo de análise individual de imparidade.

K. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

O Grupo não utiliza *ratings* de crédito internos no tratamento de crédito irregular.

O tratamento interno de um cliente classificado em incumprimento deve contemplar a realização de todas as medidas operacionais que se demonstrem necessárias, designadamente a inibição de (i) movimentos nas contas e meios de movimentação, (ii) transferências de montantes para fora do Grupo, (iii) tentativas de diminuição ou remoção de colaterais e (iv) aumento de exposição por parte do mutuário.

Caso se revele necessário, ainda no âmbito desta análise interna, serão despoletados os mecanismos legais que garantam a execução de garantias ou a instauração de processos executivos. Esta ação será coordenada pelo *Compliance*, em conjunto com a sociedade de advogados que auxilia o Grupo em matéria legal.

As ações acima descritas devem ainda ter em consideração (i) o conhecimento do cliente, (ii) a sensibilidade acerca do produto, (iii) o entendimento necessário sobre normas, regulamentos, procedimentos, *timings* de reporte às entidades de supervisão e (iv) a necessidade de ajustamento da contabilidade interna e reportes do Grupo.

L. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas por imparidade avaliadas individual e coletivamente

Numa base individual, o método de cálculo adotado pelo Grupo para a determinação da imparidade de crédito é o método do “*discounted cash flow*” (DCF) ou seja, calcular o PV (*Present Value*) dos *cash-flows* vincendos para o momento da análise, descontados a uma determinada taxa de juro. Esse PV é depois comparado com o valor em exposição e, se a diferença for negativa, existirá então uma imparidade, valor que deverá ser devidamente contabilizado.

No cálculo das imparidades, o Grupo determina o valor líquido de cada exposição (montante crédito – montante colateral). Este montante de colateral é ajustado por *haircuts*, de acordo com as regras definidas no ponto “Valorização de colaterais”. Para efeitos de análise de imparidade, apenas nas operações com garantias financeiras (Conta Margem) ou reais (Crédito Hipotecário e Crédito Automóvel) são valorizados os respetivos colaterais, sendo nas restantes operações assumido um colateral igual a zero, mesmo no caso das locações de automóveis onde o bem pertence ao Grupo.

Sobre o valor líquido da exposição, é aplicado um coeficiente de 1,5%, exceto nos produtos Conta Margem e Descobertos, onde é aplicado 1%.

No caso do método DCF, a taxa de juro utilizada no cálculo da imparidade é determinada de acordo com as seguintes regras:

- ▲ contratos com taxa fixa: taxa fixa inicial
- ▲ contratos com taxa variável: taxa de juro efetiva original, resultante das cláusulas contratuais (ex: indexado à Euribor)

Nota: caso a taxa de juro não seja determinável (ex: para faturação/ valores a receber), é utilizada a taxa oferecida no “SuperDepósito” do BiG, em vigor à data da análise.

Quando as exposições forem garantidas por colateral, o Grupo tem em consideração o valor esperado do colateral assim como as expectativas de recuperação do mesmo, e os custos de recuperação e venda.

M. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O Grupo não tem um período emergente dado que não tem um modelo de imparidade coletiva que considere este parâmetro.

N. Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

O Grupo tem compilados dados históricos com os quais se encontra a desenvolver e calcular PD's e LGD's.

O. Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade e alterações nos principais pressupostos

O Grupo avalia a imparidade da sua carteira de crédito com base em indícios de imparidade específicos, não estando estes dependentes de pressupostos complexos, pelo que não são efetuadas análises de sensibilidade aos pressupostos utilizados.

Divulgações quantitativas

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

a.1)

Segmento	Exposição 2016				Imparidade 2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito em Conta Corrente	10.252.033	10.251.813	-	220	12.885	12.665	220
Crédito Habitação	6.095.540	6.095.540	-	-	48.972	48.972	-
Outros	15.672.897	15.520.634	-	152.263	181.157	32.011	149.146
	<b>32.020.470</b>	<b>31.867.987</b>	<b>-</b>	<b>152.483</b>	<b>243.014</b>	<b>93.648</b>	<b>149.366</b>

Segmento	Exposição 2015				Imparidade 2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito em Conta Corrente	16.506.448	16.506.226	-	222	18.734	18.512	222
Crédito Habitação	6.190.366	6.144.935	-	45.432	77.346	54.244	23.102
Outros	2.586.291	2.432.274	-	154.016	162.598	12.223	150.250
	<b>25.283.105</b>	<b>25.083.435</b>	<b>-</b>	<b>199.670</b>	<b>258.678</b>	<b>84.979</b>	<b>173.574</b>

a.2)

Segmento	Da Exposição Total 2016							Da Imparidade Total 2016				
	Exposição Total 2016	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total 2016	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90	Dias de atraso <= 90		Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90	
		Sem indícios	Com indícios									
Crédito em Conta Corrente	10.252.033	8.729.673	1.522.140	-	-	220	12.885	12.665	-	-	220	
Crédito Habitação	6.095.540	5.995.487	100.053	-	-	-	48.972	48.972	-	-	-	
Outros	15.672.897	15.192.232	323.265	5.137	1.478	150.784	181.157	31.922	17	479	148.668	
	<b>32.020.470</b>	<b>29.917.392</b>	<b>1.945.458</b>	<b>5.137</b>	<b>1.478</b>	<b>151.004</b>	<b>243.014</b>	<b>93.559</b>	<b>17</b>	<b>479</b>	<b>148.888</b>	

\* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias, mas sobre o qual existem evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em Risco

Segmento	Da Exposição Total 2015							Da Imparidade Total 2015				
	Exposição Total 2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total 2015	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90	Dias de atraso <= 90		Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90	
		Sem indícios	Com indícios									
Crédito em Conta Corrente	16.506.448	11.982.332	4.523.304	592	-	222	18.734	18.511	1	-	222	
Crédito Habitação	6.190.366	6.041.076	103.858	-	-	45.432	77.346	54.244	-	-	23.102	
Outros	2.586.291	2.346.073	61.322	24.879	226	153.791	162.598	12.065	158	2	150.248	
	<b>25.283.105</b>	<b>20.369.481</b>	<b>4.688.484</b>	<b>25.471</b>	<b>226</b>	<b>199.445</b>	<b>258.678</b>	<b>84.820</b>	<b>159</b>	<b>2</b>	<b>173.572</b>	

\* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias, mas sobre o qual existem evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em Risco

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

Ano de produção	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2005 e anteriores	56	1.657.537	1.877	15	626.392	5.034	9	68.438	77
2006	10	298.970	338	-	-	-	-	-	-
2007	28	369.951	420	6	372.257	2.980	7	24.424	28
2008	20	134.205	152	13	720.845	5.793	8	25.933	31
2009	20	556.668	632	5	469.131	3.770	2	6	-
2010	19	186.466	211	3	276.612	2.223	9	212.556	1.994
2011	22	1.206.949	2.412	13	817.170	6.567	10	22.647	32
2012	11	280.092	317	4	180.875	1.453	9	44.998	147
2013	16	250.319	284	6	506.653	4.071	26	304.208	1.878
2014	32	1.058.352	1.210	7	575.885	4.628	43	509.125	2.697
2015	27	3.113.576	3.522	8	985.194	7.917	50	498.274	2.219
2016	21	1.138.947	1.510	10	564.526	4.536	1.542	13.962.288	171.982
	<b>282</b>	<b>10.252.032</b>	<b>12.885</b>	<b>90</b>	<b>6.095.540</b>	<b>48.972</b>	<b>1.715</b>	<b>15.672.897</b>	<b>181.085</b>

Ano de produção	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2005 e anteriores	70	2.853.589	3.240	15	683.479	6.033	33	82.178	5.072
2006	18	737.466	780	-	-	-	3	142.909	140.059
2007	34	627.223	663	6	390.422	3.446	2	25.505	35
2008	28	355.944	376	15	846.548	7.473	6	38.095	5.268
2009	38	1.827.308	1.933	7	530.067	27.381	-	-	-
2010	26	320.106	339	3	285.980	2.524	15	273.240	2.282
2011	28	2.251.055	3.434	13	763.998	6.744	9	42.975	171
2012	18	374.243	396	6	396.956	3.504	18	119.564	397
2013	21	416.539	441	6	550.462	4.859	22	366.004	2.159
2014	46	2.519.467	2.665	8	685.200	6.049	42	679.341	3.279
2015	54	4.223.508	4.467	8	1.057.254	9.333	1.487	816.480	3.751
	<b>381</b>	<b>16.506.448</b>	<b>18.734</b>	<b>87</b>	<b>6.190.366</b>	<b>77.346</b>	<b>1.637</b>	<b>2.586.291</b>	<b>162.473</b>

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor e geografia.

c.1) Por segmento:

2016	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Coletiva	10.252.033	12.885	6.095.540	48.972	15.672.897	181.157	32.020.470	243.014

2015	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Coletiva	16.506.448	18.734	6.190.366	77.346	2.586.291	162.473	25.283.105	258.553

c.2) Por setor de atividade: O detalhe por setor não se aplica à carteira de retalho do BiG sendo a mesma concentrada em particulares.

c.3) Por geografia: O detalhe por geografia não se aplica à carteira de retalho do BiG sendo a mesma concentrada em Portugal.

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

2016	Crédito em cumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de Prazo	1	6.526	7	1	6.526	7

2015	Crédito em cumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de Prazo	3	9.328	14	3	9.328	14

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	2016	2015
<b>Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>9.328</b>	<b>12.435</b>
Créditos reestruturados no período	-	656
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	2.802	3.763
<b>Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>6.526</b>	<b>9.328</b>

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmentos:

2016	Crédito em Conta Corrente				Crédito Habitação				Outros			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo valor												
< 0,5 M€	2	738.550	272	8.459.412	82	11.844.761	1	35.000	16	2.706.864	199	3.341.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	5	3.160.934	2	1.287.000	-	-	-	-	3	2.631.000
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	1	4.027.356	2	2.696.000	-	-	1	1.652.000	3	6.125.000
	<b>2</b>	<b>738.550</b>	<b>278</b>	<b>15.647.702</b>	<b>86</b>	<b>15.827.761</b>	<b>1</b>	<b>35.000</b>	<b>17</b>	<b>4.358.864</b>	<b>205</b>	<b>12.097.000</b>

2015	Crédito em Conta Corrente				Crédito Habitação				Outros			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo valor												
< 0,5 M€	1	293.550	371	15.462.082	82	15.529.117	1	35.000	15	2.273.746	2	35.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	6	4.945.430	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	1	3.565.761	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1</b>	<b>293.550</b>	<b>378</b>	<b>23.973.273</b>	<b>82</b>	<b>15.529.117</b>	<b>1</b>	<b>35.000</b>	<b>15</b>	<b>2.273.746</b>	<b>2</b>	<b>35.000</b>

\* Exemplos: Ações, obrigações e depósitos (a preços de mercado)

g) Rácio LTV dos segmentos de Habitação e Outros:

2016	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Imparidade
Crédito em Conta Corrente			
< 60%	2	115.000	1172
Crédito Habitação			
< 60%	44	2.939.364	23.621
>= 60% e < 80%	24	2.244.542	18.026
>= 80% e < 100%	17	805.584	6.474
>= 100%	1	78.373	630
Outros			
< 60%	12	1.207.478	11.130
>= 60% e < 80%	3	211.722	244
>= 80% e < 100%	2	17.020	20
	<b>105</b>	<b>7.619.083</b>	<b>61.317</b>

2015	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Imparidade
Crédito em Conta Corrente			
< 60%	1	115.000	1.175
Crédito Habitação			
< 60%	45	3.248.452	28.675
>= 60% e < 80%	18	1.783.106	15.740
>= 80% e < 100%	19	1.081.883	9.550
Outros			
< 60%	11	830.976	7.143
>= 60% e < 80%	1	15.865	20
>= 80% e < 100%	3	41.929	53
	<b>98</b>	<b>7.117.211</b>	<b>62.357</b>

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade:

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica Ativos não correntes detidos para venda apresentava um saldo de 26 480 euros referente a um imóvel disponível para venda imediata.

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica Ativos não correntes detidos para venda apresenta um saldo de 45 500 euros referente a imóveis disponíveis para venda imediata, consequência de processos judiciais. Para estes ativos o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 25 500 euros. No decorrer de 2015, o referido imóvel foi alienado. A 31 de dezembro de 2015 o Grupo não detinha em carteira qualquer imóvel consequência de dação em cumprimento.

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

O Grupo não utiliza *ratings* de crédito internos.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmentos:

O Grupo não utiliza parâmetros de risco, e.g. PD e LGD, no modelo de imparidade.



## NOTA 42 ÔNUS SOBRE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a oneração dos ativos pode ser analisada conforme se segue:

2016	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	3.182.956	3.182.956
Títulos de dívida	351.387.600	351.387.600	1.144.873.021	1.156.771.724
Outros ativos	500.000	-	259.086.772	-
	<b>351.887.600</b>		<b>1.407.142.749</b>	

2015	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	43.206.193	43.206.193
Títulos de dívida	320.820.960	320.520.581	1.004.476.651	987.718.755
Outros ativos	500.000	-	173.059.615	-
	<b>321.320.960</b>		<b>1.220.742.459</b>	

Em 31 de dezembro de 2016 o montante dos passivos associados a ativos onerados era de 274.236.949 euros (31 de dezembro de 2015: 246.353.570).

## NOTA 43 NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

### IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2016:

#### Normas

**a) IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

**b) IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

**c) IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

**d) IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

**e) Melhorias às normas 2010 - 2012.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

*IFRS 2, 'Pagamento com base em ações': A melhoria à IFRS 2 altera a definição de "condições de aquisição" ("vesting conditions"), passando a prever apenas dois tipos de condições de aquisição: "condições de serviço" e "condições de performance". A nova definição de "condições de performance" prevê que apenas condições relacionadas com a entidade são consideradas.*

*IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação'. A melhoria à IFRS 13 clarifica que a norma não remove a possibilidade de mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores faturados, quando o efeito de desconto não é material.*

*IAS 16, 'Ativos fixos tangíveis' e IAS 38 'Ativos intangíveis': A melhoria à IAS 16 e à IAS 38 clarifica o tratamento a dar aos valores brutos contabilísticos e às depreciações/ amortizações acumuladas, quando uma Entidade adote o modelo da revalorização na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis e/ ou intangíveis, prevendo 2 métodos. Esta clarificação é significativa quando, quer as vidas úteis, quer os métodos de depreciação/amortização, são revistos durante o período de revalorização.*

*IAS 24, 'Divulgações de partes relacionadas': Esta melhoria à IAS 24 altera a definição de parte relacionada, passando a incluir as Entidades que prestam serviços de gestão à Entidade que reporta, ou à Entidade-mãe da Entidade que reporta.*

**f) Melhorias às normas 2012 - 2014.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

*IFRS 7, 'Instrumentos financeiros: divulgações'. Esta melhoria inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de ativos financeiros, para efeitos de cumprimento das obrigações de divulgação.*

*IAS 19, 'Benefícios aos empregados'. Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade da mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.*

**2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:**

**a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

**b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

**3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

### 3.1 - Normas

**a) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.

**b) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.

**c) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

**d) Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

*IFRS 1, 'Primeira adoção das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria elimina as isenções temporárias para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis.*

*IFRS 12, 'Divulgação de interesses noutras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria tem por objetivo clarificar que o seu âmbito inclui os investimentos classificados no âmbito da IFRS 5, e que a única isenção refere-se à divulgação do resumo da informação financeira dessas entidades.*

*IAS 28, 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao*

justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual. Esta melhoria também esclarece que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação da associada ou do empreendimento conjunto nas suas próprias subsidiárias.

### 3.2 - Interpretações

**a) IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

#### Quadro resumo novas normas:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<b>1. Alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2016</b>		
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB "Disclosure Initiative"	1 de janeiro de 2016
IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/ depreciação	Os métodos de depreciação/ amortização baseados no rédito, não são permitidos.	1 de janeiro de 2016
IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	1 de fevereiro de 2015
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF's separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	1 de janeiro de 2016
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações várias: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24	1 de fevereiro de 2015
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34	1 de janeiro de 2016
<b>2. Normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, já endossadas pela UE</b>		
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
<b>3. Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, ainda não endossadas pela UE</b>		
<b>3.1 Normas</b>		
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos	1 de janeiro de 2017
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 - 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 / 1 de janeiro de 2018
<b>3.2 - Interpretações</b>		
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	1 janeiro 2018

## NOTA 44 EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Condições de mercado – 1ºT 2017**

O ano começou com os mercados acionistas dos EUA a manterem a tendência de valorização, na sequência da eleição de Donald Trump para a Presidência. Não obstante, registou-se um sentimento de incerteza generalizado que traduz as perspetivas de aumento dos riscos políticos e de estagnação económica na Europa e em outras geografias. Em Portugal, os acontecimentos com impacto negativo, designadamente a ausência de reformas e o foco do atual governo na estabilidade em detrimento do crescimento económico, têm dominado as condições de mercado, não obstante os resultados positivos alcançados ao nível do défice da balança corrente. Os preocupantes níveis alcançados pelo spread da dívida pública Portuguesa face à dívida pública Alemã e a outras dívidas soberanas com ratings non-investment grade traduzem este impacto negativo.

### **Plano de pensões de contribuição definida – BiG**

No primeiro trimestre de 2017, o Banco recebeu as aprovações regulatórias finais e completou um processo em curso há mais de dois anos para a domiciliação em Dublin do plano de pensões de contribuições definidas dos colaboradores do BiG. Os aspetos operacionais relacionados com a extinção do plano de pensões baseado em Portugal e a transferência dos respetivos ativos para uma *Institutional Occupational Retirement Plan (IORP)*, através de um acordo fiduciário (*trustee agreement*), baseado na Irlanda e gerido pela *Willis Towers Watson*, deverão ser concluídos durante o segundo trimestre de 2017.

### **BiG Start Ventures**

A One Tier Capital Partners, SCR, SA, após a alteração do objeto comercial desta sociedade de capital de risco para investimento em *start-ups* na área de *Fintech*, sob a marca *BiG Start Ventures*, investiu em quatro *start-ups* em 2016 (uma alemã e três portuguesas). Desde o início de 2017, e após reunir com aproximadamente cinquenta potenciais *targets* de investimento, a *BiG Start Ventures* está em negociações com dois candidatos adicionais, um dos quais baseado nos EUA.

### **Litígio BiG vs. BIC**

Em 7 de dezembro de 2016 foi proferido Acórdão, pelo Tribunal da Relação de Lisboa, no processo que opôs o BiG ao Banco BIC e em que se pediu a anulação da marca e da denominação “Banco BIC”, por estas serem confundíveis com a marca anteriormente registada “Banco BiG”. Esse Acórdão foi favorável ao BiG e transitou em julgado no início de 2017, ou seja, não é suscetível de recurso, tendo posto definitivamente termo ao litígio com a seguinte decisão:

- ▲ Anulação da marca nacional n.º 500559 e do logótipo n.º 26887 “Banco BIC” e condenação do BIC a abster-se de utilizar o sinal “Banco BIC”, como tinha sido decidido pelo Tribunal de 1.ª instância;
- ▲ Conferir um prazo de 180 dias, a contar daquela decisão, para o Banco BIC lhe dar cumprimento;
- ▲ Aplicar uma sanção compulsória de 5.000 por cada dia de incumprimento da abstenção de utilização do sinal “Banco BIC”.

O Tribunal da Relação não confirmou a decisão do Tribunal de 1.ª Instância relativa ao pagamento pelo Banco BIC ao BiG de uma indemnização para compensar os custos do investimento efetuado em publicidade com vista a distanciar-se da imagem do Banco BIC.

Nenhum dos eventos acima descritos teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2016.





# ORGÃOS SOCIAIS

## **Assembleia Geral**

### **Presidente**

José António de Melo Pinto Ribeiro

### **Secretário**

João Manuel de Jesus Rufino

## **Conselho de Administração**

### **Presidente e CEO**

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

### **Vice-Presidente e COO**

Nicholas Leo Racich

### **Administradores**

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

## **Conselho Fiscal**

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira (Presidente)

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira (Vogal Efectivo)

Jorge Alegria Garcia de Aguiar (Vogal Efectivo)

## **Revisor Oficial de Contas**

PricewaterhouseCoopers & Associados,

Sociedade de Revisores de Contas, S.A., representada por

Aurélio Adriano Rangel Amado ou

José Manuel Henriques Bernardo

Jorge Manuel Santos Costa

(Revisor Oficial de Contas Suplente)

# CONTACTOS ÚTEIS

## Serviços Online

Serviços Online  
Serviço de Apoio ao Cliente

707 244 707  
213 305 377

[www.big.pt](http://www.big.pt)  
[apoio@big.pt](mailto:apoio@big.pt)

## Clientes – Geral

Institucionais e Empresas  
Retailho Especializado

Mário Bolota  
Tiago Eusébio

[mario.bolota@big.pt](mailto:mario.bolota@big.pt)  
[tiago.eusebio@big.pt](mailto:tiago.eusebio@big.pt)

## Áreas de Negócio

### Mercados

Ações  
Mercado Cambial  
Opções/Produtos Estruturados

### Clientes Institucionais e Empresas

Ricardo Pinho  
Tiago Lopes  
Fernando Quadros  
João Henrique  
Diogo Costa  
Cláudio Sousa  
Pedro Coutinho  
Pedro Cardoso  
Rui Bolsa

[ricardo.pinho@big.pt](mailto:ricardo.pinho@big.pt)  
[tiago.lopes@big.pt](mailto:tiago.lopes@big.pt)  
[fernando.quadros@big.pt](mailto:fernando.quadros@big.pt)  
[joao.henrique@big.pt](mailto:joao.henrique@big.pt)  
[diogo.costa@big.pt](mailto:diogo.costa@big.pt)  
[claudio.sousa@big.pt](mailto:claudio.sousa@big.pt)  
[pedro.coutinho@big.pt](mailto:pedro.coutinho@big.pt)  
[pedro.cardoso@big.pt](mailto:pedro.cardoso@big.pt)  
[rui.bolsa@big.pt](mailto:rui.bolsa@big.pt)

### Clientes High Net Worth

### Clientes Afluentes

### Wealth Management

#### Corretagem

#### Gestão de Ativos

#### Corporate Finance

#### Research

#### Crédito Especializado

Paula Gil  
Gonçalo Moreira  
Peter Rodrigues  
Lino Tudela  
Rui Broega  
Ana Rita Gil  
João Lampreia  
Luís Farias

[paula.gil@big.pt](mailto:paula.gil@big.pt)  
[goncalo.moreira@big.pt](mailto:goncalo.moreira@big.pt)  
[peter.rodrigues@big.pt](mailto:peter.rodrigues@big.pt)  
[lino.tudela@big.pt](mailto:lino.tudela@big.pt)  
[rui.broega@big.pt](mailto:rui.broega@big.pt)  
[ana.gil@big.pt](mailto:ana.gil@big.pt)  
[joao.lampreia@big.pt](mailto:joao.lampreia@big.pt)  
[luis.farias@big.pt](mailto:luis.farias@big.pt)

## Áreas de Suporte

### IT

Sistemas de BackOffice  
Desenvolvimento

### Operações

### Contabilidade

### Controlo Interno

### Auditoria Interna

### Recursos Humanos

### Marketing

### Risco

Paulo Figueiredo  
Carla Rosa  
Vitor Luís  
Paulo Campos  
Dora Moreira  
Francisco Passaradas  
Luís Penaguão  
Paula Moreira  
Alexandre Martins  
Lúcia Ventura  
Miguel Mira  
Teresa Raimundo

[paulo.figueiredo@big.pt](mailto:paulo.figueiredo@big.pt)  
[carla.rosa@big.pt](mailto:carla.rosa@big.pt)  
[vitor.luis@big.pt](mailto:vitor.luis@big.pt)  
[paulo.campos@big.pt](mailto:paulo.campos@big.pt)  
[dora.moreira@big.pt](mailto:dora.moreira@big.pt)  
[francisco.passaradas@big.pt](mailto:francisco.passaradas@big.pt)  
[luis.penaguiao@big.pt](mailto:luis.penaguiao@big.pt)  
[paula.moreira@big.pt](mailto:paula.moreira@big.pt)  
[alexandre.martins@big.pt](mailto:alexandre.martins@big.pt)  
[lucia.ventura@big.pt](mailto:lucia.ventura@big.pt)  
[miguel.mira@big.pt](mailto:miguel.mira@big.pt)  
[teresa.raimundo@big.pt](mailto:teresa.raimundo@big.pt)

## Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 -76, 1200-869 Lisboa

213 305 300





A decorative pattern of various-sized triangles, some solid and some outlined, arranged in a grid-like fashion on the right side of the page.

**▲ BANCO DE  
INVESTIMENTO  
GLOBAL**

Av. 24 de Julho, n.74-76  
1200-869 Lisboa

T 213 305 300

[www.big.pt](http://www.big.pt)